

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**IMPrensa em Maringá e a Educação Feminina no Modelo
Comportamental da Igreja Católica (1950-1979)**

FABRÍCIA DE CASSIA GROU DE PAULA

MARINGÁ

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**IMPrensa EM MARINGÁ E A EDUCAÇÃO FEMININA NO MODELO
COMPORTAMENTAL DA IGREJA CATÓLICA (1950-1979)**

FABRÍCIA DE CASSIA GROU DE PAULA

MARINGÁ

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**IMPrensa em Maringá e a Educação Feminina no Modelo
Comportamental da Igreja Católica (1950-1979)**

Dissertação apresentada por FABRICIA DE CASSIA GROU DE PAULA ao Programa de Pós-Graduação em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

MARINGÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P324i	<p>Paula, Fabricia de Cassia Grou de Imprensa em Maringá e a educação feminina no modelo comportamental da igreja Católica (1950-1979) / Fabricia de Cassia Grou de Paula. -- Maringá, PR, 2020. 156 f.: il., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio De Oliveira Gomes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.</p> <p>1. Educação feminina - Maringá (1950-1979). 2. Comportamento feminino - Igreja Católica - Maringá. 3. Maringá - Imprensa - Jornal (1950-1979). 4. Historiografia - Mulheres - Maringá. 5. História de Maringá - História das mulheres - Igreja Católica. I. Gomes, Marco Antonio De Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Pedagogia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 371.822	

FABRICIA DE CASSIA GROU DE PAULA

**IMPrensa em Maringá e a Educação Feminina no Modelo
Comportamental da Igreja Católica (1950-1979)**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador) PPE
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG/FAE
Prof^a. Dr^a. Maria Luisa Furlan Costa– PPE - UEM
Prof.Dr. Alessandro Rocha – PPE- UEM**

Maringá, 06 de março de 2020.

Dedico esse trabalho a minha família, meu esposo Mauro, meus filhos Murilo e Gabriel, minha inspiração e luta constante.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes, pela socialização dos conhecimentos e sobretudo pelo respeito e amor constante ao próximo.

Aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dra. Maria Luisa Furlan Costa,

Professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho e ao Professor Dr. Alessandro Rocha por tão valorosa contribuição;

A amiga e professora Marcília Rosa Periotto pelo apoio constante.

Ao corpo docente e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, pela gentileza e dedicação;

Às amigas companheiras da Creche pertinho da mamãe UEM, pela colaboração enquanto estava fora do setor; Marcia, Vera, Juliana, Meire, Cristina, Ângela, Marilda, Neuza, Iracema, Cristiane, Milena, Luciane, Margarete, Eliete e Nancy.

A Universidade Estadual de Maringá, pela dispensa integral a qual pude me dedicar aos estudos, especialmente aos professores Luiz Otavio, Leandro Vanalli e o Professor José Antônio.

Aos meus familiares, minha mãe Sandra, meu pai João, meus irmãos José Rodolfo e Ricardo, meu esposo Mauro e aos meus filhos Gabriel e Murilo.

Ao meu amigo e professor Carlos Barão pelo apoio quando fiz a seleção do mestrado e a minha amiga e professora Neusa Batista.

Ao funcionário do Museu Bacia do Paraná, Willian e ao professor João Laércio do setor patrimônio histórico do teatro Calil Haddad.

E a todos aquele que estiveram comigo nessa caminhada, amigos de longe e de perto.

DE PAULA, Fabrícia de Cassia Grou, **A PRESENÇA DA MULHER NA IMPRENSA DE MARINGÁ (1950-1979): MODELO DE COMPORTAMENTO FEMININO NOS PADRÕES DA IGREJA CATÓLICA**. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2020.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre o papel educativo na imprensa em Maringá no período de 1950 a 1979, especificamente nos órgãos A Folha do Norte do Paraná e O Jornal de Maringá. O trabalho corresponde a dissertação de mestrado em educação na área de História e Historiografia da Educação, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo foi analisar o modelo de comportamento idealizado para a mulher maringaense sob a influência da Igreja Católica. Um dos pontos a serem estudados se refere aos padrões católicos que convergiam para a reprodução dos valores conservadores destinados a elite da cidade. O bispo Dom Jaime Luiz Coelho atuou na difusão do ideário que expressava a reação católica contra o mundo moderno. Para a compreensão do papel da imprensa na formação do ideário da mulher maringaense, delimitou-se o objetivo geral da pesquisa: compreender as bases do comportamento feminino maringaense veiculado pela imprensa católica e, por específicos, vinculá-los ao contexto histórico paranaense e brasileiro de 1950 a 1979. A abordagem metodológica apoia-se na pesquisa bibliográfica e documental. Os dados empíricos foram analisados não como expressão da verdade, mas como manifestações dos interesses dos grupos que os produziram. Dessa forma, optou-se pela adoção do Materialismo Histórico e Dialético como fundamento teórico do trabalho. A pesquisa indica que o conteúdo dos jornais da época teve o papel de representar a sociedade almejada pela classe dominante, de criar um modelo de mulher ideal – o burguês. Neste sentido, a História da Educação das mulheres maringaenses representada nos periódicos ajuda a compreender o ontem, a refletir o hoje e a projetar o futuro desta parcela social. Os resultados indicam o poder das mídias, neste caso, do jornal escrito e a importância dos intelectuais como formadores de opinião.

Palavras - chave: História da Educação; Imprensa e Igreja católica; Maringá; Comportamento da Mulher; Ultramontanismo.

DE PAULA, Fabrícia de Cassia Grou, **THE PRESENCE OF WOMEN IN THE MARINGÁ PRESS (1950-1979): MODEL OF WOMEN'S BEHAVIOR ON THE CATHOLIC CHURCH PATTERNS**.157 f. Dissertation, (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2020.

ABSTRACT

This paper is a study about the educational role in the press in Maringá from 1950 to 1979, specifically in *the Folha do Norte do Paraná* and *Jornal de Maringá*. The work corresponds to a master's dissertation in Education in the area of History and Historiography of Education, from the *Universidade Estadual de Maringá*. The objective was to analyze the behavior model idealized for Maringa women under the influence of the Catholic Church. One of the points to be studied concerns the Catholic standards that converged to the reproduction of conservative values aimed at the city's elite. Bishop Dom Jaime Luiz Coelho acted in spreading the ideas that expressed the Catholic reaction against the modern world. In order to understand the role of the press in shaping the ideals of Maringa women, the general objective of the research was to understand the bases of Maringa female behavior conveyed by the Catholic press and, specifically, to link them to the historical context of Parana and Brazil of 1950 to 1979. The methodological approach is based on bibliographic and documentary research. The empirical data were analyzed not as an expression of the truth, but as manifestations of the interests of the groups that produced it. Thus, it was decided to adopt historical and dialectical materialism as the theoretical basis of the work. The research indicates that the content of newspapers of the time had the role of representing the society desired by the ruling class, of creating a model of the ideal woman - the bourgeois. In this sense, the History of Education of Maringa women represented in the journals, helps to understand yesterday, reflect today and project the future of this social part. The results indicate the power of the media, in this case, the written newspaper and the importance of intellectuals as opinion makers.

KEY WORDS: History of Education; Press and Catholic Church; *Maringá*. Women's Behavior; *Ultramontanismo*

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1:	A representação do casamento	111
Figura 2:	O casamento	115
Figura 3:	O casamento na elite maringaense	115
Figura 4:	Sociedade em foco	119
Figura 5:	A Família Pereira de Souza	120
Figura 6	Família Martins	121
Figura 7	Hermes Macedo S/A	127
Figura 8	Criança da elite maringaense	131
Quadro 1	A Folha do Norte do Paraná	94
Quadro 2	O Jornal de Maringá	95

LISTA DE ABREVIATURAS ESIGLAS

ACEMA	Associação Cultural e Esportiva de Maringá.....	74
AI-5	Ato Institucional número	65
AIB	Ação Integralista Brasileira.....	53
ALN	Ação Libertadora Nacional.....	53
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.....	54
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.....	60
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná.....	57
EUA	Estados Unidos da América.....	41
FAB	Frente Agrária Brasileira.....	51
FAP	Frente Agrária Paranaense.....	68
LEC	Liga Eleitoral Católica.....	84
PCB	Partido Comunista Brasileiro.....	56
PC	Partido Comunista	56
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.....	67
SOCEMA	Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá.....	74
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO BRASIL	21
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO PARANÁ.	24
2.2 A IMPRENSA CATÓLICA COMO ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FÉ	27
2.3 A IGREJA CATÓLICA E A IMPRENSA EM MARINGÁ	29
2.4 A FUNÇÃO EDUCATIVA DOS PERIÓDICOS NO CONTEXTO FEMININO.	34
3.APONTAMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PARANÁ E DO MUNICIPIO DE MARINGÁ	39
3.1A COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ.....	46
3.2 A FUNDAÇÃO DE MARINGÁ.....	57
3.3 A IDENTIDADE CATÓLICA DE MARINGÁ.....	64
4. O MOVIMENTO ULTRAMONTANO CATÓLICO: A REAÇÃO DA IGREJA CONTRA A MODERNIDADE	76
4.1 A RESISTÊNCIA CATÓLICA AO MUNDO MODERNO.....	76
4.2 O MOVIMENTO ULTRAMONTANO NO BRASIL.....	79
4.3 D. JAIME: UM REPRESENTANTE DE UMA INSTITUIÇÃO CONSERVADORA EM MARINGÁ	86
5. A MULHER DE MARINGÁ NAS PÁGINAS DA IMPRENSA CATÓLICA	94
5.1AS PIONEIRAS.....	98
5.1.1A mulher e a imprensa Católica.....	101
5.1.2 A mulher e a caridade.....	102
5.1.3 Regras de comportamento feminino.....	109
5.1.4 O casamento e família	111
5.1.5 A mulher e o espaço doméstico	125
5.1.6. A maternidade e a família.....	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	133
7. REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	148

1 INTRODUÇÃO

A imprensa maringaense, mais especificamente a católica, é o ponto de partida para a presente dissertação. Os valores sociais materializados nas páginas de O Jornal Maringá e A Folha do Norte do Paraná representaram projetos de homem e sociedade que eram compartilhados pelos segmentos dominantes na sociedade maringaense. Os periódicos contribuíram para difundir os padrões comportamentais desejadas pelas mulheres com o propósito de manter a ordem. A educação dos filhos e a manutenção da família foram temas constantes nas páginas da imprensa.

Nesse sentido, não é possível negar a participação da Igreja Católica nas disputas que se fizeram por meio da imprensa, espaço utilizado por Dom Jaime Luiz Coelho para a defesa de um modelo de sociedade submetido aos ditames da instituição da qual era representante máximo da cidade. Cabe registrar, portanto, que a imprensa possuía aos olhos do clero um papel estratégico e educativo na medida que reforçava as bandeiras do que se considerava aceitável aos dogmas da Igreja.

Isto posto, a pesquisa aborda o papel da imprensa escrita na constituição do comportamento feminino, em Maringá, no espaço de tempo de 1950 a 1979. Gomes (2018) afirma que os jornais constituem-se como uma importante fonte para as pesquisas em História e História da Educação. Eles reapresentam e presentificam o passado garantindo que o conhecimento passe de uma geração a outra, evidenciando os valores de uma determinada época.

É importante considerar as referências fundamentais do contexto histórico a partir das quais ocorre a “configuração da educação em uma determinada sociedade” (GOMES, 2018, p.17). Nesse contexto, o autor aponta que a sociedade se reflete no modelo de educação e o influencia. A reprodução social e a emancipação do sujeito são funções que a educação desempenha em virtude de sua inserção social.

Neste sentido, o comportamento feminino também pode ser lido nos jornais, sua padronização, seu *status* social, suas permanências e rupturas. Em linhas gerais, em diferentes sociedades, no Brasil com um histórico muito evidente de sociedade que se fundou com base no patriarcalismo, milhares de mulheres foram

educadas na perspectiva de obediência aos seus pais e maridos. Assim, desempenharam o papel de mãe, sem questionar a hierarquia dentro da família, chefiada pelo homem provedor do lar.

Constituída a partir de uma sociedade burguesa, Maringá não estava imune aos valores construídos ao longo da formação histórica do país. Nesses termos a família constituiu-se em um dos pilares da ordem defendida pelas classes dominantes.

Maringá constituiu-se como uma cidade de tradição católica. Neste sentido, a formação das mulheres deu-se sob o domínio do masculino sobre o feminino, com forte influência da Igreja, da mídia impressa. A presença feminina sempre esteve inserida nas histórias da cidade, no período de 1950 a 1979 como um ser subordinado aos vínculos patriarcais, inserida em um modelo social legitimado Igreja.

A rigidez quanto à moralidade pautava-se sobre as questões que prejudicavam, [...] a honra da família, como era o caso de uma gravidez com moças de família, sair sozinha a noite, frequentar cinemas, sempre ficava em evidencia que a mulher necessitava da companhia e da tutela masculina [...]” (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 347). Para os autores esta é uma característica que perdurou na formação de parte da população maringaense.

Neste modelo social o pai era a autoridade, o chefe da família, o dominador do lar revestido de poder para enfrentar o mundo, moldado para não se preocupar com as questões domésticas, ao passo que a mulher no seio do lar ficava aos cuidados dos filhos, da casa e das causas sociais ligadas a religião (ROUDINESCO, 2003).

Nos anos iniciais, Maringá ainda estava desprovida de um veículo de comunicação impresso, com dois anos após sua fundação, em 1949, existiu o semanário conhecido como a Voz do Norte, de acordo com o jornal gazeta do povo, aponta que era produzido fora da cidade, e teve curta duração. Foi com Avelino Ferreira e Leonor do Lago Ferreira, que o primeiro impresso foi constituído a 18 de junho de 1950: O Jornal de Maringá ganhou notoriedade com Ivens Lagoano Pacheco em de 1956 no qual foi chefe e proprietário do O Jornal Maringá, nessa mesma época surgiram outros jornais como o periódico A Hora e a Tribuna de Maringá. No ano de 1957, as primeiras revistas da cidade foram veiculadas: Maringá

Ilustrada (que se tornou Norte do Paraná) e Maringá (que se tornou a Revista Estampa) de Ivens Lagoano Pacheco e Samuel Silveira."¹

Os principais redatores do jornal na época da sua fundação eram Helenton Borba Cortes (1920-1988), Mario Clapier Urbinati (1900-1974), Tulio Vargas (1929-2008), Antônio Mário Manicardi, primeiro funcionário público da prefeitura de Maringá, Antenor Sanches (SALVATERRA, 2009, p. 20).

Expressando os valores dominantes do período, a imprensa local refletia o posicionamento dos grupos dominantes ao mesmo tempo que difundia, entre o público letrado que tinha acesso aos jornais, o projeto societário de caráter conservador por meio da seleção de notícias, artigos e ações que reforçavam a hierarquia social. Não por acaso, foi comum nas páginas dos periódicos a divulgação dos programas de caridade da Igreja e as ações empreendidas pelas senhoras católicas.

A forte influência da Igreja sobre a população maringaense contribuiu para a construção de valores convergentes com os definidos pela hierarquia eclesiástica, onde a moral estava vinculada às regras de comportamentos em que a palavra cristã definia as formas de atuação feminina.

Compreende-se a relevância do estudo uma vez que a década de 1940 foi marcada pela constituição do município de Maringá, formado a partir dos núcleos de colonização da Companhia de Melhoramento. A imprensa católica maringaense sempre teve influência no comportamento das mulheres agindo de forma ideologizante no conservadorismo da cidade.

A presente dissertação, partindo desse contexto, tem por objetivo geral compreender a representação do comportamento feminino maringaense nas páginas da imprensa local, entre 1950 a 1979. Os textos em análise são de dois jornais: "O Jornal Maringá", que foi criado em 19 de junho de 1950 e encerrou suas atividades em 1979. O primeiro abordava diversos assuntos, esporte, política, retratando os acontecimentos sociais que faziam parte do cotidiano da cidade. Por sua vez "A Folha do Norte do Paraná", ou simplesmente "Folha do Norte", criada em 1962, conhecido como jornal do bispo por ser o proprietário, trazia em suas páginas

¹ Disponível <<www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/Maringá>> Acesso em 27/08/2019.

notícias sobre a cidade, o Brasil e o mundo, marcando a forte influência da Igreja Católica em seu conteúdo.

Nos dois periódicos verifica-se a presença de D. Jaime Luiz Coelho, que por meio dos artigos buscava educar os fiéis dentro dos preceitos religiosos. Em linhas gerais, suas ações objetivavam formar as elites que educariam o “povo”. Dessa maneira, o estudo da imprensa como fonte histórica justifica-se por trazer em si elementos que expressam a prática social, do momento histórico, permitindo revelar a visão de mundo e de sociedade dos grupos a ela vinculados e ainda o processo educativo implícito no seu conteúdo.

Duarte e Saviani (2012, p.34), ao definirem a educação, assinalam sua indissociabilidade com a própria formação humana, a qual se configura como “[...] contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história”. “Dessa forma cabe a educação moldar os instintos humanos, fazendo com que os indivíduos se tornem o que é a partir de suas vivências”. Conforme os autores a luta de classes não ocorre somente no campo econômico, ela acontece também em outros espaços da arena social, incluindo a educação. A história é cheia de relatos da não participação da classe operária na escolarização dos centros urbanos do século XX. A educação brasileira, desde seus primórdios foi um “privilegio”, por assim dizer, das classes dominantes.

Defende-se que a imprensa é um artefato pedagógico que articula aos principais acontecimentos do momento histórico que se insere, constitui fonte útil para a compreensão da realidade de um dado período. Dessa maneira os jornais são um retrato do seu tempo, seus anúncios, manchetes, são conteúdos educativos a quais disseminam valores, visões de mundo e modelos de homens.

Nesse contexto os conteúdos dos jornais em estudo como formadores de opinião ditam padrões de comportamento, regras sociais, legitimam posturas religiosas e educam. Por meio do processo educativo que o homem se faz homem, tendo em vista o caráter social do conhecimento (FIGUEIRA, 1995).

Com a aceleração da inserção do Brasil no quadro da economia internacional, a modernização do processo de industrialização dependente, fundamentalmente a partir dos anos de 1950, do conteúdo vinculado na imprensa que passou a refletir novos hábitos que atingiam diferentes segmentos sociais.

Vale ressaltar que a conjuntura histórica do final da década de 1950 e, início dos anos 1960, expressou no cenário mundial um momento rico e de acirramento de

lutas contra diferentes formas de opressão: a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, o crescimento do movimento estudantil, as mobilizações populares, a pílula anticoncepcional, as ditaduras em nações latino-americanas, o crescimento do movimento feminista e, fundamentalmente no Brasil, destaca-se também o Golpe Civil Militar de 1964.

No cenário acima, segmentos significativos das mulheres em diferentes regiões do mundo deixaram de lado o papel de simples coadjuvante para lutarem por espaços que antes lhes eram negados. Recorde-se que o direito de voto foi conquistado no Brasil somente em 1933. Além disso, é importante assinalar que não foram poucas as mulheres silenciadas em função das lutas e lideranças que exerceram, muito antes do direito de voto.

Diante deste contexto, a autora desta dissertação teve seu interesse mobilizado pelo tema. A graduação em Pedagogia e a realização das disciplinas, no Mestrado em Educação a fizeram articular o conhecimento sobre a mulher maringaense e sua formação educativa. A inserção ao tema foi aprofundada com a leitura de textos (jornais) produzidos entre 1950 e 1979, em Maringá: temas referentes ao casamento e à sexualidade ocuparam espaço em diferentes tribunas e discussões políticas ao longo do período em estudo. Porém, vale reforçar mais uma vez que a preocupação com a questão feminina não pode ser desvinculada de um contexto mais abrangente: as lutas políticas travadas naqueles anos. Nesse aspecto, a Igreja e seus intelectuais se fizeram presentes contra o que consideravam uma extravagância diante das mudanças nos costumes. Para os conservadores, por exemplo, a luta das mulheres representava uma ameaça à família e aos valores cristãos.

Assim, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: **qual a contribuição da imprensa Maringaense na construção do ideal de comportamento da mulher maringaense entre 1950 e 1979?** Entende-se que a imprensa católica influenciou no ideário da mulher, na padronização do comportamento (harmonizar o lar, edificar, cuidar dos filhos, do marido e das funções domésticas, não tendo participação nos acontecimentos políticos, e da vida social dos cônjuges), na veiculação de valores e costumes burgueses. “A Folha do Norte do Paraná” e “O Jornal Maringá” do período contém textos que permitem esta leitura e interpretação.

Desta forma é possível afirmar que no quadro de aguçamento das tensões sociais, do final dos anos 1950 e 1960, a maternidade, a dedicação ao lar, a fragilidade e o casamento foram as marcas constitutivas do gênero feminino. A imprensa em todo o país, em Maringá, reiterava a “natureza” feminina na legitimação da sociedade capitalista: temas como a mulher e a paz, as senhoras rotarianas com as ações ligadas a caridade, o apoio ao cônjuge e a moda feminina foram destaque nos folhetins da época.

Para dar conta de compreender como se constituiu historicamente o ser feminino, em Maringá, delimitou como objetivos específicos: compreender o contexto histórico do Paraná e do Brasil de 1950 a 1979, analisar os acontecimentos que marcaram a fundação da cidade de Maringá, movimento Ultramontano Católico e a reação da igreja na modernidade, apresentar a mulher de Maringá nas páginas da imprensa Católica, a partir das análises dos jornais “A Folha do Norte” e “O Jornal Maringá”.

A pesquisa teve o levantamento bibliográfico feito no Museu da Bacia do Paraná, localizado na Universidade Estadual de Maringá, no teatro Calil Haddad setor patrimônio histórico, localizado na Zona Cinco e na Biblioteca Municipal de Maringá. O estudo é histórico, bibliográfico e documental (GIL, 2010).. A análise histórica possibilita compreender como a sociedade é dinâmica e como surgem novos modos de ser.

A abordagem dos conteúdos dos referidos jornais possibilitou antever uma sociedade tradicional, conservadora, moralista e estereotipante. Na contemporaneidade são encontradas estas influências. A escolha dos Jornais “A Folha do Norte do Paraná” e “O Jornal de Maringá” permitiu um estudo aprofundado sobre a sociedade maringaense.

A pesquisa é pautada na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético o referencial teórico, por sua vez, formulado por Marx e Engels (1984), na obra Ideologia Alemã, por se tratar de um parâmetro que preza pela necessidade de compreender as relações dos homens com a natureza e com suas formas de organização social, isto é, dos sujeitos com o que lhes aparece como a objetividade do mundo. A concepção defendida por Marx e Engels consiste em expor o processo real de produção partindo da produção material da vida imediata. “Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu” (MARX; ENGELS, 1984, p.04). Assim sendo, não se parte da ideia dos que os

homens dizem, imaginam ou representam, muito menos pela forma que homens são pensados, imaginados e representados, mas sim dos homens realmente ativos, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 1984).

Ainda em *A Ideologia Alemã*, verifica-se que a compreensão da materialidade que as formas de reprodução da vida têm para a existência dos homens significa a primeira grande formulação do materialismo dialético para a compreensão da história e da consciência humana. Os pressupostos que embasam o pensamento de Marx e Engels são buscados na realidade social e não devem ser vistos como dogmas. As contradições que envolvem o homem são o material de suas reflexões. “São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87). Cada época histórica está relacionada com o modo de vida, onde no decorrer da História vão se produzindo formas diferenciadas de existência, que corresponde o modelo de ser dos homens.

No que se refere aos artigos voltados às mulheres na imprensa católica maringense, observamos a reprodução de ideias que convergiam com os interesses das classes dominantes. Nas páginas dos periódicos a mulher era apresentada de forma ideologizada e vinculada as questões de caridade, do lar, da família com especial atenção a formação dos filhos. Tudo se passava como se os conflitos sociais pudessem ser eliminados por meio de uma educação cristã do seio familiar.

A concepção Materialista nos permite compreender que não há nenhum tipo de determinismo na história dos homens, tudo que é construído é em função da correlação de forças nos embates sociais. Assim a produção dos periódicos e os valores e padrões de comportamento presentes em suas páginas devem ser compreendidos em sua historicidade.

O método fundado por Marx e Engels não se restringe à desmistificação dos “sonhos inocentes e pueris” ou ideias equivocadas sobre a realidade, mas se propõe a investigar as condições materiais que permitem que essas ideias circulem e apresentem tanto predomínio (COSTA; LOUREIRO, 2015, p. 23). Logo, a necessidade de compreender as relações dos homens com a natureza e com suas formas de organização social, isto é, dos sujeitos com o que lhes aparece como a objetividade do mundo. Os autores defendem que uma forma específica de

apropriação da natureza determina as formas de organização social e a consciência. Nessa perspectiva, o Estado, as relações jurídicas e todas as instituições criadas pelos homens são compreendidos como produtos históricos, frutos de determinado estado das relações materiais de produção estabelecidos socialmente. Trata-se de explicar a educação ou qualquer outro fenômeno social a partir das relações estabelecidas entre os homens.

Diante do exposto, o trabalho foi organizado em 5 seções. Na primeira seção é apresentado o tema, seu recorte e contextualização. Na segunda seção é apresentado o contexto histórico da imprensa no Brasil e no Paraná. Na terceira seção são realizados os apontamentos sobre a constituição histórica do Paraná, a sociedade forjada no Período Colonial que pode ser caracterizada pela constituição de famílias patriarcais, sustentadas pelo trabalho escravo e que abrigavam entre os agregados homens livres pobres. Fez - se necessário analisar o processo da economia, cultura e fatos históricos que marcaram a colonização paranaense, logo, a seção foi organizada de modo a traçar um breve histórico do processo de colonização do Paraná até a constituição de Maringá, identificado ao longo da trajetória a constituição da identidade católica dos maringaenses.

Na quarta seção é discutido o movimento Ultramontano Católico e a reação da Igreja contra a Modernidade, o movimento de centralização da igreja durante todo o século XIX e seu embate com o estado. Ainda nesta seção, foram abordados também a resistência católica ao mundo moderno; o movimento ultramontano no Brasil; a presença do ultramontanismo no norte do Paraná e, por fim, a figura de D. Jaime como representante de uma Igreja que buscava a conservação da ordem como meio de reafirmação do divino.

A quinta seção discute a liderança do Bispo Dom Jaime Luiz Coelho por meio de suas colunas no O Jornal Maringá e de sua atuação como proprietário de “A Folha do Norte do Paraná”. Desse modo, abordar-se-á a representação das mulheres nas páginas dos periódicos por meio de temas vinculados ao processo de formação da cidade, projetos de caridade, regras de comportamento feminino, casamento e família etc.

Nas considerações são apresentados os resultados finais da pesquisa, destacando as contribuições da imprensa na construção de um ideal que deveria ser seguido por todos, e, em específico, as mulheres.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO BRASIL

A imprensa constituiu-se como uma das fontes privilegiadas para a compreensão de determinados objetos. Desde a sua fundação, tem sido importante veículo de divulgação e informação das ideias vigentes das sociedades locais.

O século XIX no Brasil apresentava um ambiente favorável as lutas políticas e ideológicas, criando espaço na imprensa para a manifestação estação do caráter sócio político de formação da opinião pública em momentos cruciais da sua história (VASCONCELO, 2018, p.1).

A pesquisadora aponta que a administração colonial impediu a tipografia e os jornais brasileiros até a chegada da corte portuguesa. Com a total proibição, controlavam as informações e opiniões, evitando dessa forma a cobiça sobre as riquezas brasileiras. (VASCONCELO, 2018, p.18). O estudo da imprensa brasileira feito por Carlos Costa (2012) indica que:

A metrópole portuguesa nunca vira com bons olhos a disseminação dos livros e jornais, considerado perigosos agentes de subversão. Desde o século XVI, a censura se abatera sobre Portugal e seus domínios, tendo como principal instrumento a Santa Inquisição, que começou a censurar livros, em 1539, três anos depois de instalada. Obras escritas sobre o Brasil enfrentavam severo controle, fosse como impedir qualquer movimento autonomista que ameaçasse a perda prospera colônia, fosse pra evitar a cobiça de outras nações. (COSTA, 2012, p. 68)

O cenário modificou-se com a chegada da Família Real no Brasil. Ainda que as condições estruturais não fossem propícias para a difusão das letras em nossas terras, a conjuntura política possibilitou o início da imprensa. Seu “nascimento” se deu oficialmente em 13 de maio de 1808, com a criação da Imprensa Régia, pelo Príncipe Regente Dom João. A princípio, a tipografia foi utilizada para a impressão dos compêndios de Medicina e outras áreas.

[...] A evolução da imprensa periódica, igualmente a implantação da tipografia ocorre de forma gradual. Os jornais podemos dividir em duas épocas: antes e depois da República, antes pregavam a independência e depois o progresso, os diários que surgiram na

república disseminavam com neutralidade (FARIAS; *et al.*, 2012, p.09)

Na reflexão dos autores evidencia-se a importância das primeiras tipografias brasileiras na construção da memória e do patrimônio social do país. Sodré (1968) contribui na apreensão do desenvolvimento da imprensa no Brasil. Para ele, em meio à correria que antecedeu o embarque da Família Real para o Brasil, em novembro de 1807, o Conde da Barca ordenou que fossem colocados na nau Medusa, os prelos e tipos que haviam sido comprados para Portugal (SODRÉ, 1968). Temendo pela segurança da oficina, o conde viajou no porão junto com os equipamentos.

[...] E ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso; por iniciativa oficial-, com o advento da corte de D. João. Antônio de Araújo futuro conde da barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da medusa o material fotográfico. [...] Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, a rua dos Barbonos (SODRÉ, 2011, p.40).

Assim, com a chegada da Família Real ao Brasil a criação da Imprensa Régia somou-se com a abertura dos portos, a fundação do Banco do Brasil, sendo responsável pela impressão de vários periódicos que foram ganhando a simpatia da parcela dos homens letrados.

No entanto, o primeiro jornal brasileiro, o Correio Brasiliense, foi publicado em Londres em 1808. Idealizado e realizado por Hipólito da Costa, de caráter oposicionista, o periódico discutia os problemas da colônia e precisava atravessar o oceano atlântico para circular aqui.

Hipólito da Costa fundou, dirigiu o correio Brasiliense, em Londres, durante todo o tempo de vida do jornal. O número inaugural apareceu 1 de junho de 1808, três meses antes, portanto, da data em que surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro na corte. Aceitando o jornal de Hipólito como integrado da imprensa brasileira, seria o marco inicial do nosso periodismo (SODRÉ, 2011, p.45).

No entanto, se na Europa a imprensa já dera seus primeiros passos, no Brasil, as dificuldades materiais eram maiores. O próprio Correio Brasiliense enfrentou restrições à sua circulação em nossas terras. Considere-se, por exemplo, que Portugal não permitiu a instalação de universidades e nem da imprensa. Além

desses aspectos, as condições econômicas e sociais não geravam demandas para instalação de tipografias.

[..] os núcleos urbanos eram poucos significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população no campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes. Esses fatores representaram empecilhos para a consolidação da imprensa (CAPELATO, 1988, p. 38).

Nesse sentido, é possível traçar um paralelo com a trajetória histórica da imprensa no continente europeu e verificar que as condições materiais de sua constituição no Brasil foram muito diferentes.

Embora houvesse equipamentos tipográficos contrabandeados no Brasil do século XVIII, somente no século XIX foram materializadas as condições políticas para sua proliferação dentro dos limites impostos por uma sociedade marcada pela escravidão e por um amplo contingente de analfabetos.

O avanço do pensamento liberal, de acordo com Sodré (2011) permitiu o surgimento dos “pasquins”, “imprensa peculiar, cujos traços de grandeza e autenticidade são normalmente apresentados como impuros” (SODRÉ, 2011, p. 08) ou um tipo de publicação panfletária, crítica e satírica existente desde o período de pré- independência. Estes periódicos ganharam força e na companhia de outros jornais expressaram as tensões existentes na sociedade imperial do século XIX.

A partir do século XIX, a publicidade dos acontecimentos sociais, que antes estava restrita ao compartilhamento de experiências presenciais dos sujeitos, com a emergência da mídia, toma uma nova configuração e passa a operar de forma distinta em diferentes campos, principalmente o político, o econômico e o cultural. O jornal amplia o alcance da informação e fomenta a reflexão sobre a realidade vivida ao oportunizar aos leitores acompanhar ativamente os acontecimentos do presente, relacionando-os com aquilo que ocorre em outras regiões do país e, do mundo.

Não podemos evidentemente tomá-la como fonte inquestionável da verdade, mas sim como expressão dos interesses de determinados grupos sociais (GOMES, 2018). Em outras palavras, trata-se de observar que a imprensa expressa, nem sempre de forma clara, percepções de homem, sociedade e educação muitas vezes adequadas aos interesses de manutenção da ordem social.

Considerando-se que as fontes são como ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica que nos permite atingir o conhecimento da história da educação brasileira, revela a importância o desenvolvimento de uma preocupação intencional e coletiva com a geração, manutenção, organização, disponibilização e preservação das múltiplas formas de fontes da história da educação brasileira (SAVIANI, 2006, p. 33)

É possível afirmar que a imprensa é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto determinado dentro de uma sociedade constituída historicamente. Como produção dos homens os periódicos são determinados por diferentes forças, iniciando pela figura do proprietário, passado pelo editor, além das circunstâncias históricas em que é publicado.

Nesses termos, a imprensa é uma força que intervém nas lutas políticas de seu tempo, constituindo como um partido em defesa de determinados interesses. É possível afirmar que também se constituiu como prática educativa e contribuiu sobremaneira para a ampliação de pesquisas histórico-educacionais de caráter regional e local.

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA NO PARANÁ.

O surgimento da imprensa no Paraná deve ser compreendido a partir das transformações que ocorriam no interior da sociedade brasileira do período imperial. O primeiro periódico, Dezenove de Novembro, surge junto com a emancipação do Paraná em 1853 em decorrência da criação da província. A pressão pela emancipação da 5ª Comarca vinha dos dois Partidos locais: O Conservador, em função dos interesses econômicos da nascente economia do mate, travada pelos obstáculos colocados pela Província de São Paulo para a comercialização do produto, e os Liberais, nos quais eram os revoltosos gaúchos com os liberais paulistas, onde negociaram seu apoio ao governo central em troca da emancipação.

[...] Até a emancipação da província, todos os jornais que circulavam na então 5ª Comarca provinham da capital São Paulo ou da Corte. O primeiro jornal impresso no Paraná foi em abril de 1854, quando "Curitiba era (...) pouco mais que uma aldeia. Os seus habitantes tomavam conhecimento das determinações de órgãos oficiais, pelos

editais afixados às portas da Câmara e da Igreja, ou por pregações O Dezenove de Dezembro era impresso na Tipografia Lopes, de Candido Lopes, que veio ao Paraná a convite do seu primeiro presidente Zacarias de Vasconcelos. Tratava-se de um jornal semanal que se propagava neutro em questões partidárias, embora recebesse verbas pelas publicações oficiais e se negasse a publicar matérias contrárias ao governo. Logo, "O certo (...) é que o Dezenove de Dezembro sempre foi órgão do Partido Liberal, tendo por seus redatores políticos João José Pedrosa, Generoso Marques, Joaquim Motta, Sérgio Castro, etc (CORRÊA, 2006, p. 35).

O pensamento republicano do final do século XIX era disseminado pela imprensa local numa relação de pseudoneutralidade. O fato de receber verbas do governo influenciava na autonomia editorial dos redatores.

A imprensa também se fez presente em Curitiba e, tal qual em diferentes regiões do Império, exerceu um caráter de difusão de notícias e ideias que circulavam entre os meios dominantes. Em meados do século XIX, os periódicos já se constituíam em um instrumento importante do debate político que ocorria no Império. "Em Curitiba instalou-se com o nome de 'tipografia Paranaense' na rua das Flores nº13 a 1 de abril de 1854, saía a primeira a luz o primeiro número de o do Dezenove de Dezembro"(PILOTO, 1976, p.7).

Ainda segundo Osvaldo Piloto (1976), Zacarias de Góes e Vasconcelos foi designado como o primeiro presidente da Província do Paraná. Assim que assumiu, tomou medidas para enfraquecer os liberais paranaenses, nomeando para a primeira Assembleia Provincial 20 deputados – 12 conservadores e 8 liberais –, um senador e um deputado para a Assembleia Geral. Concomitantemente, Zacarias de Góis e Vasconcelos recebeu autorização para a criação da imprensa onde vinha atender as necessidades da administração e as publicações dos atos oficiais.

O periódico que contava com 300 assinantes, utilizava-se de uma tipografia melhorada e mais sofisticada para os padrões da época (PILOTO, 1976). No final do ano de 1857, surgem três periódicos de pequeno formato: O Jasmim, Literário e Recreativo; em 1860, O Constitucional e O Clarim; 1867 foi marcado pelo surgimento da Imprensa Livre identificado com o ideário liberal, a defesa progresso e desenvolvimento.

A partir da década de 1870, com as transformações que vinham ocorrendo no campo econômico, político e social, verifica-se o fortalecimento das ideias republicanas e a imprensa serviu de tribuna para o combate entre os diferentes grupos. Desta forma a imprensa, durante o período imperial (pode-se dizer que até

os primeiros anos da República), era um foro de poder informal, vinculado ao governo ou aos grupos que aspiravam mudanças no regime político. Tratava-se de uma imprensa de opinião, que tinha como um de seus eixos os comentários partidários.

No Paraná do século XIX dois grupos econômicos detinham o poder político do estado: as elites rurais dos Campos Gerais e a burguesia ervateira de Curitiba e do litoral, que ocupavam os espaços políticos, principalmente após a Guerra do Paraguai, quando a produção da erva-mate expandiu-se para atender ao mercado platino, aumentando seu capital político e econômico. Concomitantemente, o advento das ferrovias contribuiu para a decadência dos grupos vinculados ao tropeirismo, o que se expressou no âmbito das relações de poder no Estado.

No campo das relações político e partidárias, o Estado dividia-se, como no restante do país, entre o partido Conservador e Liberal, que eram compostos basicamente pelas elites ervateiras. Os conservadores, por seu crescente capital econômico, buscaram constituir o seu poder para além de interesses imediatos, e investiram na criação de um meio editorial mais complexo, com jornais, tipografias etc. Entrementes, no final do século XIX, uma singela movimentação republicana surgia na província, por meio de dois núcleos irradiadores: o litoral, principalmente Paranaguá, e Curitiba. Nesse período já haviam as folhas independentes que duravam pouco, pois a “grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos” (CARVALHO, 1996, p. 46).

De acordo com Carvalho (1996) e Correa (2006), o movimento que aconteceu na Província foi muito fraco se comparado ao de outras, o que indica o conformismo das elites locais com o regime monárquico. Reflexo dessa assertiva está no fato de os primeiros presidentes dos clubes republicanos dessas cidades terem vindo de fora: Guilherme Leite, presidente do Clube de Paranaguá, fundado em 1887, era pernambucano, e Eduardo Gonçalves, que estabeleceu o de Curitiba, em 1885, era paulista.

Com os movimentos que antecedem a república, surgem em 1876 vinculados a partidos, os jornais o25 de março e a Gazeta Paranaense, que circularam até 1889. Podemos destacar também o Diário do Paraná, órgão da União Republicana que disputou o controle do novo regime com o grupo ligado ao “A República”; embora a coleção encontrada corresponda a um período relativamente curto (cerca de seis meses), ela foi qualitativamente significativa para a compreensão das

disputas políticas entre os grupo de perspectiva crítica em relação à República foi o Sete de Março, que acabou vinculando-se ao movimento operário e que, somado às perspectivas anarquistas de Rocha Pombo, constituíram um foco tímido, mas vigoroso, de um ideário político alternativo ao conservadorismo das elites locais. (CORREA, 2006).

Os partidos monárquicos no Paraná praticamente não se envolveram nos debates republicanos, e seus principais jornais, a Gazeta Paranaense (conservador) e o Dezenove de Dezembro (liberal), limitavam-se ao embate intra-elites, dessa forma publicavam eventualmente alguma nota sobre o Clube Republicano em que figurava certo menosprezo pelo movimento, (PILOTO, 1976). Tratando-se portanto do ideário do jornal o Republicano, foi publicado em 1886 anos antes que antecederam a Proclamação da República.

Com o aumento da imigração no Paraná, a imprensa paranaense teve um rápido desenvolvimento na metade do século XIX e início do século XX atingindo a marca de 425 títulos. Segundo Costa (2012), dessa totalidade 33 deles eram em idioma estrangeiro o que se faz pensar na marca da presença imigratória na região sul, sobretudo, na capital do Estado do Paraná. Muitos dos periódicos tinham forte presença da cultura local como o caso do italiano dos alemães.

A circulação dos jornais no Paraná, assim como outros que tiveram grande circulação no Brasil detém uma variedade de documentos que permitem o conhecimento e a análise das práticas educativas e da legislação da educação discutida ao longo do tempo. Ainda que a imprensa seja representação de interesses de determinados grupos sociais, associados a determinadas visões de mundo, os quais tendem a privilegiar opiniões de pequena parcela da sociedade, a mesma contribui como possibilidade de análise e reflexões de seu conteúdo pelo leitor, auxilia o pesquisador da história a conhecer os discursos predominantes num dado contexto histórico e social, não impede a reflexão crítica acerca do conteúdo.

2.2 A IMPRENSA CATÓLICA COMO ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FÉ

Ao longo do século XIX, fundamentalmente a partir do pontificado de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), a Igreja Católica compreendeu a importância de divulgar seus valores e posições doutrinárias pela imprensa com o propósito de combater os “inimigos” da fé: o liberalismo e o socialismo. É bem verdade que o avanço da modernidade nos séculos anteriores trouxe inúmeros problemas para a hegemonia católica, mas, o processo de laicização dos estados europeus e secularização do ensino geravam inúmeros temores na intelectualidade católica.

A comunicação da Igreja com os fiéis foi pesquisada por Puntel (2011). Segundo ela, o Vaticano percebeu que devia reconquistar espaços perdidos por meio de mecanismos utilizados por seus adversários. Não por acaso, a imprensa passa a ser uma trincheira a ser conquistada pelas hostes católicas (PUNTEL, 2011). Não era mais possível proibir simplesmente a leitura de textos considerados “perigosos” aos dogmas católicos. Por isso, tornou-se constante a formação de fiéis capazes de enfrentar os adversários e publicar valores em conformidade com os ideais cristãos.

[...] a igreja raciocinou do seguinte modo: se a sociedade estava utilizando os meios de comunicação para o mal, então a Igreja também deveria usar esses mesmos recursos para difundir a boa mensagem, de modo a combater esse mal (PUNTEL, 2011, p. 224).

Diante das transformações ocorridas era fundamental a adaptação da instituição aos novos tempos. Por isso, o clero e os intelectuais identificados com o pensamento católico buscaram exortar os fiéis por meio das publicações católicas para o perigo das posições que desconsideravam o “sagrado”. Isto posto, verifica-se a progressiva preocupação da Igreja com sua inserção na imprensa com o propósito de recuperar os espaços perdidos.

Neste contexto, revista e jornais foram publicados com objetivos de divulgação, propaganda e de educação nos padrões defendidos pelo catolicismo. No Rio de Janeiro em 1921, por exemplo, foi criada a revista católica a Ordem, e o Centro Dom Vital, em 1922, ambos sob a direção de Jackson de Figueiredo. A publicação da revista seria responsabilidade do departamento editorial do Centro Dom Vital. A Ordem tinha como objetivo divulgar as concepções doutrinárias, políticas e filosóficas católicas e combater a indiferença e a oposição à Igreja. Os

movimentos sociais eram vistos como inimigo pelos intelectuais católicos que tinha por finalidade manter a ordem divulgando as ideias cristãs.

A Ordem, espaços de discussão e difusão do pensamento católico brasileiro que tinham como função desencadear e expandir o movimento de “reação católica” frente aos avanços positivistas que buscavam influenciar a diretriz estatal do momento. Aí presente, Alceu trava fortes e significativas discussões em defesa do pensamento católico e de sua disseminação no espaço brasileiro ao lado de crítica aos pensamentos divergente (LIMA, 2010, p.14)

Muitos intelectuais católicos participaram do projeto conservador de salvação nacional, baseado na defesa da moral e da ordem. Entre seus colaboradores destacaram-se intelectuais como Jonatas Serrano, Osvaldo Aranha, Carlos de Laet, Bandeira de Melo, Leonardo Van Acker, Alceu Amoroso Lima, Murilo Mendes Jorge de Lima, Cornélio Pena, esse projeto ficou conhecido com restauração católica.

A divulgação da imprensa Católica se expandiu por todo o território brasileiro, o que também ocorreu em Maringá. Em conformidade com os dogmas católicos, Dom Jaime cria seu próprio Jornal - A Folha do Norte do Paraná sem fins lucrativos, com a finalidade para divulgar os valores cristãos.

2.3 A IGREJA CATÓLICA E A IMPRENSA EM MARINGÁ

O desenvolvimento da imprensa católica no Brasil expressou as transformações do contexto histórico da sociedade brasileira. A demanda por uma imprensa católica surge a partir do momento que a hegemonia da Igreja é ameaçada por uma série de circunstâncias: crescimento de outras igrejas, a separação entre Igreja e Estado com a proclamação da República (1889), o avanço das ideias liberais e positivistas, além do movimento operário que foi marcado pelas correntes socialistas, anarquistas e comunistas nas primeiras décadas do século XX.

Inúmeros intelectuais cooptados pela Igreja atuaram por meio da imprensa e em outros espaços, com o propósito de difundir a doutrina católica. Não se tratava simplesmente de combater a laicização do Estado ou os costumes contrários à tradição cristã, mas de defender a centralidade dos princípios católicos na

sociedade. Aqueles que se colocavam sob as prerrogativas do clero, incluindo governos com viés autoritários, eram legitimados. Porém, os “inimigos” eram apresentados como contrários à doutrina de Cristo e, ao mesmo tempo, tinham todas suas demandas descaracterizadas.

Nesse contexto, inúmeras revistas e jornais foram criados com o propósito de defender a ordem social - a doutrina católica e suas prerrogativas políticas. Segundo Silveira (2013, p. 05) “a gênese da imprensa católica no Brasil esteve ligada ao pensamento conservador e à defesa da tradição”. Em outras palavras, tratava-se de construir trincheiras do catolicismo como forma de reafirmação dos valores da Igreja e condenação irrestrita de todas as formas de negação dos dogmas católicos. Esta perspectiva é corroborada por Boni (2009). O surgimento da imprensa maringense segue estes ideais: em 18 de junho de 1950 - O Jornal de Maringá, por Avelino Ferreira e esposa Leonor do Lago Ferreira, constituindo-se no primeiro jornal da cidade.

A iniciativa foi de Avelino Ferreira, que chegou à cidade no dia 19 de março de 1948, com a vontade de criar um veículo de informação importante. Para realizar seu sonho, alugou máquinas impressoras de João de Oliveira, dono da Tipografia Maringá e, sozinho, montava os “tipos”. Como não havia energia elétrica, ele trabalhava com uma impressora de motor e gasolina com luz de Lampião (BONI, 2009, p.1996).

Na coluna diária era apresentado artigos nos que revelavam o ideário hegemônico dos grupos dominantes na cidade. Segundo Salvaterra (2009), os artigos consolidavam determinada forma de pensar e favoreciam um debate que atribuía ao jornal um caráter burguês. As informações que o Jornal veiculava traziam fatos e acontecimentos de Maringá e região, do Brasil e do mundo. A conservação da ordem social era o critério de análise das notícias selecionadas pelos editores que se vinculavam ao catolicismo.

Em editorial de 25 de julho de 1955, Ivens Lagoano Pacheco levanta um tema muito caro às classes dominantes no Brasil no cenário da Guerra Fria: o comunismo.

Os últimos acontecimentos internacionais provavam claramente que só uma linguagem os comunistas entendem: é a linguagem da força”. Qualquer pessoa de formação democrática jamais poderá ser comunista, pois ele é antes de tudo a negação da verdade e do direito de pensar (O JORNAL DE MARINGÁ, 1955, p.2).

As opiniões contra o avanço do comunismo eram constantemente encontradas nas páginas do periódico, cuja finalidade era combater objetivamente os indivíduos identificados com o que se considerava comunismo. Aliás, bastava a defesa de determinados posicionamentos laicos para ser acusado de comunista pelas hostes católicas. Assim, o texto propõe, como em outros momentos da história republicana no Brasil, a repressão contra os grupos considerados contrários a ordem divina e negadores da verdade.

Em 27 de agosto de 1959, O Jornal de Maringá alertava sobre o perigo comunista, com um título sugestivo: “Deus salve o Brasil”. A partir do texto, é possível inferir a impossibilidade de uma democracia sob um regime comunista, fato que deveria ser de conhecimento de todos.

Pessoas eminentes, portadoras de impecável formação democrática e cristã, repetem, embora de boa fé, acreditamos no momento atual, o erro funesto de Eduardo Benes, o líder incontestado da Tchecoslováquia, quando acreditou na possibilidade da coexistência pacífica da democracia com o comunismo soviético. Benes, como todo idealista, defendeu incansavelmente suas ideias. Difundindo seu ideal nos Estados Unidos da América que foram reunidas em um livro: “Democracia de hoje e de amanhã”. Eleito presidente da Tchecoslováquia, tornou realidade suas ideias. Acreditou na humanização dos vermelhos; concedeu-lhes facilidades; deu crédito às palavras e promessas do comunismo e, como resultado obteve o próprio “suicídio”, o que acarretou a implantação do regime vermelho no país. O Partido Comunista quando, por qualquer motivo, sofre derrotas momentâneas ou, como agora, é sacudido por uma crise interna ideológica, finge-se humanizar, esconde-se, disfarça-se, ameniza até recuperar as forças perdidas e poder atuar com feroz brutalidade (O JORNAL DE MARINGÁ, 1959, p. 2).

No texto, como em inúmeras outras manifestações conservadoras, os comunistas são apresentados de forma desumana e incapazes de conviver em um regime democrático. Trata-se, na verdade, de um artifício dos grupos conservadores que, por meio de textos publicados no periódico, buscam desqualificar qualquer projeto que se coloque em um plano de oposição a hierarquia social.

Além das questões de ordem político e ideológica, que expressa o posicionamento do periódico em defesa da ordem burguesa, encontramos também anúncios de empregos que destacavam de forma clara e explícita o modelo de trabalhador adequado para as demandas das classes dominantes na cidade.

Anuncio de emprego:

Orientadora pedagógica, SENAC no Paraná com vistas á implantação de sua formação profissional de Maringá dispõe de vaga para o quadro acima, exige: a) Curso superior completo de Pedagogia. b) Experiência no magistério e/ou profissional, c) horário integral, d) dinamismo e criatividade, e) facilidade de relacionamento (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1972, p.5).

É importante destacar que os anúncios ocupavam páginas inteiras e eram divulgadas em diversos números. Percebeu-se também a divulgação diária dos trabalhos oferecidos por profissionais liberais e prestadores de serviços, tais como: advogados, médicos, dentistas, chaveiros, mecânicos de tratores, farmacêuticos (SALVATERRA, 2009).

As atividades religiosas da Igreja Católica ou a ela relacionada, estavam vinculadas à seção dos acontecimentos sociais da cidade. Assim, o periódico divulgava as ações da Igreja e o que considerava o comportamento aceitável aos leitores, contribuindo dessa forma, para a construção de um ideário identificado com a hierarquia católica.

Em 1962 foi fundada, pelo então bispo de Maringá A Folha do Norte do Paraná, que ao contrário do O Jornal de Maringá, era de propriedade de D. Jaime, e, portanto, com uma linha editorial mais próxima ideologicamente da Igreja. Entre os objetivos do periódico encontramos a defesa do catolicismo e o combate a tudo o que se colocasse contra a cosmovisão católica. Na coluna “Reconstruir o mundo”, escrito por Agenor Catoni, o artigo “Fogem do Paraíso” apresenta o que considera o engano do comunismo.

O Paraíso é um lugar de felicidade, bem-estar, alegria perene, confiança mutua, liberdade, etc... Lugar onde não a lutas, porque todos os seus habitantes se sentem perfeitamente felizes. Onde reina o amor se desconhece a morte. Onde a face de Deus é festa perene para os olhos e o coração. O Comunismo tem por meta única dar aos proletários e a todos os socialistas o paraíso terrestre. E a propaganda que vem da Rússia afirma que atrás da cortina de ferro já existe o paraíso. [...] O comunismo falhou na sua finalidade primordial, que é de dar aos homens o paraíso terrestre. Se a Rússia, em 46 anos de regime comunista, não conseguiu implantar o Paraíso, em sua própria casa, não me venha dizer que implantarão nas nossas democracias. Porque um paraíso terrestre é a maior utopia que se inventou no mundo. Cristo afirmou que a só um paraíso o Celeste (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, p. 2).

Como se vê, no entendimento do autor, o paraíso de Cristo suplanta o paraíso comunista, que não pode se materializar. Em outras palavras, tratava-se de desqualificar o oponente por meio de uma discussão metafísica. E poderia ser diferente? Naquele contexto histórico justificava-se que a hierarquia católica da época tivesse no periódico a representação de seus valores hegemônicos. Por isso, foi comum em suas páginas a defesa de valores morais condizentes com a doutrina católica.

O Jornal da década de 50, além das informações de cunho político, locais, nacionais e internacionais, dava grande destaque aos acontecimentos e expressões sociais. A própria coluna “noticiário do aero- clube” produzia um impacto nas relações e práticas sociais. Em contraste com esse perfil aparecem notícias policiais, os casos “desviantes” e que podem ser entendidos como uma tática de controle social, contribuindo para a construção hierárquica das relações e a convivência social entre as pessoas. Enquanto as colunas sociais aparecem fotos de pessoas elegantes e alegres, as notícias dos casos de marginalidade trazem figuras com aspecto assustador ou comumente banhadas de sangue (DIAS, GONÇALVES, 1999, p. 339).

Em um sentido amplo, a imprensa identificada com os valores burgueses em Maringá, como em outros espaços, desempenhava um papel educativo e de formação de uma visão de mundo que naturalizava as desigualdades sociais. Nesse contexto, é possível inferir que a vida social e cultural das mulheres encontradas nas colunas sociais representa o conservadorismo classista que se impregnou na sociedade maringaense, assim como nos jornais presentes na época O Jornal de Maringá e A Folha do Norte do Paraná.

Dessa maneira a imprensa maringaense: A Folha do Norte do Paraná e O Jornal de Maringá não se diferenciaram da imprensa em geral, nos seus artigos veiculados a Igreja revelava - se um padrão educativo de comportamento de formação do bom cristão, de acordo com a palavra de Deus.

Para um cristão consciente, de sua responsabilidade, não existe uma tranquilidade indolente, quando contempla o padecer de seu próximo. Não existe indiferença perante a fome e as lágrimas de seus irmãos. Não existe frieza diante das angústias e problemas dos seus semelhantes. Os ricos não devem colocar sua felicidade nas riquezas passageiras nem endereçar seus esforços para conseguí-las, considerando como simples administradores das riquezas das quais dar estritas contas ao Supremo Dono (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, p.2)

Como é possível inferir, segundo a perspectiva dos intelectuais católicos que assinavam os artigos No jornal A Folha do Norte do Paraná, a miséria deveria ser combatida com a caridade, o que naturaliza as diferenças entre ricos e pobres. Assim, não se tratava de questionar as razões das desigualdades, mas de atenuar seus efeitos por meio das ações cristãs recomendadas pela Igreja.

Os programas de rádios foram também vinculados à Igreja, tendo um horário destinado exclusivamente à fala do Bispo D. Jaime. Assim, a imprensa falada e escrita reproduzia uma narrativa que expressava o receio com o que considerava perigoso para a fé.

2.4 A FUNÇÃO EDUCATIVA DOS PERIÓDICOS NO CONTEXTO FEMININO.

Como demonstrado anteriormente, a história da imprensa no Brasil confundiu-se com a chegada da Família Real portuguesa em terras brasileiras. Ao longo de sua trajetória, os periódicos constituíram-se em tribunas de defesa de projetos societários diferentes. Inúmeros temas foram abordados nas páginas que registraram fragmentos da história do Império e da República. Nesse sentido, a mulher não esteve ausente. Vista como alicerce da família por inúmeros autores, muito foi escrito em relação ao que se esperava da verdadeira “mãe de família”

Na ausência de uma imprensa feminina, as mulheres foram retratadas por diversos jornalistas. Segundo Franqui (2017), um exemplo foi o jornal O mentor das Brasileiras, editado em 1929, na antiga vila de São João del Rei, em Minas Gerais o periódico era voltado somente para as mulheres, mesmo que as publicações tenham sido produzidas apenas por homens. O jornal anunciava ser um periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e moda, dedicado as senhoras brasileiras. (FRANQUI, 2017, p. 35).

Nessa perspectiva a imprensa surge com ideais para os novos tempos, a Revista Ilustrada de 1876 de Ângelo Agostini é um exemplo, considerado o maior caricaturista em atuação no Brasil do século XIX, a revista circulou entre os anos de 1876 e 1898. Agostini era um abolicionista e defendia a república. Os periódicos cuja

a finalidade procurou alcançar um maior número de leitores entre os quais público feminino, sendo assim aumenta o número de romances de folhetins. É nesse momento que nascem as primeiras publicações feministas, como “Jornal das Senhoras” (1855), “O Sexo Feminino” (1873), e “A Família” (1888). Contudo, esses jornais tiveram vida efêmera e suas redatoras permaneciam no anonimato, com medo de represálias (CASADEI, 2011).

No Brasil, o primeiro periódico destinado as mulheres foi o Jornal das Senhoras publicado em 1 de janeiro de 1852 pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, no Rio de Janeiro. Esse periódico circulava aos domingos e possuía seções, como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Nas palavras de Bicalho (1989, p. 83), essa grande quantidade de jornais e revistas dedicados à família e à mulher, surgidos em meados século XIX, dividiram com o livro o espaço das cestas de costura. Porém, esses periódicos não apenas disseminaram os romances do período sob a forma de folhetins, mas ao serem dirigidos à família e principalmente à mulher, também tornaram possível o desenvolvimento de um espaço cultural.

E assim, nas páginas do “Jornal das senhoras” Noronha fazia um convite às mulheres leitoras do Jornal para colaborarem com o periódico, por meio das críticas no qual a América do Sul não podia ficar estagnada, enquanto o resto do mundo avançava. Nos periódicos do século XIX surgiam impressos voltados para as mulheres, desafiando o alto grau de analfabetismo da sociedade brasileira, além da própria estrutura dominante masculina. Importante ressaltar que apesar do caráter revolucionário, essa imprensa era produto da elite, já que apenas os membros da burguesia sabiam ler e escrever na época (BUIIONI, 1986, p. 28).

Por ventura a América do Sul, ela só, ficará estacionaria nas suas idéias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade? Ora! Não pode ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Corte e Capital do império, Metrópole do sul d'América, acolherá de certo com satisfação e simpatia O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma. [...] Ei-nos pois em campanha; o estandarte da ilustração ondula gracioso abrizaperfu século XIX surgiam impressos voltados para as mulheres, desafiando o alto grau de analfabetismo da sociedade brasileira, além da própria estrutura dominante masculina. Importante ressaltar que apesar do caráter revolucionário, essa imprensa era produto da elite, já que apenas os membros da burguesia sabiam ler e escrever na época (BUIIONI, 1986, p. 28). Amada dos Trópicos; acolhei-vos a ele, todas as que possuís uma faísca de inteligência, vinde. Confidente discreto das vossas produções literárias, elas serão publicadas debaixo do anônimo; porém não tema em confiar-mo-las, nem tema em dar expansão ao vosso pensamento; se o possuís é porque é dom da Divindade e

aquilo que Deus dá, os homens não o podem roubar (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 1)

Na citação acima referente ao Jornal das Senhoras demonstra como a imprensa caracterizava a figura da mulher na época por meio das representações sociais. Nas palavras de Moscovici (2003), representações não são as mesmas para todos os membros da sociedade, pois elas dependem tanto do conhecimento do senso comum (popular) como do contexto sociocultural em que os indivíduos estão inseridos. Dessa forma, compartilham crenças, imagens, metáforas e símbolos num grupo, comunidade, sociedade ou cultura (WAGNER, 2000).

O universo feminino apresentado nas páginas da imprensa pode ser caracterizado de dois exemplos: de um lado, temos conteúdos voltados para as mulheres, que retratam, por exemplo, o cuidado do lar e dos filhos, questões de beleza e em outros, textos escritos muitas vezes por homens, vemos a problematização de temas ligados ao universo feminino tais como a inserção o assédio físico e moral e o divórcio.

Nas palavras de França (2013), essa estratégia em manter certos atributos à mulher como “esposa, mãe e dona-de-casa”, ao mesmo tempo em que destacava novos valores sociais, como a participação política e ofertas de trabalho criavam um diálogo constante entre o público conservador e aqueles que aceitavam mais facilmente as transformações na sociedade. A maternidade e o casamento eram vistos como ação louvável, o gênero feminino aparece, em grande parte, associado ao papel de dona de casa, responsável pelos cuidados da casa, dos filhos e marido.

O papel social primordialmente relacionado à mulher é o de mãe, esposa e dona de casa, marcada pela afetividade, dedicação, zelo com a família e com o lar, sem se esquecer de prezar por sua beleza. Nesse sentido, a valorização da mulher parece passar pela sua adequação ao modelo e padrão de beleza, de delicadeza e de comportamento.

As representações femininas no Brasil do século XX posicionavam a mulher na sociedade como cuidadora do lar. Naquele momento, milhares de mulheres pobres trabalhavam fora de casa, no trabalho fabril, doméstico ou agrícola, e não ficavam em casa cuidando dos filhos.

As mulheres que trabalhavam nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeira, engomadeiras, pareciam correr menos perigo

moral do que as operárias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre as ameaçavam de serem mães relapsas (FONSECA, 1997, p.516).

No entanto há de se considerar que os jornais trazem representações e prescrições, que não necessariamente reflete só o comportamento da elite, mais sim a vida cotidiana das operárias que tem que sair para o mercado de trabalho, deixando os filhos para ajudar no sustendo do lar.

Através de múltiplas estratégias de disciplinarização – exercidas dentro e fora das fábricas – era mister integrar o proletariado e sua família ao universo dos valores burgueses. Segundo Rago (1991, p. 61) “é o desejo de eliminação da diferença, de normalização do outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas”. A família patriarcal representava o ideário social vigente. A intimidade do lar deveria ser preservada para que a ordem social fosse mantida. Os filhos eram responsabilidade da mulher. Essa visão de mundo destoava da realidade das brasileiras operárias que tinham que conciliar a maternidade, o papel de esposa e o mundo do trabalho.

Como dito anteriormente encontrava-se também dois tipos de mulheres: a mulher da classe dominante, apresentada como “mãe” e primeira educadora dos filhos, a partir dos postulados da ideologia burguesa, que constrói a família idealizada e disciplinada. Do outro lado, encontra-se a mulher da classe popular, que apesar da dominação masculina, não deixa de apresentar traços de negação da condição em que vive. As contradições sociais do Capitalismo acabavam por induzir as mulheres menos favorecidas economicamente à prostituição, mesmo que descriminadas e julgadas como imorais.

Como não ocorrer uma ressemantização do ideal quando se trata de um contexto no qual a metade das pessoas manifestamente não o seguem? Ironicamente, a própria rigidez do modelo tornava-o de uso restrito, pois qualquer deslize jogava a mulher para o campo dos “sem moral”, num espaço onde se forjava, nas práticas do dia-a-dia, uma moralidade alternativa (FONSECA, 1997, p. 531).

A rigidez da moral familiar presente na sociedade brasileira também se manifestava em Maringá. Em uma sociedade marcada pelas desigualdades econômicas e por uma forte herança patriarcal de nossa formação história, a

marginalização de inúmeras mulheres constituiu-se em um elemento na formação social do município.

Dessa forma, a sociedade que julgava e atacava a prostituição, pois representava uma ameaça às famílias, era a mesma que a tolerava para os homens.

[...] A mulher que se deixasse conduzir por excessos, guiar por suas necessidades, só podia terminar na sarjeta, espreitada pela doença e a miséria profunda. Ameaça para os homens e mau exemplo para as esposas, a prostituta agia por dinheiro. E por dinheiro, colocava em perigo as grandes fortunas, a honra das famílias. Enfim, era o inimigo ideal para se atirar pedras (DEL PRIORE, 2011, p. 89-90).

Segundo Mary Del Priore (2011) salienta que na tradição cristã que se alargava desde os tempos da Colônia, a prostituta foi associada à sujeira, ao fedor, à doença, ao corpo putrefato, inserindo-a num quadro de miséria e morte precoce. As informações negativas e preconceituosas sobre a prostituição ensejadas também por médicos que comungaram, resignadamente, dos valores patriarcais, colaborando para a condenação e a marginalização das mesmas.

Nesse sentido, a prostituição ao mesmo tempo em que se constituiu em um elemento da ordem, também gerava perturbações que se expressavam na repulsa dos segmentos conservadores que enxergavam nas prostitutas a razão da destruição das famílias. Não por acaso, muitas se fechavam nos bordéis e nas casas de meretrícios assim conhecidos os lugares onde realizavam seus trabalhos. Acrescente-se que alguns padrões sociais determinavam a procura pela prostituição, a virgindade das moças da sociedade, a monogamia e o patriarcalismo, conferiam ao homem uma liberdade sexual justificada e aceita socialmente.

Feitas tais considerações que tratam sobre a imprensa e os periódicos femininos, constituem-se como o ponto de partida para a compreensão do que encontrava - se nos artigos voltados ao público feminino, sobretudo no que diz respeito à função social da mulher e nos ensinamentos a ela destinados.

3.APONTAMENTOS SOBRE A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PARANÁ E DO MUNICIPIO DE MARINGÁ

A história da Província do Paraná confunde - se com o processo de colonização portuguesa e de seus desdobramentos culminados no Período Imperial. Em linhas gerais, a sociedade forjada no Brasil - Colônia pode ser caracterizada pela constituição de famílias patriarcais, sustentadas pelo trabalho escravo e que abrigavam entre os agregados homens livres e pobres.

É possível afirmar que a emancipação política da Província do Paraná no decorrer do império teve sua origem a partir de 1811, quando Pedro Joaquim Correia de Sá, com ambições de alçar ao posto de capitão-mor, reivindicou junto à corte no Rio de Janeiro a emancipação da comarca. Outras tentativas foram realizadas, mas somente em 29 de agosto de 1853, a Lei Imperial nº 704 criou a Província do Paraná.

Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853 eleva a Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná. Dom Pedro Segundo, por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos nossos súditos que a Assembléia Geral Legislativa decretou e nós queremos a Lei seguinte: Art. 1º - A comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca. Art. 2º - A nova Província terá por Capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não decretar o contrário. Art.3º - A Província do Paraná dará um Senador, e um Deputado à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial constará de 20 membros. Art.4º - O Governo fica autorizado para criar, na mesma Província, as estações fiscais indispensáveis para arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia Geral para definitiva aprovação. Art.5º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram, e a façam cumprir e guardar tão inteiramente quanto nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império A faça imprimir, publicar e correr. Dado no Palácio do Rio de Janeiro, aos 29 de agosto de 1853, trigésimo segundo da Independência e do Império (BRASIL, 1853, p. 50).

Após a emancipação a nomeação, pelo imperador, dos presidentes da Província se deu em torno dos nomes pertencentes ao partido político dominante, uma estratégia de acomodação das forças políticas que o apoiavam. A atuação dos diferentes presidentes que assumiram o governo da Província do Paraná, em linhas gerais, foi a de organizar as finanças, a segurança e a instrução pública nos moldes que atendiam os interesses dominantes em uma economia que alterava o cenário da região.

A partir das transformações econômicas ocorridas no Brasil e em particular no Paraná, ao longo do segundo império, destacando-se a crise do regime escravista com o fim do tráfico negreiro em 1850, descortinam-se possibilidades para a efetivação de políticas que incrementaram a imigração de europeus para o Brasil, iniciada em 1828 com a chegada dos primeiros alemães.

Se, a princípio, os propósitos vinculavam-se a ocupação dos espaços “vazios”, posteriormente verifica-se a necessidade de incrementar a produção agrícola para o abastecimento dos centros urbanos. Coube também aos trabalhadores imigrantes a tarefa da construção da infraestrutura para o “progresso” da província: a de construção como as linhas telegráficas, a Estrada de Ferro Curitiba – Paranaguá, entre outros.

A escassez de trabalhadores para o serviço das estradas, mesmo para o daquela (Graciosa) que considera-se necessidade vital da província, a repugnância que mostram a esse serviço os poucos sujeitos capazes de nela empregar-se, são conhecidas de todos: se a polícia não interviesse, constringendo-os a irem, por escala, trabalhar, mediante os salários convenientes, não haveria no mês uma semana de trabalho” (PARANÁ, 1855, p.31).

Nessa perspectiva, o governo da província do Paraná aprovou a Lei nº 29, em 21 de março de 1855, que promovia o incentivo para entrada de estrangeiros. Dessa forma o crescimento demográfico, associado à exploração de madeira, da erva-mate e a introdução das primeiras lavouras de café contribuiu para a implantação de ferrovias ligando o porto de Paranaguá a São Paulo. Cancian (1981), ao estudar os primeiros setenta anos do século XX no Paraná menciona a importância da cafeicultura na interação dos grupos humanos que se instalaram no estado.

A ligação com São Paulo se fez, também, devido à própria ocupação por elementos paulistas. Se a princípio foram os mineiros que se estabeleceram, nas últimas décadas do século XIX, coube a preponderância aos paulistas. Era deles o capital investido, o qual mantinha-se ligado às casas bancárias paulistas, que faziam o papel de financistas das lavouras: Algumas vezes o primitivo fazendeiro se associa ao capitalista para a exploração de sua vasta gleba; outras, recorre ao crédito, realiza empréstimos vultuosos em São Paulo. Em outros casos, vendiam antigas fazendas em São Paulo e investiam no Paraná [...] (CANCIAN, 1981, p.55).

Nesses termos, a imigração de trabalhadores europeus representou a alternativa diante da necessidade de ocupação de terras e da falta do braço escravo, já que esses eram vendidos para a vizinha província de São Paulo envolvida com a expansão da lavoura cafeeira. Emília Costa (1999) ao analisar as transformações sociais e políticas que marcaram a transição da monarquia para a república aponta que:

Em 1872 os estrangeiros compunham 12% da população de Porto Alegre, 11% da população de Curitiba, 8% da de São Paulo. A tendência em direção ao fim do século foi ascendente. Em São Paulo, a população estrangeira passaria a 22% do total em 1890. A corrente imigratória tende a se encaminhar para o sul do país, onde se definiu uma política favorável à obtenção de braços para as lavouras (São Paulo, Minas, Rio de Janeiro), **ou interessada no desenvolvimento de núcleos coloniais** (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (COSTA, 1999, p. 253, grifo nosso).

Para a autora (1999), apesar das diferenças do processo de imigração entre as regiões de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro se comparadas com Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a entrada de imigrantes colaborou nas diferentes regiões para o incremento dos núcleos urbanos e para o crescimento do mercado interno, estimulando dessa forma uma série de atividades como a criação de indústrias, bancos e escolas, que contribuíram para o desenvolvimento das cidades. Por sua vez, com a diversificação das atividades econômicas, novos imigrantes buscavam a região a procura de oportunidades de trabalho.

A expansão das forças produtivas no Paraná e a modernização da produção não implicaram em uma ruptura com o passado. Tampouco, a transição da monarquia para a República expressou a democratização das relações sociais. A proclamação da República em 1889 não alterou a estrutura de poder que continuava nas mãos das oligarquias formadas pelos grandes proprietários rurais, mantendo-se

o caráter agrário, monocultor e exportador da economia alicerçada na grande propriedade rural.

A primeira Carta Constitucional do regime republicano no Brasil (1891), inspirada no modelo dos Estados Unidos da América- EUA estabeleceu como forma de governo a República Federativa, avalizando a autonomia dos estados e estabelecendo um regime representativo e democrático no papel. No entanto, ainda que republicanos reafirmassem os ideais democráticos da república, não há como negar a ausência do “povo”, ou melhor, dos trabalhadores das fontes de decisão.

A democracia era uma abstração porque excluía da participação política a grande maioria daqueles que nada possuíam, sendo assim analfabetos e mulheres perderam o direito do voto, não teriam opinião política própria. A Constituição de 1981 preconizava a exigência da alfabetização para o direito de voto. Assim, além dos analfabetos, excluía-se mulheres, menores de 21 anos, soldados, mendigos e membros de ordens religiosas. Dessa forma, a Proclamação da República não implicou em transformações estruturais no país. O poder concentrava-se nas mãos das oligarquias estaduais.

É possível afirmar que a chamada “República Velha” (1889-1930) representou o poder das oligarquias rurais no cenário político e econômico brasileiro, período que compreendeu a proclamação da república de 1889 e a eclosão da Revolução de 1930. Nesse cenário predominou o fenômeno do coronelismo, em que o poder político concentrava-se nas mãos de um oligarca local, graças às barganhas entre os governos estaduais e os proprietários de terras nos diferentes municípios que controlavam politicamente a região.

Por isso mesmo, o coronelismo é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno, sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 40).

Na perspectiva de Janotti (1984), o coronelismo pode ser compreendido como uma política de “compromisso” firmado entre proprietários que possuíam o poder político e militar na região tornam-se uma referência para a compreensão das práticas adotadas pelas oligarquias em diferentes regiões do país.

A lei do coronel imperava tanto na roça, quanto na cidade, ele possuía uma política própria, denominados seus membros, segundo a região, de capangas, jagunços, “gente do coronel”, camaradas ou cabras... Aos renitentes às ordens e aos desejos dos mandatários aplicavam-se penas diversas como: a expulsão das terras da fazenda, destruição de bens, espancamento e até a morte. (JANOTTI, 1984, p. 60 - 61)

É importante apontar para a sintonia entre o chefe político local (coronel) e os respectivos governos estaduais para compreender a autonomia dos municípios. A troca de favores entre o governo estadual e os municípios controlados pelos chefes locais permite ser percebidos pela sociedade como verdadeiros “proprietários” da região, na possibilidade de disputa entre “pares”, não era incomum a situação ser resolvida por meio da violência de capangas e jagunços dos atores em conflito. Resende (2003) analisa o processo político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico.

Uma série infindável de conflitos e confrontos, muitos deles violentos, ocorre nos estados, desde os primeiros momentos de vida republicana. Nos municípios travam-se lutas entre facções rivais, visando a obter o controle da política local e via de regra, posicionar-se na condição de aliado da oligarquia que detém o poder no estado, seja ela uma pessoa, uma família ou grupo de famílias, entrelaçadas por casamentos, alianças políticas, interesses econômicos ou controle de funções públicas. No nível do estado, a disputa entre facções oligárquicas é quase uma constante (RESENDE, 2003, p. 98).

De acordo com a autora o período que compreendeu os acontecimentos que culminaram na República e a Revolução de 1930 é marcado pela exclusão social de um modelo produtivo de base liberal². No entanto, também havia a possibilidade de existência de acordos e de troca de favores entre dois “coronéis” em uma mesma região, fato que apontava para o revezamento do poder. Nesse sentido, tal qual em diferentes estados da federação, os coronéis do Paraná possuíam o controle político

² O liberalismo econômico vincula-se ao nascimento do pensamento liberal no Século XVIII. Modelo produtivo baseado na organização da economia em linhas individualistas, rejeitando intervencionismo estatal, o que significa que o maior número possível de decisões econômicas são tomadas pelas empresas e indivíduos e não pelo Estado ou por organizações coletivas.[1] As teses do liberalismo econômico foram criadas no século XVI com a clara intenção de combater o mercantilismo, cujas práticas já não atendiam às novas necessidades do capitalismo, sendo seu pressuposto básico a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma (SAVIANI, 2008, p. 20).

dos diretórios municipais do partido. Assim, eram comuns as posições de lideranças encontrarem-se nas mãos de familiares que se perpetuavam no poder, cenário que se manteve na República Velha até a Revolução de 1930.

No arcabouço político oligárquico da Primeira República, as relações de parentesco com grupos familiares constituintes da elite estadual eram importantes para o recrutamento político. Segundo Queiroz (1976) os familiares de Campos Sales, Rodrigo Alves, Barão de Castro Lima, entre outros eram vitalícias no poder, sendo este último passado de pai para filho. Atender aos interesses da família era considerado normal na relação entre os parentes, ao coronel competia a função de chefe de parentela, examinando-o, assim, em seu aspecto a relação que também seria estabelecida por Linda Lewin (1993) ao estudar diferentes famílias de coronéis paraibanos na Primeira República.

Figueiredo e Silva (2012) ao refletirem sobre este período da História apontam que:

Na verdade, esta conjugação de forças passou a depender não apenas das posses e das relações intra elite, mas também de uma miríade de relacionamentos estruturados, tanto em laços de parentesco quanto em pactos de aliança e compromisso, que se irradiavam desde os próceres da elite estadual até o coronel interiorano e o seu mais humilde eleitor. Este tipo de situação, tão característica do período da Primeira República (1889-1930) e tão difundida pelo interior do país, passou a ser conceituada como "Coronelismo". O termo é uma clara alusão à influência dos potentados, os famosos "coronéis", em geral, eminências de aldeia, filhos de antigas e importantes famílias que pelo status e pela posse de terras se impunham como verdadeiras autoridades (FIGUEIREDO; SILVA, 2012, p.1057).

Nesse aspecto, o Paraná, assim como outras regiões do Brasil, vivenciava as contradições do processo de modernização. Pretendia-se moderno e civilizado, mas conviviam com as contradições presentes na sociedade capitalista marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas.

Verifica-se no início da República no Brasil e no Paraná em específico, ao longo das décadas seguintes, a constituição de um discurso alicerçado na dicotomia moderno versus atraso. Essa oposição foi muito eficiente para encobrir o projeto de classe marcado pelo conservadorismo das relações sociais. Nesses termos, a modernização da agricultura e, por desdobramento, da sociedade brasileira, era apresentada como representando os interesses da nação.

Segundo Figueiredo e Silva (2012) as condições históricas objetivas no período de transição do Império para República, caracterizada pela passagem da escravidão para o trabalho livre, colocava a necessidade de pensar a questão da mão de obra em pelo menos dois aspectos: a necessidade de incrementar a entrada de imigrantes como forma de “branqueamento” da população, por outro lado, a importância de proteger a propriedade rural como instrumento de desenvolvimento da nação.

Tratou-se de um movimento histórico que favoreceu fundamentalmente aos proprietários de terras no Brasil seguindo a lógica do mercado mundial:

Nas condições de existência do proletariado já estão destruídas as da velha sociedade. O proletário não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos nada têm de comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a sujeição do operário pelo capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletário de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião é para ele meros preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses. (MARX, 1999, p. 24-25).

Não por acaso, observa-se no período a disponibilidade de grande quantidade de braços para a lavoura em diferentes regiões do Brasil. O mesmo ocorreu no Paraná, que atraiu grande quantidade de imigrantes para o trabalho na agricultura.

Segundo Costa (1999), da Monarquia à República o Brasil vivenciou uma colonização marcada pelo povoamento de áreas litorâneas, locus de fixação dos colonizadores. A urbanização do interior do país demorou a acontecer e ficou na dependência de empresas colonizadoras privadas. Da vinda da família real em 1808 à república em 1889, o país passou por vários momentos decisivos na construção da independência nacional: o fim da condição de colônia de Portugal, os ciclos econômicos, as lutas em defesa do fim do trabalho escravo, a chegada de imigrantes, o surgimento de ferrovias para o escoamento da produção, as disputas internas entre centros políticos, a industrialização:

Em 1880, havia 18.100 pessoas registradas como operários. Um recenseamento de 1907 registra 2.983 estabelecimentos industriais e uma população de 136.420 pessoas dedicadas a essas atividades. A maior concentração operária se dava no Distrito Federal, onde havia 35.104 pessoas dedicadas a funções industriais. Seguiam-se Ihe São Paulo com 22.355; Rio Grande do Sul, com 15.426; e Rio de Janeiro, com 11.900. Pelo Censo Industrial de 1907, São Paulo, Rio

de Janeiro e Distrito Federal concentravam 56% da população operária (COSTA, 1999, p. 258).

Observa-se que o Brasil desenvolveu sua indústria sob a influência do mercado estrangeiro: “As áreas litorâneas foram as que mais se expandiram, ‘as fronteiras econômicas deveriam coincidir com a fronteira política mediante a ampliação do mercado interno’” (ANDRADE, 2018, p. 53). Dessa maneira seriam abertos espaços para industrialização, aumentando a produção nacional voltada ao atendimento do mercado e das demandas internas. O desenvolvimento econômico brasileiro, no intervalo de tempo entre a Colônia e a República, distinguiu-se pela concentração de capital em algumas regiões do país e na proeminência da população rural sobre a urbana.

3.1A COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

Pesquisadores como Ianni (1986), Hilário (1995), Berenice Couto (2004), Recco (2005), Alves e Pelegrini (2010), Schallenberger e Schneider (2010) e Robles (2017), dentre outros, corroboram para que se compreenda o contexto de colonização do norte paranaense.

Na transição do século XIX para o século XX vivencia-se a expansão das relações capitalistas no Paraná, estimulada pela produção da erva mate que alavancou o surgimento de indústrias ligadas a ela, além de outras atividades econômicas diversificadas.

Em tempos mais antigos, estiveram por aqui alguns sertanistas audaciosos, como o engenheiro Monteiro Tourinho, Joaquim Lopes, Antônio Mendes dos Santos e José J da Costa que vasculharam trechos da antiga província Real del Gayra. Infelizmente foi necessário que um grupo paulista - após terem dado a emancipação, política ao Paraná a mais de setenta anos (1853) volvessem novamente os olhos para essas terras, juntamente com um grupo de ingleses em 1924. Na dependência de Curitiba. [...] O governo Paranaense nunca se interessou por esta parte do Estado, relegando-a empresa em questão por preço de bananas [...] (HILARIO, 1995, p.31)

Os primeiros movimentos do processo de colonização do Norte do Paraná datam do período de 1860 a 1925, logo após a emancipação da província. A exploração da agricultura apresentou particularidades semelhantes ao modelo experimentado pelo estado de São Paulo, caracterizado por estruturas fundiárias alicerçadas na grande propriedade com regime de trabalho e técnicas agrícolas semelhantes.

Mesmo após a fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná, em 1924, por ingleses e paulistas, a ocupação das terras constituiu-se em um processo lento. Schallenberger e Schneider (2010) investigaram o surgimento das fronteiras agrícolas e o desenvolvimento territorial do Paraná e Mato Grosso. Segundo os autores, o governo Vargas propôs políticas agrícolas que respondessem às necessidades do mercado. O imperativo de integração nacional fez com que o governo investisse no desenvolvimento agroindustrial, captasse recursos da iniciativa privada, criasse uma rede de transporte e serviços de energia elétrica capazes de atrair pessoas para o interior do Brasil.

Para as pesquisadoras Alves e Pelegrini (2010) é possível captar a história do Norte Paranaense nas práticas dos cafeicultores que se estabeleceram no estado entre 1940 e 1960. As autoras sistematizaram o cotidiano dos moradores da região de Marialva pela apreensão da memória e história deles.

No Paraná, a cafeicultura trouxe a imigração e empresas colonizadoras para o norte do estado, fazendo surgir núcleos econômicos como Maringá e Londrina. O capital privado interessou-se em colonizar novas áreas paranaenses, motivado pelo lucro (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010). O governo federal desejava ampliar a produção de alimentos, diminuir os conflitos no campo e distribuir terras.

[...] Apenas nos albores do século XX, no prolongamento da colonização do Norte Pioneiro, nossa região teria começado a ocupação, atraindo gente de todos os cantos do Brasil e de outros países. [...] Desde séculos, aos milhares viviam e circulavam pessoas por todo o norte paranaense [...] (ROBLES, 2017, p.47).

O padre Robles (2017), uma das figuras religiosas mais atuantes em Maringá, falecido em 2018, apontou no conjunto de sua obra sobre o catolicismo maringaense que nasce com os pioneiros e perpassa a atualidade. Assim, é possível

inferir das palavras do autor a participação da igreja na difusão do pensamento religioso entre os moradores da região.

Muitos imigrantes que fixaram residência no norte do Paraná relataram a presença de indígenas na região, da etnia Guaraní (ROBLES, 2017). Fox Rule, funcionário da Companhia de Melhoramento, marcou, por meio de registro com rico significado, a presença indígena na região.

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador do nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores, eram os índios que então existiam aos arredores do que viria a ser a nossa progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem de que todos queriam correr, mas eu acalmei, e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvíamos os índios, mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre a som das batidas nas árvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade. Quando a companhia estava construindo em Jataí um desvio para virar locomotivas, os funcionários deram com urnas mortuárias dos índios da região, algumas das quais foram enviadas para o Museu Histórico do Rio de Janeiro (COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1977, p.86).

Entre os povos indígenas que ocuparam a região sobressaem os Guaranis, cuja denominação indica tanto o povo como a língua por ele falada. Há mais ou menos dois mil anos encontrava-se a presença dos Guaranis, Xokleng ou Kaigang, (MOTA, 2000). [...] Esses grupos “localizavam-se na região do Rio Pirapó, que deságua no Paranapanema, entre os municípios de São Carlos do Ivaí, São Jorge do Ivaí e Doutor Camargo” (ROBLES, 2017, p. 49).

Após a invasão do território pelos colonizadores europeus, muitos indígenas foram expulsos de suas terras, outros morreram em conflitos, muitos foram escravizados e uma parcela significativa morreu por doenças trazidas pelos europeus. “Do estreito relacionamento entre imigrantes europeus, paulistas e índios, é que surgiu a miscigenação das raças que deu origem ao caboclo paranaense” (HILÁRIO, 1995, p.131). Conforme o autor, a colonização do Paraná teve dissabores. A história não é feita só de sucessos, de fatos marcantes. A colonização utilizou o trabalho de índios, dizimando nações indígenas que viviam na região.

Entre 1853 e 1886 o Paraná recebeu cerca de 20 mil imigrantes. Marechal Cândido Rondon recebeu grande contingente de alemães como também as cidades de Rolândia, Cambé, Guaraqueçaba, Castro, Curitiba, Irati, Ponta Grossa,

Guarapuava e outras, que vinham ao Brasil em busca de uma vida melhor. A presença estrangeira foi essencial para a diversificação da produção agropecuária brasileira e no impulso industrial do país, além da contribuição na construção étnica e cultural da população (STRAPAZZON, 2007).

Os imigrantes se espalharam por diversas cidades, fundaram suas colônias, nelas estavam presentes ucranianos, poloneses, alemães, asiáticos e demais países europeus. As famílias dos imigrantes fundavam colônias, mas enfrentavam inúmeras dificuldades como o conflito pela posse da terra, o que gerava disputas intermináveis, além das condições climáticas, geadas, que inviabilizavam a produção.

Com a geada de 1942, houve um período muito difícil, faltando alimentos especialmente frutas. A alimentação dos colonos ficou muitas vezes restrita ao café e a mandioca. Depois a crise foi agravada pelas restrições decorrentes da guerra, quando muitos venderam suas propriedades (CERNE, 1995. p. 92).

Para Cerne (1995) o cotidiano do Paraná daquele período indica as dificuldades enfrentadas. Os italianos tiveram uma maior participação no processo migratório, com quase trinta por cento do total, concentrados, sobretudo no estado de São Paulo, onde se encontra a maior colônia italiana do país. Seguem-se os espanhóis, com mais de dez por cento, os alemães, com mais de cinco, os japoneses com quase cinco por cento do total de imigrantes.

É importante considerar que o desenvolvimento de toda essa região ocorreu a partir do ano de 1929, período “[...] em que a companhia de terras (a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná) iniciou sua atividade colonizadora (ALVES; PELEGRINI, 2010, p. 307).

Somente no início do século XX é que a ocupação da região passou a adquirir verdadeira feição de colonização, feita de maneira organizada sob a ação de companhias de terras particulares, por meio de concessões e/ou alienações propiciadas pelo governo do Estado. Já nos anos de 1920 e 1930, a expansão cafeeira atingiu a região denominada “norte novo”, onde se constituíram as cidades de Maringá e Londrina. Nessa região a colonização de terras e a divisão de lotes contaram com a ampla participação da Companhia de Terras do Paraná (RECCO, 2005, 2008) reflete o surgimento dos núcleos urbanos Maringá e Londrina.

Despertados pela exuberância das terras, os perspicazes ingleses verificaram que o Norte e o Oeste do Paraná, nas bacias do Tibagi, do Ivaí e do Piquiri, metade da imensidão de selva era formada por terras devolutas, isto é devolvida pela coroa espanhola, por não terem sido colonizadas. Fundaram então uma empresa, a Brasil plantation Syndicate (RECCO, 2005, p.26).

O autor apresenta Joaquim Romero Fuentes como um realizador, pessoa que projeta o futuro da região. Fuentes chegou à cidade em 1949, quando tinha apenas dois de fundação, Maringá era distrito de Mandaguari, não oferecia nenhum conforto. Fazendeiro e sertanista Joaquim jamais aceitou disputar um cargo político. Contudo em 1951 foi convidado a integrar um de um grupo que seguiu até Curitiba com a missão de fazer um pleito ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, pedindo a emancipação da cidade, e deixando assim de ser distrito de Mandaguari (RECCO, 2008). O pedido foi aceito prontamente e, dessa forma, passou a integrar ao grupo que discutia e apresentava reivindicações ao governo.

Liderada por Edwin Samuel Montagu, ex-secretário de finanças do tesouro britânico, desembarca no Rio de Janeiro a 23 de dezembro de 1923 a Companhia, com uma comitiva de técnicos, proveniente da Inglaterra, vinham por ordem de capitalistas, banqueiros, credores da dívida brasileira. Embora protegidas pela mata, as terras devolutas começavam a ser ocupadas por pretensos donos, fato constatado pelo escocês Arthur Thomas, que havia sido enviado por Lovat para dirigir as fazendas de Algodão da Brasil *Plantation, Syndicate*. Nessa época a companhia Marcondes de Colonização declarou ser dona de áreas para colonizar na Bacia do Ivaí. Eram terras “griladas”, de domínio ainda do estado do Paraná, conforme verificou João Sampaio, advogado da Brasil Plantation.

Simon Joseph Fraser, Lord Lovat, décimo sexto barão do Reino Unido, então com cinquenta e um anos, despede-se da silhueta londrina e ao mesmo tempo imagina como será a jovem e pouco conhecida nação para onde se destina – o Brasil – como integrante da missão econômica chefiada por Lord Montagu, convidada pelo presidente Arthur Bernardes para estudar a economia brasileira e reorganizar o Ministério da Fazenda. Ao lado de Lovat, igualmente absortos na paisagem, seguem seus companheiros de missão (COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ; 1977, p.37).

A missão de Lovat ocorreu entre 1922 a 1924, pois com ela se delineava, pouco a pouco, uma convergência de interesses que viria a contribuir decisivamente

para a colonização do norte do Paraná, de um lado Lord Lovat, em busca de informações sobre a agricultura paranaense e de outro sobre as terras para o plantio de algodão e de outro, os fazendeiros do Norte Velho, liderados pelo Major Barbosa Ferraz e por Antônio Ribeiro dos Santos, que procuravam investidores estrangeiros interessados em investir nas obras ferroviárias que ligavam o Paraná a São Paulo.

Os colonos que chegavam ao norte do Paraná eram brasileiros vindos de São Paulo, Minas Gerais, regiões do nordeste e do sul do Brasil. Assim como infere Hilário:

[...] Além de estrangeiros: italianos, alemães, portugueses e espanhóis, russos e muitos japoneses. Essas famílias vinham com pouco recursos, mas muita vontade de trabalhar. E prosperaram por várias razões; primeiro, eles compravam a terra muito barato e pagavam a prazo; segundo instalavam-se em regiões onde era possível comercializar produtos secundários da propriedade (milho, feijão, arroz, porcos, galinhas, frutas, legumes, leite, queijo, etc.) Terceiro, essas famílias não tinham despesas forçadas, não pagavam empregados, por que a família toda trabalhava, não gastavam com a manutenção por que produziam tudo na própria terra [...](HILÁRIO, 1995, p.63).

A colonização dessa região deve ser compreendida a partir das dificuldades de expansão da economia cafeeira no vizinho estado de São Paulo, além de outros aspectos, tais como a fertilidade da terra roxa e pela conjuntura internacional do café. Dessa forma, o processo de ocupação da região é um fato relativamente recente, que foi acelerado no período entre 1940 e 1950, com a expansão da fronteira agrícola, marcadas pelas políticas migratórias e colonizadoras. O aumento das colônias agrícolas favoreceu o crescimento migratório e o avanço da agricultura.

Para Hilário (1995), as ações do Estado para a ocupação dos espaços “vazios”, a partir dos anos 1930, devem ser compreendidas a partir do processo de substituição de importações, projeto que ganhou notabilidade a partir dos anos 1930. A crise estrutural do capitalismo, a partir de 1929, e a ascensão dos novos grupos sociais com a Revolução de 1930 colocaram na ordem dos debates públicos a necessidade de incrementar as atividades econômicas no Brasil.

Dessa forma, a década de 1930 foi marcada por eventos balizadores, tais como: a ascensão de novos grupos, como a burguesia industrial, a polarização entre fascismo e socialismo, que também se manifestou no Brasil, o Golpe do Estado Novo de 1937. Esse período se caracteriza como divisor de águas do processo

histórico brasileiro, pois, de um lado, verifica-se o enfraquecimento político dos segmentos dominantes da oligarquia rural, composta fundamentalmente pelos cafeicultores, de outro, o fortalecimento da burguesia industrial e o aumento do proletariado urbano.

Nesse cenário, a Revolução de 1930 representava, ao menos simbolicamente, o rompimento com as velhas práticas da República Velha e a regeneração da sociedade e da nação. Assim, a defesa do desenvolvimento nacional e a ocupação dos espaços vazios foram elementos presentes ao longo da chamada “Era Vargas”.

A colonização mediante a ação de colonizadores privados foi um meio de legitimar a política de desenvolvimento da soberania nacional e modernização do Brasil. O incentivo ao capitalismo nacionalista foi uma estratégia de Getúlio Vargas para regularizar as relações entre o trabalho e o capital mediante a criação da indústria nacional (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010).

Getúlio Vargas governou o Brasil por duas oportunidades: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Embora com especificidades dentro dos períodos destacados, havia um viés nacionalista nas proposições dos grupos representados por Vargas. No período compreendido entre 1930 e 1945 prevaleceu a perspectiva desenvolvimentista baseada no capital nacional, com forte intervenção do Estado. A ideia era desenvolver a “nação” com autonomia. Tratava-se de um modelo inaugurado com a Revolução de 1930, que expressou a reorganização dos grupos dominantes, rompendo com o modelo agrário exportador, mas sem que isso implicasse na eliminação do latifúndio. Emerge nesse novo cenário o Estado com um projeto burguês ligado as forças produtivas.

Da mesma forma que as nações latino-americanas, a economia brasileira assentava-se no modelo agrário exportador, o que lhe conferia o papel de dependência no cenário mundial. Nesse sentido, a crise de 1929 expôs a fragilidade da economia nacional diante da queda dos preços do café. Nesses termos, o Governo Vargas materializou a opção de um projeto que objetivava o desenvolvimento industrial como expressão do desenvolvimento nacional.

Uma dessas tendências, que pode ser denominada estratégia de desenvolvimento nacionalista, predominou nos anos 1930-1945, 1951-54 e 1961-64. Ela tinha como pressuposto implícito, o projeto de um capitalismo nacional, como uma única alternativa para o

progresso econômico e social. Nota-se que o capitalismo nacional deveria implicar na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos e continha o pressuposto de uma hegemonia possível, principalmente nas relações com os países da América Latina e da África. A outra pode ser chamada estratégia de desenvolvimento associado, predominou nos anos de 1946-50, 1955-60 e de 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo associado como única alternativa para o progresso econômico e social (IANNI, 1986, p. 307-308).

O modelo de desenvolvimento nacionalista, cuja expressão inicial pode-se encontrar em Vargas, pautava-se na industrialização sem manifestar o desejo de rompimento com o capital estrangeiro.

No padrão de desenvolvimento inaugurado com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira a partir de 1930 e com a consequente ruptura da hegemonia que possuíam os exportadores, particularmente os de café, o Estado passou a exercer liderança ativa no modelo de desenvolvimento econômico, fundado no projeto de consolidação da indústria nacional (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 208)

Coube ao estado brasileiro o papel de fomentar ações que objetivavam o desenvolvimento “nacional”, partindo do pressuposto de que esse não ocorreria de forma espontânea a partir do livre mercado. Assim, os grupos dirigentes compreendiam como fundamental a ação do Estado como indutor do desenvolvimento da indústria para superação do atraso e pobreza.

O setor privado, fundamentalmente representado pela classe cafeicultora, até aquele momento, era incapaz de promover e organizar uma nova estrutura de desenvolvimento para o país que se pautasse na industrialização e na formação de um mercado mais eficiente. Assim, esta responsabilidade ficou a cargo do Estado, que deveria promover, executar e gerenciar uma nova política, baseada na implantação do pensamento burguês urbano. Desta forma, o Estado promoveu e regulamentou a instalação da indústria e as novas relações de trabalho que com ela surgem, como por exemplo, o assalariado urbano-industrial.

Além dessas ações, o Estado promoveu a instalação de infraestrutura básica, começando pelos setores energéticos, de transportes e de uma rede de serviços. Para a objetivação das novas finalidades previstas pelos detentores do poder estatal, a aliança dos setores não tradicionais da produção agroexportadora com a burguesia urbana motivou a efetiva participação do Estado, tanto pela via direta, através da instalação de indústrias de capital estatal, como indireta com financiamentos e incentivos à iniciativa privada. Além de incentivar a industrialização, um dos objetivos principais do

período era expandir as fronteiras produtivas e incorporar novas terras e produtos ao mercado. Neste aspecto, destaca-se a importância da iniciativa privada, por meio de companhias colonizadoras particulares para a política de expansão e colonização do interior brasileiro que se intensificou a partir dos anos de 1930-1940 (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010. p. 204).

Nesse processo, o estado brasileiro apresentou-se como articulador dos interesses “nacionais” na promoção do desenvolvimento econômico. No entendimento de Schneider, a abertura das fronteiras agrícolas teve a finalidade de alavancar o desenvolvimento e constituir uma espécie de saída para os problemas gerados pela estagnação da economia, pela manutenção das estruturas sociais e pelo aumento da população (SCHNEIDER, 2008). Ao longo dos anos 1930, verifica-se uma série de ações com propósitos industrializantes.

A municipalização é discutida por Victor Leal (1997) ao apontar que o coronelismo, o voto de cabresto e a exclusão de trabalhadores do campo dos meios de produção são características de centralização do poder, situação vivenciada em várias partes do país. O poder local ficava a cargo dos coronéis. No Paraná, a mão de obra camponesa lutou contra os grandes cafeicultores.

Não por acaso, concomitantemente com as políticas industrializantes e de integração nacional, inicia-se um projeto de regulamentação das relações entre capital e trabalho em um cenário marcado pela polarização entre a Ação Integralista Brasileiro - AIB e a Aliança Nacional Libertadora – ANL, que representaram respectivamente o fascismo e a esquerda vinculada ao Partido Comunista Brasileiro. O primeiro teve o apoio de Vargas e o segundo foi combatido por ele.

Segundo J. Costa (2007), de 1930 a 1945 o Brasil teve o desenvolvimento econômico voltado à construção da identidade nacional. Atendendo algumas demandas sociais, a expansão agrícola tinha por objetivo garantir a soberania nacional das fronteiras, proporcionando acesso à terra a parcelas de trabalhadores rurais. A população fixou-se na cidade e os operários começaram a reivindicar condições de trabalho salubres nas indústrias e fábricas em desenvolvimento. Tratava-se de constituir uma política econômica pautada na ocupação dos “vazios” dos territórios e construir a “nação” brasileira com vistas à superação do atraso do país em relação à Europa. O governo Vargas adotou um discurso populista (COSTA, 2007). Nele, preconizava a autonomia do povo no desenvolvimento industrial do país e a criação das bases da regulação entre capital e trabalho

mediante o estabelecimento de direitos trabalhistas³. Na prática, estimulou o fortalecimento dos capitalistas com a formação dos trabalhadores para o mercado.

Em 1937, por meio de um golpe, estabeleceu-se no Brasil o Estado Novo, regime no qual Vargas fecha o Congresso Nacional, cria nova Constituição, desmobiliza a AIB e a ANL, cerceia a liberdade de imprensa e a ação dos sindicatos. Ao atender o povo, o governo torna-se popular e muitas de suas decisões ganham a adesão da sociedade.

Postulando o ideal de “unidade” da nação, o governo Vargas (1930 -1945) adotou medidas que expressavam o interesse em criar a estrutura necessária para o desenvolvimento econômico em bases “nacionalistas”, buscando a superação da condição identificada com o atraso.

Dessa forma, a colonização surgiu como uma opção por parte do Governo Federal, no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se, assim, uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. Assim, colonização pressupõe também deslocamento, sendo que a estratégia era beneficiar diretamente os projetos de colonização privados, criando diretamente “frentes pioneiras” que canalizavam para as regiões estagnadas o excedente populacional camponês ainda não de todo empobrecido. Essas estratégias políticas para promover a colonização das novas fronteiras agrícolas, até então consideradas vazias do ponto de vista demográfico, influenciaram em muito o processo de desenvolvimento dos novos espaços agricultáveis (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 205).

O grupo que comandou o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, levantava a bandeira de um modelo de desenvolvimento fundado na concepção de um capitalismo nacionalista, isto é, a nação poderia libertar-se das demais por meio do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da sua agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho.

A política criada por Vargas beneficiou as famílias de migrantes, pois (re) estruturou o território regional em pequenas propriedades familiares, como forma de garantir a integração dessa região ao mercado nacional como produtora de matéria-prima e receptora de correntes migratórias. Diante do exposto, é importante

³Criou a CLT – Códigos de Leis Trabalhistas -, reduziu a jornada de trabalho, criou o salário mínimo e o Dia do Trabalhador.

reafirmar que os processos de expansão das fronteiras agrícolas, o que inclui Maringá nas décadas seguintes, devem ser compreendidos a partir dos interesses de natureza econômico-social. Tratava-se de reduzir os conflitos nas áreas rurais, ao mesmo tempo, estimular o crescimento da produção e do mercado interno.

A ampliação do mercado, por sua vez, implicava a necessidade de se transformar as frentes de expansão em regiões produtoras e consumidoras de mercadorias, anexando-as ao desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, de se coordenar esses movimentos de maneira que permitissem a conquista de novas áreas, incorporando-as definitivamente ao mercado nacional. O tamanho do mercado interno nacional, por isso, indicava a preocupação com a integridade do território e, conseqüentemente, com a defesa e a segurança nacional. Tais elementos impuseram às políticas colonizadoras uma importância fundamental (COSTA, 2007, p. 57).

A integração ao mercado interno e a política migratória amparada pela redistribuição populacional favoreceu o crescimento das indústrias de consumo, o crescimento da extração de matéria-prima para a indústria e de alimentos para os centros urbanos, além da formação de núcleos consumidores dos produtos industriais produzidos no próprio país, principalmente no estado de São Paulo.

Em linhas gerais, aqueles dispostos a buscar novas oportunidades em terras do norte paranaense vinham de regiões agrícolas de São Paulo, Minas Gerais e de estados do Nordeste. Nesse processo, a participação da igreja católica e seus intelectuais foram de fundamental importância para a constituição de uma identidade que se confundia aos valores conservadores defendidos pela instituição.

Ainda durante o período, observa-se o movimento de controle das massas trabalhadoras pelo Estado.

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Era bem-vinda, na concepção dos empresários, toda a iniciativa do estado que controlasse a classe operária, Da mesma forma era bem-vinda por parte dos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho (COUTO, 2004, p. 95).

O caráter populista do governo Vargas buscou controlar os ímpetus reivindicatórios da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, dar suporte ao

desenvolvimento ao projeto de industrialização em andamento. Em outras palavras, a despeito do autoritarismo varguista diante das demandas dos trabalhadores, chegando mesmo a utilizar das estruturas repressivas do Estado, que perseguiram, encarceraram ou eliminaram lideranças sindicais vinculadas ao Partido Comunista-PCB, não há como negar os avanços na legislação trabalhista. Ferreira (2001) debate o papel do populismo na política brasileira.

[...] o populismo ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, pois com o fim do Estado Novo o país conheceu, no plano político, um mínimo de probidade nas eleições e, no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, o populismo, como uma ideologia pequeno burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrialização. Além disso, os assalariados não apresentavam a “consciência de classe” que caracterizava os trabalhadores providos de longas tradições de lutas, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado. Resumindo, a classe trabalhadora apresentava-se como “povo em estado embrionário”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os tornava “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas (FERREIRA, 2001, p. 69).

Segundo o autor, a presença de uma figura pública carismática à frente do país é, de certo modo, facilitadora do desmonte dos direitos sociais pelo capital. Como se percebe, as práticas populistas de Vargas buscaram o impedimento do desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se empreendia o esforço de consolidação do mercado interno. Tratava-se, na visão dos grupos dirigentes, de conciliar desenvolvimento econômico, autonomia nacional e harmonia entre classes.

Nesses termos, o processo de formação de Maringá não deve ser desvinculado das contradições de classe de um país periférico e subordinado ao capital estrangeiro, além dos conflitos inerentes aos diferentes projetos políticos em disputa.

3.2 A FUNDAÇÃO DE MARINGÁ

Em 1942 a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), responsável pela colonização da região, havia assentado a pedra fundamental do povoado nascente, formando a partir de um núcleo de povoamento conhecido por “espigão”, localizado hoje pelo nome de Maringá Velho, primeiro povoado da cidade. O Hotel Campestre foi o primeiro patrimônio da cidade, construído pela Companhia de Melhoramento era a referência dos viajantes, com destaque para empreiteiros, corretores e compradores de terras.

No dia 10 de novembro de 1942 a Companhia de Terras Norte do Paraná lançou a pedra fundamental de Maringá, oportunidade em que inaugurou o Hotel Campestre (depois denominado de Hotel Maringá), de sua propriedade, construído com lascas de palmito e coberto de tabuinhas, destinado a hospedar os interessados em investir na região [...]. (RECCO, 2005, p.31).

Embora oficialmente fundada no ano de 1947, Maringá já tinha inúmeras construções, nesse cenário, no ano de 1946 existiam centenas de casas de pioneiros. Na década de 1940 começou a serem erguidas as primeiras edificações propriamente urbanas, na localidade do Maringá Velho. Eram umas poucas e bastante rústicas as construções de madeira de cunho provisório. Destinava-se, fundamentalmente, a organizar na região um polo mínimo para o assentamento dos numerosos migrantes que afluíam para a nova terra. Boni (2009) estudou o surgimento de Londrina e Maringá e, de acordo com esse autor, as cidades têm em comum a produção de café como fonte econômica. Nesses termos, o surgimento da cidade vincula-se à crise do café, que levou à falência inúmeros fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais. Muitos colonos de origem estrangeira, já radicados no Brasil, também procuravam novas frentes de trabalho em direção ao novo “Eldorado”, localizado no norte do Paraná. Serra (1991) ratifica a luta pela terra.

A Colonização passa a corresponder à implantação de colônias e agricultores estrangeiros em regiões previamente determinadas pelo estado segundo o critério que levou em conta a necessidade de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento das populações urbanas (SERRA, 1991, p.61).

Além dos estrangeiros, também era comum a presença de nordestinos fugindo das condições miseráveis em que se encontravam. Os retirantes

demandavam rumo ao sul do Brasil, descreve Cabral 1977 a situação dos retirantes que chegavam no Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida.

Aqueles retirantes homens, mulheres e crianças no arcabouço de caminhões velhos e incômodos, ao ultrapassarem o Rio São Francisco, já eram batizados pela irreverência brasileira que não perdoa nem a miséria de seus semelhantes, passando a chamá-los de “arigos”. As amontoadas “levas” recebiam o nome ainda de paus-de-arara, de forma alusiva ao fenômeno de imigração e ao seu “empoleiramento”, no gradeado dos veículos (CABRAL, 1977, p.27)

Ao chegarem, as famílias de retirantes construíram suas casas de madeiras, e barracões improvisados, o que lembrava uma “cidade fantasma”, denominação pela qual ficou conhecida Maringá entre 1947 e 1948. Esta denominação se dava porque a Companhia de Melhoramento vendia os lotes e obrigava os proprietários a construírem em determinado prazo. Dessa forma, casas de madeiras surgiram, mas a maior parte ficava fechada por falta de moradores (DIAS, 2014). A economia paranaense das décadas de 1970 a 2000 é pensada por Trintin (2006). O fracionamento de terras foi abordado pelo autor:

A forma adotada para a venda das terras foi fracioná-las em pequenos lotes, com prestações que se estendem até 48 meses. Além disso, a companhia também assegurava assistência técnica aos colonos, transportes e instruções gerais. A partir de então, moldou-se um novo tipo de economia cafeeira, proporcionando condições para o processo de ocupação do Norte Novo do Estado. Em verdade, o que se fez foi um grande projeto imobiliário, sendo essa a maneira encontrada pela companhia para viabilizar a venda de suas terras, visto que o país atravessava uma conjuntura de extremas dificuldades, o que inibia o dispêndio de capital na aquisição de terras ainda inexploradas (TRINTIN, 2006, p. 48).

Na mesma perspectiva, Luz (1997) pontua que a urbanização de Maringá. Nos primeiros anos de formação da cidade, a Companhia vendia os lotes de terra parcelados até em quatro anos e os colonos podiam quitar a dívida com a colheita do café. Alguns sitiantes tinham criações de bovinos, suínos e galinhas, outros plantavam cana de açúcar e produziam o melado.

O relacionamento da zona rural com o núcleo urbano se fazia através da venda de produtos agrícolas na cidade que em troca fornecia os artigos de maior necessidade não produzidos no campo. No começo

esse fornecimento era feito por Apucarana, Mandaguari e Marialva (LUZ, 1997, p.66).

A Companhia de Terras trouxe para fazer parte de sua equipe de trabalhos pequenos proprietários de glebas; comerciantes; profissionais liberais; aventureiros, vindos não se sabe de onde, mas que souberam enriquecer em Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama e em tanto outros núcleos da região:

[...] maquinista de café; operários que viram cidades brotar do nada enquanto colocavam tijolo sobre tijolo, tábuas ao lado de tábuas; caixeiros-viajantes que a cada visita encontravam mais gente, mais entusiasmo, mais negócios; estrangeiros que elegeram o solo virgem sua nova pátria; funcionários públicos que vieram para atender ao crescimento vertiginoso e a grande demanda de bens e serviços; são eles os verdadeiros cronistas do Norte do Paraná [...](COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, 1974. p. 7)

Em 10 de maio de 1947 foi fundada oficialmente pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná, a cidade de Maringá, na condição de distrito da cidade de Mandaguari. “Desmembrando-se de Mandaguari com a criação do município através da lei 790/51 de 14 de novembro de 1951, com área de 486.527Km² e três distritos (Floriano, Iguatemi e Ivatuba), Maringá tomou impulso” (RECCO, 2005, p. 38).

Infere-se que desde sua fundação a cidade nasceu com a ideia de constituição de um núcleo urbano moderno, que atendesse às demandas do cultivo da agricultura e em especial, da produção cafeeira, ambicionada pela companhia colonizadora. Nesse sentido, a concepção de modernização presente nas origens do processo de urbanização de Maringá foi alicerçada em dois pontos: a primeira, de caráter econômico, que objetivava as melhorias urbanas, por segundo aspecto, com um propósito político, que buscava a formação de um trabalhador produtivo e dócil aos interesses hegemônicos e uma elite condutora dessa política (RECCO, 2005).

Entende-se que para a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (1977) a fundação de Maringá foi um sucesso. Os colonos tiveram a função de desbravar o norte pioneiro e de captar novos moradores para a localidade. A companhia colonizadora foi aos poucos criando uma infra-estrutura para o seu recente núcleo urbano e, com o auxílio de algumas empresas locais, foi instalada luz

elétrica na avenida Brasil, a energia com gerador diesel⁴. A CMNP cuidou, também, da colocação de meios-fios e, mais tarde, as ruas e avenidas do centro foram revestidas com paralelepípedos (GULLA, 2009).

Muitas outras atividades foram sendo desenvolvidas, como a inauguração do primeiro cinema de Maringá, conhecido pelo nome de cine Primor. Leal (2016) estudou a história artística e cultural de Maringá:

A fonte de diversão na cidade foi o cinema, onde o público comparecia em peso a sessões, o aparecimento do primeiro cinema foi no ano de 1947, era conhecido como Cine Primor localizado no “Maringá Velho” de propriedade do senhor Benedito José. Para funcionar a pleno vapor, era necessário empreender algumas reformas no prédio onde antes funcionava uma loja de comércio. As sessões realizavam-se duas vezes por semana, ou seja, aos sábados e aos domingos. Os filmes eram trazidos da cidade paulista de Botucatu, por ônibus da Viação Garcia, e o trabalho de divulgação da programação eram feito de maneira bem artesanal possível: uma pessoa encarregada de empunhar um alto-falante irradiava a mensagem a partir do próprio prédio do cinema (LEAL, 2016, p. 39).

A agricultura era o elemento básico da economia do município (LUZ, 1997). Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, os profissionais liberais, enfim, toda a aparelhagem administrativa dependia do bom relacionamento com a população do campo e das atividades agropecuárias que ali se desenvolviam. Na escala social, o elemento de maior projeção social eram os grandes proprietários de terras, embora em menor número que, junto aos proprietários de estabelecimentos comerciais, os proprietários de indústrias de médio e grande porte, os juizes de direito, os promotores públicos, os profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, dentistas e farmacêuticos), formavam a elite local.

Para Dias (2014) os primeiros moradores tiveram que desmatar a terra, enfrentar doenças e alterações climáticas para fincarem raízes na “terra crua”. O desenvolvimento da cidade foi típico de uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade e não desvinculada dos determinantes econômicos que se inseria e passava a sociedade brasileira (LEAL, 2016). Em nome do café, as florestas eram devastadas por um exército de homens utilizando foices e machados. Quando

⁴ Segundo relatos dos pioneiros, esse conjunto diesel pertencia ao Sr. Octávio Periotto, que o adquirira para uso próprio.

famílias inteiras chegavam eram contratadas para serviço de colheita do café, agricultura predominante na região, para o trabalho na chamada derriça, os grãos vermelhos eram puxados dos ramos com as mãos e caíam sobre a terra, juntando pelos varredores o café, em seguida, era feita a abanação para eliminar as impurezas.

Em plena fase do desbravamento o contingente humano era movido pela esperança de fazer a vida no comércio, produzindo café ou oferecendo-se como mão de obra nas mais variadas profissões. O trabalho extenuante dos colonos propiciou a criação de espaços rudimentares de lazer com vistas ao alívio das tensões. Nesse sentido foram organizadas as primeiras festas na cidade, bailes e confraternizações, que ocorriam em barracões improvisados ou barracas armadas, ao som de sanfonas e violas. Esses eventos, que possuíam importância para os primeiros moradores, “eram alegres e descontraídas ocorriam nos terreirões de café, tulhas, celeiros” (LEAL, 2016, p. 43). Também ganharam destaque as festas das igrejas, que envolviam os moradores.

Todas as pessoas ficavam encarregadas da programação profana da festa, consistindo, basicamente, na produção de leilões a partir de prendas oferecidas pelas famílias da cidade e dos sítios, venda de fitas e criação de correio elegante. Além desse atrativo havia as barraquinhas das quermesses (LEAL, 2016, p. 43).

Dessa forma, as festas constituíam-se em um espaço de diversão e fortalecimento dos valores vinculados ao ideário católico de valorização da família e obediência aos preceitos religiosos. No entanto, apesar da difusão do “espírito cristão”, os conflitos continuavam presentes no interior da sociedade. Problemas encontrados em outros centros urbanos eram encontrados no cotidiano dos moradores, ainda que a cidade caminhasse obedecendo a planificação elaborada pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná.

Um novo importante elemento de progresso, no entanto teve o dom de mudar o epicentro da cidade que nascia, fazendo-a descer da colina do poente para a planície da nascente. A causa foi a ferrovia pela influência do traçado das linhas ferroviárias e da localização da respectiva estação. [...] Entra a colina e a planície, como um laço indissolúvel, ficou o traçado da Avenida Brasil, unindo a comunhão de esforços que um pedaço de floresta ainda pretendia separar. Essa separação sobrou apenas uma lembrança algo pitoresca na

denominação que se deu a colina de “Maringá velho” (CABRAL, 1977, p. 29).

Diante do crescimento da região e do polo representado por Maringá, a cidade progressivamente tornava-se estratégica para a difusão dos valores católicos. O desenvolvimento econômico, a localização e a facilidade de acesso às outras regiões constituíram-se em elementos importantes para a difusão da fé católica entre as famílias.

Nesse sentido, Jacarezinho, Londrina e Maringá tornaram-se pontos principais, pois faziam parte dos limites que demarcavam outros municípios. Tratava-se de uma estratégia com vistas à conquista de espaços para o catolicismo na região que desenvolvia e atraía novos moradores.

O Jornal Folha do Norte do dia 10 de maio de 1966 trazia em suas páginas um editorial denominado “Cidade Feliz”, em comemoração aos 19 anos da fundação⁵ de Maringá.

Estamos hoje dedicando uma grande edição à cidade de Maringá, pelo registro de seu 19º aniversário de fundação. Não foi muito fácil realizar um trabalho dessa natureza. Os senhores percorreram nossas páginas e encontrarão, como numa alegre vitrina, a exposição de quase tudo que temos de importante. Não tudo, por que seria pretender encaixar em algumas dezenas de páginas aquilo que precisaria de muito mais espaço. [...] Temos orgulho de afirmar que a “folha do norte” acompanha o desenvolvimento da região. A cada dia sem modéstia falsa, estamos crescendo, melhorando a apresentação da nossa edição. [...] Tudo vai bem por aqui. A prefeitura está entregue a um homem de bem, que trabalhe assessorado por uma equipe dinâmica. Existe harmonia perfeita entre os poderes, há um ambiente de paz em todos os sentidos, criando um conjunto de motivos que influem, de fato, para que a cidade se consolide e se destaque em todos os setores [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1966, p. 11).

No *slogan* de Cidade Feliz, destacado no artigo do jornal transmite a imagem de uma cidade em desenvolvimento, sem problemas sociais, onde todos vivem em perfeita harmonia, escamoteando questões relacionadas aos conflitos encontrados em uma cidade em construção. Com a finalidade de passar ao leitor um ambiente alegre, o periódico contribuía para uma visão idealizada de uma sociedade supostamente sem conflitos de classe. Segundo Casey (1992) a história da família se confunde com a história do desenvolvimento econômico do país. Conforme o

⁵A fundação de Maringá pode ser entendida como o lançamento da pedra fundamental da cidade.

Brasil teve seu modelo produtor alterado, o modelo de família foi também sendo alterado. Cabral (1977) percebe Maringá como uma cidade provinciana que, aos poucos, vai se transformando numa “selva de pedra”.

Com base no exposto, a imprensa local, que expressou os interesses da elite dominante, contribuiu para a difusão do pensamento conservador com fortes vínculos com a igreja católica, buscando moldar comportamentos e ações dos homens e naturalizando as diferenças de classe.

3.3 A IDENTIDADE CATÓLICA DE MARINGÁ

Em 1956 o Papa Pio XII (1939-1958) criou a Diocese de Maringá por meio da Bula “*Latíssimas Partire Ecclesias*”, sendo uma circunscrição territorial administrada eclesialmente pelo bispo dom Jaime Luiz Coelho, chegando à cidade em 24 de março de 1957, vindo de Ribeirão Preto(SP). Paulista de Franca, ele foi ordenado sacerdote em 1941.

Ao tempo da criação e instalação canônica da diocese de Maringá, a Igreja Católica orientava-se por um referencial doutrinário evangelizador ligado fortemente às diretrizes do concílio de Trento (1545-1563). Era compreensível, de vez que não fizera sentir ainda o impacto que iria provocar em todo mundo o Concílio do Vaticano II (1962-1965), nascido não “como um fruto de prolongada consideração, mas como uma flor inesperada primavera “no dizer de João XXIII, a quem ocorreu a inspiração de convocá-lo. A diocese de Maringá foi instalada a cinco anos antes daquele que se tornaria o mais importante evento eclesial do século XX. O Concílio Ecumênico Vaticano II surpreendeu a engatinhando, ainda em fase de organização (ROBLES, 2007, p. 225).

Como podemos inferir a partir das contribuições de Robles, o conservadorismo era uma marca registrada da Igreja no período em tela. Ainda que houvesse fissuras no clero da Igreja, é evidente a marca de defesa da ordem social presente nas ações da instituição.

Desmembrada da Diocese de Jacarezinho, a nova circunscrição eclesial situa-se no noroeste do Estado do Paraná, também chamado Norte Novo, subdivisão do Norte do Paraná. A nova diocese, entendida em seu contexto histórico, apresenta características significativas que a torna bem mais do que uma simples localidade religiosa rumo ao “Reino de Deus”. Nesse sentido, a atuação

eclesiástica católica buscava reafirmar os princípios da moralidade cristã em Maringá, cidade marcada pelas contradições próprias de uma sociedade de classes e que se urbanizava. Procurava combater seus inimigos e as religiões concorrentes, ocupar e organizar todos os espaços e impor seus princípios e valores à sociedade.

Nesse sentido, o primeiro bispo queixava-se da falta de sacerdotes para o atendimento do trabalho pastoral da Igreja. Entendia que a ausência de padres contribuía para o afastamento dos fiéis.

Na diocese toda, de modo geral, é consolador o espírito religioso. O povo simples do campo conserva a religião e a pratica como é possível diante da falta imensa de clero. [...]Embora o número de acatólicos não seja grande, há, contudo, a dimensão do erro entre as camadas mais simples, que laboram a grande ignorância religiosa. Esta consequência – a ignorância religiosa – é campo fértil para propaganda protestante, espírita, etc (COELHO apud ROBLES, 2007, p. 230).

A partir do posicionamento do Dom Jaime é possível perceber o esforço eclesiástico em conservar os féis sob a influência da doutrina católica, identificando a ignorância como um campo de possibilidades de expansão de outras correntes religiosas.

A Companhia apoiou financeiramente a Igreja, concedendo espaços, prestigiando iniciativas, pois reconhecia na instituição uma importante aliada na constituição de uma sociedade purificada, homogênea, moralizada, ordeira, pacífica e moderna. Assim, a igreja católica participou ativamente do desenvolvimento e organização social de Maringá, delimitando uma série de valores pertinentes ao conservadorismo católico.

Expressão das condições sociais em que se inseria, D. Jaime participou ativamente das atividades eclesiais desde os anos iniciais da cidade.

Dom Jaime também marca presença na sociedade: um homem do mundo, com seu temperamento impulsivo, com sólida formação cultural. Tem a ética cristã como pressuposto de seus juízos políticos. É pessoa de uma única palavra: seu sim, será sempre sim, da mesma forma que seu não será sempre não. O mundo é sua vida (UBINGE; SANTOS, 2007, p. 15).

A vinda do novo líder espiritual ganhou destaque nas páginas do Jornal de Maringá. Em três de março de 1957, o principal artigo do dia anunciava o evento de maior importância já vivido pela cidade.

O MEZ DO BISPO – IVENS LAGOANO PACHECO Neste mês, que nos encontramos, no dia 24, isto é, no penúltimo domingo antes que março desapareça, Maringá irá receber seu primeiro bispo. Temos de convir que o evento é dos mais nobres exigindo uma comemoração também das mais elevadas. A honraria que o Vaticano houve por bem em conferir a Maringá é das mais distintas e segundo ouvimos constitui uma distinção ímpar, tão grande que não há similar no mundo. Uma cidade que possa alcançar esse ponto, antes de que tenha completado 10 anos, necessariamente tem que compor uma série de requisitos que não são só os de ordem religiosa. Não sabemos como procede a Igreja em casos dessa natureza. Mas o bom senso indica de que há necessidade de um trabalho dos mais cuidados a fim de que concretize o que hoje é uma realidade entre nós. Lembramo-nos a propósito disso que, na nossa terra, só foi conquistado um bispado da I. Católica Apostólica Romana depois que ela tivesse completado 90 anos. Das outras religiões por serem consideradas menos poderosas, os bispos são raríssimos. Eis porque nossos sentimentos cristãos se agitam aguardando a ocasião em que, triunfalmente, será conduzido à Catedral D. Jaime Luiz Coelho, 1º bispo de Maringá. Nessa ocasião, lembraríamos mesmo aos habitantes das avenidas e ruas a serem percorridas, a necessidade de ornamentarem suas casas e mandarem confeccionar faixas de forma a darem à cidade, nesse dia, um tom realmente festivo. Numa ocasião como esta temos que nos irmanar o mais possível, mostrando àquele que terá a responsabilidade de dirigir um enorme rebanho de almas não só o nosso respeito, mas também nossa consideração. Eis porque consideramos este o mês do nosso bispo D. Jaime Luiz Coelho, e esperamos certos de que o povo católico desta cidade saberá de uma maneira evidentemente clara, prestar-lhe as homenagens que lhe são devidas (O JORNAL DE MARINGÁ, 1957, p. 2).

A nomeação de Dom Jaime bispo constava no decreto como uma decisão importante para Igreja manter a hegemonia religiosa. O objetivo era o de guiar os fiéis na fé e nos costumes.

[...] elegemos-te, dileto filho, para Bispo e Pastor da mesma sé catedral de Maringá, que constituímos sufragânea da arquidiocese de Curitiba. Entregamos-te, portanto, o governo e administração desta diocese no que se refere tanto aos assuntos religiosos quanto aos bem temporais, ao mesmo tempo em que te conferimos os direitos e as honras, os ofícios e as obrigações anexos a este digníssimo múnus. Para tua comodidade, concedemos-te o direito de seres devidamente sagrado fora da cidade eterna por um Bispo digno, de açodo com a tua preferência, assistido por dois outro, todos em comunhão com a sé Romana: a esse venerável irmão, que para isso escolheres, por estas Nossas letras, conferimos a delegação. Queremos, além disso, que antes da sagração e da tomada de posse da diocese, perante algum Bispo em comunhão com a Sé Romana, faças a profissão de fé católica e o juramente tanto de felicidade a

Nós e aos Pontífices Romanos quanto contra os erros dos modernistas, de acordo com as fórmulas prescritas; deles enviarás com presteza à sagrada congregação Consiste tirar cópias com assinaturas e carimbos teus e do outro bispo. Se não fizeres o juramento nem emitireis a profissão de fé, tanto a tua pessoa quanto o Bispo que te sagrar incorrerão ambos nas penas cominadas pelo Direito. Quanto ao benefício que tiveste até hoje, como cura da Catedral de Ribeirão Preto, ordenamos, conforme o Direito, seja tido como vago, devendo ser preenchido por Nós e por esta Sé apostólica. Dito isto, dileto filho fazemos votos a Deus de todo o coração para que, propício, fecunde o teu trabalho, te guarde a ti e aos teus fiéis. Dado em Roma junto de São Pedro, no dia três de dezembro do ano do Senhor de mil novecentos e cinquenta e seis, décimo oitavo do Nosso Pontificado. Celso Cardeal Costantini: Chanceler da Santa Igreja Romana. Hamleto Tondini: Diretor da Chancelaria Apostólica: Alberto Serafini Pronotário: Apostólico Silvio Sericano (ROBLES, 2017, p.38 - 39).

Dessa forma, a diocese e a cidade tornavam-se aliadas importantes para o desenvolvimento de Maringá. Como instituição, a Igreja orientava a conduta de seus fiéis e defendia os valores condizentes com os interesses da hierarquia eclesiástica e para a manutenção da ordem burguesa.

O Santo Padre João XXIII confirma condenação já antes feita por Pio XII: perguntou-se a Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício, na escolha dos representantes do povo é lícito aos católicos votar em partidos ou em candidatos os quais embora não professem princípios contrários a doutrina católica, ou até se digam cristãos todavia de fato se unam aos comunistas e com isso os favoreçam. Os cardeais encarregados da defesa da fé decretaram que a resposta seja negativa: O comunismo é materialista e anticristão (O JORNAL DE MARINGÁ, 1960, p. 5).

No âmbito nacional, os segmentos majoritários do clero utilizaram o discurso de que as instituições deveriam proteger a família do “perigo comunista”, com muitos católicos participando da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que contribuiu para a legitimação do Golpe de Estado de 1964 (MAINWARING, 2004).

O Golpe de 1964 materializou o rompimento do chamado pacto populista, em que a luta de classes atingiu níveis que deixaram as classes dominantes em pânico. Tratou-se de uma solução em que os idílicos ideais democráticos burgueses foram jogados para debaixo do tapete da história. A experiência populista encerra-se em nome da manutenção da ordem burguesa.

Outro estudioso das relações de poder na formação do estado brasileiro é IANNI (1968, 1986). Segundo ele, a sociedade brasileira é fortemente marcada pela

sua condição de país de base agrária. A monocultura, por muito tempo representou a força econômica do Brasil e, em diferentes regiões, os governantes estabeleceram, com base nesse poderio, relações de poder autoritárias sobre o povo.

A verdade é que a política de massas estava indo muito longe, numa época de enfraquecimento do poder político da burguesia. O jogo com as massas, preconizados e realizados por um setor da própria burguesia, já que não era mais suportável para a classe dominante. Os riscos acumulavam. Além do mais, o populismo começava a se estender-se para a sociedade agrária. As ligas camponesas e os sindicatos rurais estavam sendo multiplicados e dinamizados pelo partido trabalhista brasileiro (PTB), o partido comunista brasileiro (PCB) e a igreja católica, de acordo com as técnicas, os símbolos e a linguagem do populismo. A própria luta pela reforma agrária funcionava como um meio para fazer crescer a força do trabalhismo rural” diante dessa situação, a burguesia agrária, industrial, comercial e financeira alia-se. Elas compreendem que a crise traz consigo várias possibilidades de resolução do impasse (IANNI, 1994, p.210).

Diante dos impasses gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e do acirramento das contradições, verifica-se o crescimento de conspiração entre o governo de João Goulart.

A participação americana foi decisiva para a efetivação do Golpe de 1964, com amplo apoio ao processo de desestabilização do governo de João Goulart, acusado de ser benevolente com o comunismo e de hostil à iniciativa privada.

[...] Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país (TOLEDO, 2004, p. 15).

Nesta perspectiva, muitos empresários, banqueiros e outros, nacionais e estrangeiros, contribuíram para a fomentação do Golpe de 1964, no Brasil. Ainda, grupos vinculados às empresas estrangeiras com estabelecimento em nosso território. Os anos anteriores ao Golpe Militar foram compreendidos pela maioria da população como de espaço para requerer melhores condições de trabalho e de expressão política na sociedade capitalista brasileira. Para a burguesia, esta reivindicação era considerada anarquia, subversão à ordem estabelecida, baderna (TOLEDO, 2004).

Compreende-se, com Toledo (2004), que esta perspectiva era nacional. Maringá, embora com característica de cidade provinciana, não estava livre das contradições presentes na sociedade brasileira. A burguesia nascente era marcada pelo aguçamento dos conflitos de classes.

Nesse cenário, Dom Jaime exerceu forte influência na difusão do ideário católico na comunidade. A título de exemplo, em 13 de agosto de 1961, durante uma missa campal realizada em frente à catedral, juntamente com bispos de Londrina, Campo Mourão e Jacarezinho, o bispo fundou a Frente Agrária Paranaense - FAP⁶ com objetivo de combater a “infiltração comunista” no meio rural e proporcionar condições mais humanas de vida na lavoura’. Eram, respectivamente, bispos dessas cidades: Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes.

Pandolfi (2017) estuda o contexto de 1945 a 1950, que favoreceu a cassação do Partido Comunista. A FAP foi, na perspectiva de Toledo (2004), a resposta local para o problema fundiário, tornando-se oposição ao movimento das Ligas Camponesas, se constituiu em um instrumento de luta dos camponeses pela reforma agrária. Recorde-se que no clima de acirramento das lutas de classes no início da década de 1960, a burguesia ligada ao latifúndio utilizou-se de todos os mecanismos para exorcizar até mesmo as propostas de caráter reformista.

Segundo Serra (1991) a FAP desapareceu em 1968 após a ‘pena de morte’, imposta aos movimentos sociais pelo golpe militar de 1964 e pelo Ato Institucional número 5 (AI-5). Esses instrumentos legais, exigidos pela Ditadura, surgiu para combater os sindicatos de trabalhadores rurais formados pelo PCB, que, no Paraná, foram os que mais sofreram as perseguições do regime instalado em 1964, a Frente Agrária Paranaense sucumbiu com a impressão do ‘dever cumprido’ (SERRA, 1991).

O posicionamento dos intelectuais católicos não pode ser dissociado do discurso anticomunista que esteve presente na sociedade brasileira em função da reação católica diante do mundo moderno e da polarização gerada pela Guerra Fria⁷, que se constituiu em uma disputa que dividiu o mundo em blocos de influência das

⁷[...] As duas superpotências estavam razoavelmente satisfeitas com a solidez de suas economias. Os EUA foram visivelmente menos afetados pela nova crise econômica que a Europa; a URSS — os deuses tomam primeiro complacentes aqueles a quem desejam destruir — achava que tudo ia a seu

duas superpotências e provocou uma corrida armamentista que se estendeu por 40 anos.

Miceli (1988) reporta a formação da elite eclesiástica brasileira. Segundo o autor a participação dos intelectuais católicos em defesa da ordem possui uma longa folha de serviços prestados aos grupos dominantes (MICELI, 2001). Compreende-se que a Igreja teve uma atuação importante na legitimação da ação de Vargas frente ao governo.

É fundamental apontar que desde a chegada ao governo, Getúlio Vargas compreendeu perfeitamente que teria na Igreja Católica uma aliada na preservação da ordem social (MICELI, 1988). Neste caso, a religião conferia ao governante um caráter de unificador da nação sob os desígnios de Deus ao mesmo tempo em que combatia as chamadas "ideologias exóticas" que afastavam o "povo" dos ideais de salvação propostos pela Igreja. Conforme os apontamentos de Miceli, "[...] a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair generosos dividendos em termos de popularidade" (MICELI, 2001, p. 128).

Desse modo, os segmentos dominantes do catolicismo, a burguesia e o Estado que lhe servia, se depararam com um inimigo comum: o comunismo. Acrescente que a bandeira do anticomunismo, que buscava eliminar as lutas de classe do cenário nacional, contribuía para a hegemonia burguesa. Em outras palavras, o discurso conservador católico vinculou-se a busca cristianização da sociedade e de manutenção do espaço de poder da Igreja em um cenário que as lutas de classe se constituíam em uma ameaça real ou imaginária à hegemonia burguesa.

Compreende-se com os autores que, no período pós Segunda Guerra (1945) até o golpe de 1964 no Brasil, as posições e ações conservadoras dentro da Igreja Católica mantiveram-se hegemônicas, apesar da adesão de segmentos católicos ao reformismo e às lutas sociais que ganhavam espaço no interior da sociedade brasileira.

favor. Leonid Brejnev, sucessor de Krushev, que presidiu os vinte anos que os reformadores soviéticos chamariam de "era da estagnação", parecia ter algum motivo de otimismo, no mínimo porque a crise do petróleo de 1973 acabara de quadruplicar o valor de mercado das gigantescas novas jazidas de petróleo e gás natural que haviam sido descobertas na URSS desde meados da década de 1960. Contudo, economia à parte, dois acontecimentos inter-relacionados pareciam então alterar o equilíbrio das duas superpotências. O primeiro era a presumida derrota e desestabilização nos EUA, quando esse país se lançou numa nova grande guerra [...] (HOBBSAWM, 1994, p.220-221)

Não por acaso, em 1957, Bispo Dom Jaime Luiz Coelho teve sua atenção despertada para um fato que fascinava toda a humanidade: os soviéticos colocaram satélite Sputnikem órbita da Terra. Era o primeiro satélite artificial lançando ao espaço e marcou a corrida espacial entre a, URSS e os EUA.O episódio levou o bispo a refletir, rabiscando uma cruz no cone no qual seria o foguete Sputnik, que em russo Poustiniki, significava “o peregrino que se afasta do mundo para ficar perto de céu”. Assim seria a catedral de Nossa Senhora da Glória de Maringá (RECCO, 2008).

Fabril (2007) e Gulla (2009) corroboram a importância do caráter educacional das primeiras instituições religiosas de Maringá. A Catedral Nossa Senhora da Gloria é um símbolo da unidade fé e vida. Os ensinamentos cristãos visam à formação integral do ser. A mentalidade católica é expandida por meio desta congregação e, o surgimento do Seminário fortalece a ênfase de formar o maringaense como alguém que teme e vive os cânones católicos (FABRIL, 2007).

A ideia de Dom Jaime foi transmitida ao arquiteto paulista José Augusto Bellice, profissional indicado pela companhia de melhoramentos. Com diâmetro de 50 metros, o cone teria uma nave única, também circular, com outro diâmetro de 38 metros e capacidade para 3500 pessoas (RECCO, 2008). A construção da Catedral mobilizou várias campanhas e prol de arrecadar fundos e cimento para a obra, desta forma a companhia de melhoramento que possuía uma fábrica de cimentos em São Paulo, doou todo o cimento para que a obra pudesse deslançar.

Assim, durante algum tempo, tudo o que se arrecadava em festas, quermesses e doações diversas, materializava-se em forma de concreto e sapatas. Segundo lembra Dom Jaime, grandes festas populares eram realizadas em barracas que representavam a nações, em que se fazia a venda de rifas de bonecas típicas de cada país. [...] O bispo promoveu uma campanha entre os produtores de café. Alguns fazia doações voluntarias, mas uma equipe foi organizada para buscar a campo e conseguir arrecadações de, no mínimo, 100 sacas por agricultor [...] (RECCO, 2008, p.16-17).

A imponência da arquitetura expressava a demonstração da importância da catedral do município para os fins de evangelização da sociedade. Como se vê, Dom Jaime foi um intelectual atuante na construção da unidade simbólica em defesa dos valores hegemônicos com as proposições identificadas aos valores

conservadores. Nesse aspecto, buscou neutralizar as lutas de classes em nome da hierarquia defendida pela Igreja Católica.

Conforme RECCO (2008), entre as ações de do bispo de Maringá, que expressa o caráter de classe de sua atuação, encontra-se a criação da Frente Agrária Paranaense (FAP) em 13 de agosto de 1961, que contou com o apoio dos bispos D. Geraldo de Proença Sigaud (Jacarezinho) e D. Geraldo Fernandes (Londrina).

Entre os objetivos da FAP, uma instituição sob a tutela da Igreja, encontra-se a assistência educacional, médica e religiosa, que serviam de instrumento para difusão dos valores morais vinculados ao catolicismo e combate as ideias identificadas como subversivas.

Nesse contexto o repúdio a presença do então deputado Francisco Julião, fundados das Ligas Camponesas⁸, constituiu-se em um episódio emblemático da atuação de D. Jaime contra o que considerava “infiltração comunista”. Em 1961, militantes comunistas haviam planejado para o mês de agosto em Maringá um congresso de trabalhadores rurais, do qual participaria Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas (ROBLES, 2017, p.297). Aos olhos do bispo católico, a presença de Julião insultava os trabalhadores rurais, por causa de suas ideias comunistas além de incentivá-los à revolta, com seus ideais esquerdistas. Em uma época em que os conflitos de classe estavam mais aguçados, buscou impedir sua presença na cidade.

Como um furacão, por onde Julião passava, havia conflito. A sua chegada ao aeroporto de Maringá foi esperada com impaciência pelos militantes das congregações marianas. Dom Jaime tinha preparado o povo católico para que não deixasse o avião pousar. Apesar disso Julião conseguiu chegar ao congresso dos sindicalistas do PCB. Segundo um padre, o confronto começou logo na sessão de abertura da reunião, quando estudantes questionaram Julião, no momento que ele expunha suas visões sobre a reforma agrária. O conferencista recusou a polemica e os estudantes foram expulsos do local. À tarde, durante o desfile da FAP, em nome de Deus, o

⁸O surgimento das Ligas Camponesas ocorre em 1946, intensificando com o processo de industrialização incentivado durante o governo JK, na década de 1950, pois a mecanização da produção agrícola produziu desemprego e redução de salários, aumentando a insatisfação social das populações pobres da zona rural nordestina. O caráter dessas organizações abandonava as antigas medidas assistencialista, passando a assumir uma atuação política mais ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela distribuição de terras. As ligas foram importantes movimentos em favor da reforma agrária, com ideias reformistas, contudo, eram associadas ao temor socialista que os países opositores tinham na época.

congresso dos “vermelhos” foi cercado e agredido [...] (SILVA, 2006, p. 239-241).

Visando ampliar sua influência entre os trabalhadores e propagandear suas ideias, em 27 de setembro de 1962 foi inaugurado pelo bispo o Jornal Folha do Norte do Paraná, como o 1º arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, os arrendatários Joaquim Dutra e Jorge Fregadolli, e o jornalista Antônio Augusto de Assis, que permaneceu durante 12 anos como diretor de redação. A Frente Agrária Paranaense fundou o seu próprio jornal: Folha do Norte do Paraná, editado em Maringá, sob a responsabilidade da diocese da cidade e distribuído para toda a região. Piori (2001) sistematiza as lutas sociais e os conflitos políticos vividos pelos agricultores de Maringá.

[...] O padre André Torres, que levava uma carabina em baixo da batina, comandava um ‘bando de garotos’ nas ruas e pedindo justiça para os camponeses. Puseram fogo em cartazes. Eles vieram ‘para quebrar tudo’ para acabar com que eles chamavam de comunistas’ Para fazer isso, a igreja tinha instruído jovens do colégio Marista de Maringá cerca de 3.000 estudantes (sic) e mais 30 padres (PRIORI, 2001, p.173).

A fundação do jornal, um ano após o lançamento da FAP, segundo o editorial do primeiro número, tinha o objetivo de “[...] condenar a ameaça comunista e os sindicatos fundados com o apoio do governo” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1962, p. 2). Sem fins lucrativos o periódico apresentava ou analisava os acontecimentos que convergiam com a visão de mundo dos grupos dominantes.

A Folha do Norte do Paraná, mais conhecida por Folha do Norte inclui-se entre as muitas iniciativas do espírito empreendedor do primeiro bispo de Maringá. No alvorecer dos anos 60 ensaiaram-se os passos iniciais daquele que seria na época, o segundo maior jornal do Norte Paranaense, abaixo apenas da folha de Londrina, do grupo Martinez. Constitui-se em 1961 uma empresa de capital aberto, a Editora Folha do Norte do Paraná S.A.- sociedade anônima aberta com controle acionário privado, destinada à “edição de Jornais e periódicos, livros e manuais” registrado a junta comercial do Paraná onde consta o dia 28 de setembro de 1961 como início de suas atividades. Não era intenção do bispo seu fundador ganhar com seu financeiro, político ou de qualquer outra natureza, se não, conforme suas palavras, unicamente “ter um meio de comunicação do Evangelho e da palavra de Deus, neste Norte do Paraná”. Renda financeira, se eventualmente a empresa viesse a gerar alguma, seria destinado a construção do seminário diocesano de Maringá (ROBLES, 2007, p. 214).

Dessa forma, a ação do Bispo de Maringá não deve ser compreendida de forma isolada, mas dentro de um contexto maior de reação da Igreja contra o mundo moderno. Ao longo da história do Brasil ficou claro que diante das contradições próprias do sistema capitalista, a Igreja Católica tornou-se um instrumento útil para a manutenção da ordem social.

Além das ações citadas, o Bispo voltou-se também para a educação escolar na cidade buscando atrair congregações religiosas com o propósito de fortalecer a fé católica na região. Nesse sentido, não se tratava de um investimento em si mesmo, mas uma ação deliberada da Igreja que se reproduziu em outras regiões do país. “Em qualquer tempo ou lugar, sem instrução não há como plantar a fé robusta capaz de embasar um cristianismo esclarecido” (ROBLES, 2017, p. 257). A iniciativa foi logo suplantada.

No entanto, o descaso das autoridades com o ensino resultou no aumento de escolas privadas em todo o Estado, com destaque para as escolas católicas, sempre crescentes em número após a chegada das congregações religiosas voltadas para a educação a partir de 1895. Assim, o Colégio Santa Cruz de Maringá, criado em 1952 e inserido no conto da colonização, tornou-se importante referencial para o entendimento da educação maringaense (GULLA, 2009, p.10).

Entre as congregações presentes nos anos iniciais da cidade, destaca-se o Colégio Santa Cruz, fundado em 1952, a primeira instituição confessional da cidade fundado pelas irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna, onde solicitou para que se incumbisse de fundar um colégio na cidade de Maringá, apelo este feito pelo então bispo diocesano de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud (GULLA, 2009). O surgimento do colégio respondeu a formação cristã católica da burguesia em expansão

Nesse período outras escolas foram fundadas, como o Colégio Marista em 1958. Tais escolas tinham por finalidade a educação voltada para os princípios da doutrina católica. Ressalte-se que o Colégio Marista atendia apenas o público masculino, enquanto o Colégio Santo Inácio, de 1957, atendia as mulheres.

Em 1959 as irmãs abriram o jardim de infância São José, além do curso primário para as meninas. [...] As irmãs passaram a oferecer cursos de formação para a juventude feminina, além de abrigar a obra do berço,

fundada pelo bispo, que teve ali, por décadas. [...] Nasceu assim o colégio Nossa Senhora da Gloria, a meio do caminho entre o colégio Santa Cruz e o Marista (ROBLES, 2017, p. 261).

Na visão católica, a mulher ocupa um papel importante na manutenção da família. Por isso, os cursos de formação para a juventude feminina têm o propósito de formar a mulher dentro do espírito da doutrina católica.

Após o retorno das irmãs Carmelitas de Vedruna, a Maringá, em 1967 iniciou-se a construção do Colégio Regina Mundi. Inicialmente, ficou conhecido como a escola das Damas, por ser frequentado apenas pelas moças abastadas da sociedade e sua finalidade era a de educar para a formação religiosa, visto que as moças bem-educadas seriam um elo entre sociedade e igreja. Outras escolas foram fundadas: Francisco Xavier, São José, Socema, sociedade Cultural esportiva ligada a ACEMA⁹, que atenderia filhos e netos dos japoneses, onde Dom Jaime tinha uma boa relação com a colônia nipônica.

Entende-se que a conjuntura política, econômica e religiosa na qual Maringá surgiu contribuiu na construção de uma sociedade burguesa, com características conservadoras na educação da mulher. A permanência dos colégios religiosos ainda se mantém na atualidade com o caráter destinado educação da elite maringaense vale destacar que as escolas sempre atenderam os interesses da sociedade. A finalidade era de preparar os alunos para o ensino superior, todas as escolas nos dias atuais ainda estão localizadas nos mesmos lugares nas áreas nobre da cidade.

⁹A Socema, localizada na Avenida Colombo próxima a então Avenida das Indústrias, atual Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto funcionou o campo de baseball da Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá (SOCEMA). Segundo o pesquisador Marco Antonio Deprá, toda a estrutura da arquibancada foi numerada, desmontada e reinstalada na sede definitiva da Sociedade (atual Avenida Kakogawa), que veio a transformar na ACEMA.

4. O MOVIMENTO ULTRAMONTANO CATÓLICO: A REAÇÃO DA IGREJA CONTRA A MODERNIDADE

Nesta seção é apresentado o movimento Ultramontano católico e a reação da igreja contra a modernidade. O período moderno foi marcado por novas alternativas e valores que conduziram as importantes mudanças no campo religioso. Procura-se explicar os procedimentos teóricos e metodológicos que fundamentam a análise sobre a Igreja Católica.

4.1 A RESISTÊNCIA CATÓLICA AO MUNDO MODERNO

A Igreja Católica como qualquer outra instituição reage como uma caixa de ressonância aos ecos das mudanças históricas (ANDRADE, 2018). Afinal, no plano de sua organização temporal, ela é sensível, às lutas travadas no interior da sociedade. O pesquisador enfatiza que a religião e a educação se influenciaram mutuamente tendo grande impacto na colonização do Paraná. Um destes exemplos foi o surgimento do Colégio Vicentino, em Toledo.

Diante do acirramento da luta de classes na segunda metade do século XIX, a Igreja atuou dentro de um espírito de enfrentamento contra os pressupostos da ordem moderna. Tratava-se de negar a história como um processo cujo artífice é o homem. Gutierrez (1995) traz numa perspectiva cristã a doutrinação social do catolicismo, do Papa Leão XIII a João Paulo II. A função social da religião é enaltecida nos escritos destes religiosos.

Na concepção católica, o homem, dirigido pela Igreja, caminha para Deus. Em outros termos, a Igreja transcende a história e, esse aspecto comprova-se pela eternidade do Criador, que lhe delegou o papel de intermediária. Essa perspectiva proporcionou ao clero se apresentarem como verdadeiros “messias” e portadores da vontade de Deus. Nesse sentido, a Igreja elegia os “inimigos” da cristandade e apontava o caminho correto (ANDRADE, 2018). Tal posicionamento, em que pese

os conflitos com o poder temporal, proporcionou a formação de alianças com os grupos dominantes em diferentes momentos.

Em 29 de Junho de 1869, o papa Pio IX(1846-1878) publicou a bula *Aeterni Patris*, estabelecendo o Concílio do Vaticano I. Os trabalhos tiveram início em 08 de dezembro de 1869,na basílica de São Pedro,com a presença de setecentos e sessenta religiosos. Certamente o Vaticano I se interessava pela defesa do poder temporal do papa (ANDRADE, 2018).

As principais decisões do Concílio foram conceber uma Constituição dogmática intitulada "*Dei Filius*", sobre a fé Católica e a Constituição Dogmática "*Pastor Aeternus*", sobre o primado e infalibilidade do Papa ao pronunciar a "*ex-cathedra*", em assuntos de fé e de moral, tratou-se de questões doutrinárias que eram necessárias para informar melhor sobre assuntos essenciais de fé.

Além de proclamar como dogma” a condição infalível do Papa segundo a qual ele está sempre correto em suas deliberações.OConcílio Vaticano I objetivava combater o Galicanismo¹⁰ e defender os fundamentos da fé católica.

O contexto que antecedeu a consolidação a convocação do Concílio, na transição final do século XIX para o XX representou para a Igreja, sobretudo na Europa ocidental, a perda da hegemonia de pensar o mundo (ANDRADE, 2018, p.80).Os documentos emitidos do Concílio reforçavam a autoridade do papa como Sumo Pontífice e a autonomia da Igreja frente ao poder temporal do Estado. O Vaticano I contribuiu para consolidar e solidificar a ideia de que o poder papal tinha sido concedido por Cristo a São Pedro e seus sucessores (GUTIERREZ, 1995).

O período marca mudanças importantes no campo religioso, quando nos referimos ao catolicismo estamos na verdade nos remetendo ao um intrincado sistema de práticas, significados rituais e personagens que transitam por esse universo religioso ultrapassando as fronteiras institucionais. Rambo (2002) aborda a restauração do catolicismo no sul do país.

¹⁰ **Galicanismo:** movimento originado na França, que defendia a independência administrativa da Igreja católica romana de cada país com relação ao controle papal. Galicanismo é um termo que descreve várias teorias desenvolvidas na França concernentes às relações da Igreja Católica francesa,assim como do Estado francês, com o papado. Essas teorias foram desenvolvidas contra as pretensões teocráticas dos papas da idade média. Pelos idos da reforma, essas teorias foram incorporadas na “Declaração do Clero Francês”, da autoria do Bispo Jacques Benigne (1627-1682), publicada em 1682. O Clero francês, em suma, declarou em 1682 que o poder temporal dos reis era independente do papado. Ligado ao galicanismo estava o conceito de “padroado”, isto é, o direito do rei recolher dízimos e nomear bispos. (LIMEIRA, 2011,p.09)

A separação do Estado e da Igreja, a laicização da vida civil, a secularização da vida cotidiana. As soluções para as questões do homem e do mundo são procuradas na razão plena ciência. A consagração pelo Estado do princípio de que todos e tudo, também as religiões, são iguais perante a lei, a liberdade de consciência, a liberdade de expressão, confinou a Igreja no seu campo de competência específico: questões de fé, de culto e disciplina religiosa. O estado laico evocou a si a educação dos cidadãos, a legitimação dos matrimônios, a administração dos cemitérios. Nas suas decisões ignora e hostiliza a Igreja. Em não poucos casos, o Estado se organiza e age aberta e declaradamente contra a Igreja, quando não a persegue. Ao anticlericalismo, o agnosticismo, o ateísmo marcam as elites dirigentes (RAMBO, 2002, p. 286).

Segundo Ivan Manoel (2004), a História é feita de rupturas de pensamento. Entre 1950 a 1960, a cidade de Maringá foi guiada pela perspectiva cristã católica segundo a qual a vida é um dom de Deus e, o tempo do homem, aquele determinado pelo criador. A História pode ser comparada com a metáfora do “pêndulo” onde o tempo e a eternidade moldam o ser humano e o preparam para algo melhor.

Naquele período histórico, três momentos explicitam as mudanças: 1º momento, de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878), que corresponde à consolidação da doutrina conservadora, com estratégia centrada mais no discurso do que na ação; no 2º momento, de Leão XIII (1878-1903), que sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção católica na realidade concreta, de que as concordatas são exemplo, além de em certas questões, como a ideia de democracia; 3º momento, Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), a conversão da doutrina em política, do discurso em práxis, por meio do desenvolvimento dos programas das ações católicas, que acabaram por gerar as contradições que levaram ao concílio Vaticano II e, na América Latina a teologia da libertação (MANOEL, 2004).

Em 1874 Pio IX, mediante a publicação da Bula *Quanta Cura*, se opôs a modernidade, considerada por ele como a grande inimiga da Igreja. A rejeição antimoderna da Igreja Católica estendeu-se no campo intelectual, com a negação a filosofia racionalista e a ciências moderna, na política externa condenação a liberar democracia burguesia, o concomitante reforço da ideia monárquica, centralismo na figura do papa, reforçando o poder episcopal, condenação ao capitalismo e

comunismo, e o saudosismo da idade média. O século XVII exigiu a apropriação do mundo a partir de a base material.

Na perspectiva de Faria (1998), o conservadorismo católico fez manter a ordem hegemônica no Brasil. Os pressupostos da religião são utilizados para acalmar a classe operária paulista e desmobilizá-la. Os enfrentamentos feitos pelos trabalhadores podem ser entendidos como similares à realidade vivida no Paraná. À luz das concepções teológicas da época, essas mudanças e alterações revelavam para a igreja a figura do pagão e do herege, o que pedia medidas urgentes por parte do clero, para a defesa e propagação do catolicismo. O espelho, da instituição é o mundo que há não existe mais, o tempo da incompatibilidade entre o mundo moderno e as leis eternas (FARIA, 1998, p.51).O mundo moderno trouxe avanços principalmente nas ciências, as mudanças acarretaram a resistência da Igreja que sentiu-se ameaçada a esses acontecimentos.

As descobertas das ciências, as invenções, o aperfeiçoamento tecnológico, o controle, ainda que parcial sobre a natureza, as descobertas marítimas, a consolidação do capitalismo pré e pós revolução industrial, a “matematização” do universo, enfim, a ruína do edifício medieval deu aos séculos XVIII e XIX europeu a certeza de que o progresso humano era irretratável, mas que somente se consolidaria quando se libertasse definitivamente das amarras teológica do catolicismo e quando a razão humana assumisse definitivamente o controle de todo esse processo (MANOEL, 2004, p.42).

A Igreja Católica tentava adaptar-se as novas formas das organizações sociais contemporâneas ainda que enfrentando forte resistência por parte dos episcopais, debatia-se com a ruptura provocada pelo pensamento racionalista, sendo assim procurava moldar-se a elas para transformá-las, introduzindo a ordem de cristo e ao mesmo tempo eliminando as tendências nocivas ao verdadeiro caminho da regeneração social. Para os doutrinadores católicos o racionalismo moderno abriria a porta pra o ateísmo e todos os males. É nesse contexto que o Catolicismo Ultramontano se explica, segundo Rambo (2002, p. 289):

O desafio doutrinário posto pelas novas correntes de pensamento começou a ser enfrentado seriamente com o início do pontificado de pio IX. Os debates sobre a questão sucederam-se, multiplicaram-se e estenderam-se a toda igreja durante as décadas de 1850 a 1860, culminando com a convocação do Concilio do Vaticano I. Durante as sessões do Concilio do Vaticano I, os padres Conciliares, sob

orientação do Pio IX, empenharam-se em afirmar e reafirmar as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares, tomando como referência principal o Concílio de Trento.

A centralização da Igreja durante todo o século XIX que ficou conhecido como ultramontanismo, foi sendo incorporada no Brasil durante a República, passando por diferentes processos, constituindo-se no o principal fator de resistência as transformações da modernidade.

Assim, é possível perceber que em cada momento ocorreram posicionamentos diferentes na Igreja, cada diocese tinha suas estratégias e ações, mas sempre respeitando as normas do Concílio do Vaticano. Deste modo, o catolicismo brasileiro envidou esforços para organizar seus quadros internos; recompor postos de comando na sociedade, portanto cada diocese tinha função de elaborar suas atividades com vistas a conquista dos fiéis.

Nesse sentido muitos bispos católicos resistiam às mudanças de mundo. Como contraponto defendiam um modelo de sociedade que respeitasse as tradições cristãs e as autoridades constituídas, como é o caso do Bispo de Maringá, Dom Jaime Luís Coelho.

No Item seguinte aborda-se o movimento Ultramontano no Brasil e a influência dos intelectuais católicos na resistência aos ideais contemporâneos.

4.2 O MOVIMENTO ULTRAMONTANO NO BRASIL

A Igreja Católica que despontou no início do século XX caracterizou-se por um forte movimento de centralização. Esse processo centralizador ocorreu durante o século XIX, onde ficou conhecido pela reação contra as correntes políticas desenvolvidas com a Revolução Francesa: liberalismo e o laicismo. A proposta teológica da Igreja pautava-se pela defesa da autoridade contra o que considerava os excessos do liberalismo.

Nesse contexto, o Brasil [...] “não ficou imune ao ultramontanismo, que aportou em nossas terras por meio de eclesiásticos que estudaram na Europa ao longo do período Imperial” (ANDRADE, 2018, p. 81). No entanto, antes mesmo do advento do Império, ao longo do período colonial, a Igreja constituía-se em um forte

aliado o estado em seu projeto colonizador. Não há como negar o papel de legitimação da ordem social exercida pelo clero.

O bom relacionamento entre a diocese romana e o estado brasileiro sofreu mudanças a partir da chamada questão religiosa (1870-1875). O Vaticano impõe regras rígidas em relação a doutrina e aos cultos, condena as sociedades secretas expulsando os maçons das irmandades católicas.

O conflito real começou em 1872, quando o padre Almeida Martins foi suspenso de suas funções eclesiásticas por causa de um discurso em uma loja maçônica. Esse conflito abalou as relações entre Igreja e Império, enfraquecendo ainda mais a monarquia.

[...] Os conflitos entre Igreja e o Estado se acirraram, dando início a movimentos no interior da igreja que pregavam sua liberdade e independência do poder temporal. A ação reformadora do episcopado brasileiro durante a segunda metade do século XIX para reforçar o vínculo com Roma a afirmar o primado pontifício marcou o período, pois tal ofensiva dos bispos reformadores gerou a questão religiosa (1872-1875) (ANDRADE, 2018, p. 82).

Diante do histórico de conflitos de interesses e da participação dos positivistas no processo de proclamação da República, em 1889, verifica-se a separação entre Igreja e Estado, pelo Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890.

De fato, a Igreja perdeu seus privilégios decorrentes da união com o Estado. Por isso, a estratégia de reorganização e reposição de seus quadros com vistas a manutenção de sua influência que não deve ser separada do quadro geral das contradições que atravessava o capitalismo mundial.

Recorde-se que, no âmbito da consolidação das relações capitalistas de produção, o desenvolvimento das indústrias sucedeu-se concomitantemente ao crescimento das cidades e das questões sociais inerentes à industrialização. As precárias condições de trabalho eram um “fardo pesado” para os trabalhadores. Nesse aspecto, um espectro rondou a Europa. Era o espectro do comunismo, tal qual Marx e Engels descrevem no Manifesto Comunista. Neste sentido, ao longo do Século XIX, o movimento operário constituiu-se em uma força que representou a possibilidade de ruptura com a ordem social vigente.

Ao que parece, a Igreja esteve atenta ao crescimento político dos trabalhadores. Não por acaso, o Papa Leão XIII, em sua encíclica *Rerum Novarum*

(1891). Sobre as condições dos operários, sublinha a hostilidade do Vaticano em relação ao socialismo.

A solução socialista:

3. Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e está igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 2).

Ainda no documento, o Sumo Pontífice aponta para a caridade como o “remédio” para os graves problemas que afligem aos miseráveis, com o propósito de evitar que o mal se torne “incurável”. Em outras palavras, o mal anunciado seria o “comunismo”. Como se vê, trata-se da defesa intransigente do *status quo* e da divisão da sociedade em classes, pois a alternativa socialista, para a Igreja, não representa a solução para os conflitos, além de prejudicar o operário e “violiar os direitos legítimos dos proprietários”. Nesse sentido, fazia-se necessário buscar o apaziguamento dos conflitos por meio da ação do clero na defesa das proposições

Importa reiterar que o mesmo Papa Leão XIII na encíclica *Litteras Vobis* indicou as diretrizes para o clero diante dos poderes constituídos:

[...] entre as últimas preocupações dos católicos, combater em defesa do nome cristão [...] respeitando sem dúvida na maneira devida à orientação dos bispos e com todo respeito que deve ser atribuído à autoridade civil. [...] e aos católicos lembrem que para a Igreja interessa muitíssimo quais homens sejam admitidos na assembleia legislativa; e, portanto, sem violiar o direito das leis civis, é necessário que todos juntos se esforcem por eleger com sufrágio geral pessoas tais que unam o amor pelo Estado e o zelo provado pela religião (PAPA LEÃO XIII, 1894, p. 577-578).

A conjuntura marcada pela separação entre Estado e Igreja, os conflitos sociais que se avolumavam ao longo da chamada República Velha, entre eles, os conflitos no campo, tais como Canudos e Contestado, além do nascente movimento operário, levou o clero a buscar a aproximação com o Estado com objetivo de

estancar as lutas de classes. Nesses termos, as diretrizes enunciadas na encíclica *Litteras Vobis*, não devem ser compreendidas isoladamente. Pensa-se que o clero católico se reorganizou para alcançar seu objetivo de aproximação com o Estado:

(...) a aliança entre a Igreja conservadora e a oligarquia [...] se tornou realizável porque, para além de questões mais imediatas em torno do liberalismo, positivismo e governo republicano, estava a percepção de que ambas não pretendiam alterações profundas nos quadros sociais [...] tinham um ponto em comum: a política de manutenção da ordem (MANOEL, 1996, p. 62-72).[...] Essa identidade militante refere-se à organização da instituição durante o processo de romanização. Efetivamente, a Igreja Católica no Brasil conseguiu reunir um corpo disciplinado e orientado pela hierarquia. O interesse de fazer com que o Estado Brasileiro reconhecesse que o Brasil era um país católico e que a Igreja era a máxima expressão desse sentimento foi um dos eixos de proposituras principais desse catolicismo militante (SILVA, 2008, p.541).

O episcopado empenhou-se em implementar um projeto para estruturar a Igreja, tornando a homogênea e centralizadora, ligada diretamente com a Santa Sé. Em outras palavras a igreja começou o seu processo de Romanização. Esse processo surgiu em meio a um conflito envolvendo os ultramontanos e os liberais. Dessa forma Santa Sé passou a exercer um papel centralizador na hierarquia do clero brasileiro, funcionando como barreira para as divergências externas. Esse movimento foi responsável pelos desdobramentos a restituição da autoridade dos bispos perante o clero (ANDRADE, 2018).

Cabe enfatizar que a principal liderança do movimento de “re Cristianização” do Brasil nos moldes conservadores foi Dom Sebastião Leme (1882-1942). Ao assumir como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, em 1911, desenvolveu ações que buscavam sanar o que considerava a maior deficiência do catolicismo no Brasil: a ignorância religiosa. Assim, difundiu por meio de suas pregações a defesa das bandeiras católicas diante do mundo moderno, lançando bases do que posteriormente se constituiu na Ação Católica.

Ressalte-se, que Dom Leme preocupou-se com a formação de futuros sacerdotes e impulsionou as atividades da Obra das Vocações Sacerdotais, estabelecendo o Dia das Vocações e promovendo a realização de pregações dirigidas para o estímulo ao sacerdócio (ANDRADE, 2018). Não passou despercebido pelo bispo a necessidade de promoção de intelectuais comprometidos com a defesa dos ideais católicos, buscando dessa forma, difundir a doutrina da

Igreja e a capacidade de interpelar o Estado em defesa desses princípios. Compreende-se que:

A recatolização é a solução que os intelectuais ofereciam a crise social em diferentes meios de comunicação. Em suas edições os textos eram referentes à política, literatura, economia, nacionalismo e religião, baseados nos princípios de uma nação renovada na ética cristã (MOURA, 2012, p.21).

Por isso, Dom Leme apoiou em 1922 as ações de Jackson de Figueiredo na organização do Centro Dom Vital, cujo propósito era o estudo e difusão dos apostados da religião. Entre seus mais famosos e atuantes membros históricos estiveram Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Coração e Heráclito Sobral Pinto.

[...] Movimento de restauração católica liderada, por Dom Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo a partir da revista A Ordem do Centro D.Vital. É um movimento de reação, com seus próprios líderes, fizeram questão de afirmar que visava garantir a ordem social, restabelecendo o princípio da autoridade contra o princípio da liberdade que marcaria o liberalismo predominante. O ponto de inflexão desse movimento seria o congresso Eucarístico Nacional realizado no Rio de Janeiro no final do mês de setembro de 1922, após, portanto acontecimentos “marcantes desse ano. A grande adesão do congresso pode ser lida como uma atitude salvacionista diante da crise de hegemonia que se prenuncia (FARIA,1998, p.31).

A ação da Igreja e a participação dos intelectuais católicos foi determinante para a manutenção da ordem. Sem dúvida, as oligarquias rurais, além da burguesia urbana e do Estado, promoveram a conciliação com os interesses eclesiásticos. Dessa forma, a intervenção da Igreja nas questões de Estado foi providencial para apresentar um caráter sagrado ao ordenamento social que devia ser preservado.

[...] Ele foi uma intenção, uma vontade da instituição católica de intervir no governo da polis para transformá-la efetivamente na *Civitas Dei*, e essa vontade de intervenção estava em consonância com as funções que a igreja sempre atribuiu e harmonia com sua filosofia da história. Se a história humana é a história da sua salvação, cabe a igreja, na qualidade de *Mater et Magistra*, e mais ninguém, a tarefa de estabelecer os parâmetros do ordenamento social, de modo a não permitir que o Mal provoque a perda definitiva do homem. [...] (MANOEL, 2004, p. 21).

Dessa forma, a crise interna do regime oligárquico, inerentes ao modelo econômico agrário exportador e dependente do Brasil, possibilitou ao clero o espaço necessário para difundir o discurso da autoridade contra a anarquia da excessiva “liberdade” que conduzia o Brasil ao pior dos males: o “comunismo”. Não por acaso, as lideranças católicas conseguiram aglutinar forças para arrancar concessões do novo regime, no qual foram reconhecidos pela constituição de 1934 (MARIN, 2001).

Getúlio Vargas (1930 -1945) reconheceu a força política da Igreja na Constituição de 1934 reconhecendo o casamento religioso, proibindo o divórcio e permitindo o financiamento estatal de escolas seminários e hospitais da Igreja.

Cury (2010) e Skalinski Junior (2014) apresentam a importância de Alceu Amoroso Lima (1928-1945) no contexto nacional. A conjuntura da década de 1930 coube ao intelectual católico Alceu Amoroso Lima, a tarefa de organizar a Liga Eleitoral Católica (LEC), com início em 1933. Tratava-se de mais um instrumento de pressão católica com vistas ao atendimento das demandas da Igreja.

Lima (1944) defende a religião como o antídoto do pecado original pelo qual o homem se corrompe. Desse modo, a educação só batiza socialmente o indivíduo quando ela própria é orientada e redefinida pelo outro batismo: o da água e do espírito cristão. A educação, ao formar o homem, só o fará integralmente caso se faça elevar-se da formação física (poder) à formação moral e religiosa (dever), passando pela intelectual (conhecer). A integralidade do homem supõe o encontro ou reencontro do homem com Deus, sem o que a formação fica vazia e completa (CURY, 2010, p. 20).

Para os pesquisadores, há no pensamento pedagógico católico de Alceu Amoroso Lima traços de renovação da Igreja. Com a inauguração do Estado Novo, por meio de um golpe em 1937, a Igreja Católica posicionou-se em defesa da autoridade de Vargas objetivando a defesa da ordem, mas também buscando a obtenção de espaços que lhe garantissem o papel de protagonista no jogo político. Em outras palavras, as ações do clero contribuía para o apaziguamento dos ânimos e a defesa das “tradições” brasileiras.

Neste contexto os intelectuais católicos transmitiam a moral cristã do “bom” comportamento, a valorização do trabalho e da família, além da obediência às autoridades constituídas. Em outras palavras, tratava-se de catequizar os trabalhadores para evitar o contágio com as ideias “exóticas” às tradições brasileiras.

4.3 D. JAIME: UM REPRESENTANTE DE UMA INSTITUIÇÃO CONSERVADORA EM MARINGÁ

A presença do catolicismo na sociedade brasileira sempre foi muito forte, e sua política de reestruturação se ligava de forma pragmática em cada região com os interesses dos governantes locais e foi “então a mais dinâmica frente de expansão da organização eclesiástica” (MICELI, 1988, p. 83).

O Paraná não se constituiu em uma região isolada das contradições e conflitos que atravessaram a sociedade brasileira. Sendo assim, o discurso de apelo à ordem também se fez presente no âmbito do clero católico (ROBLES, 2017). Desta forma o bispo de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud, nacionalmente conhecido por suas posturas conservadoras e anticomunistas, ocupou um papel de destaque.

Nesse miolo do extenso norte Paranaense, constitui a mesorregião Norte Central, vão surgir duas novas circunscrições eclesiásticas, criadas no mesmo dia através do mesmo documento. Em 1º de fevereiro de 1956, papa Pio XII criou as dioceses de Londrina e Maringá, desmembrando-as inteiramente do antigo território da diocese de Jacarezinho, única circunscrição eclesiástica que abrigava o Norte do Paraná inteiro (ROBLES, 2017, p. 29).

O Arcebispo de Curitiba e os outros cardeais locais da Província eclesiástica, que julgavam ter direitos sobre a divisão do território, fizeram uso de suas prerrogativas para estabelecerem as seguintes normas de divisão da região: a diocese de Jacarezinho foi desmembrada, dando origem à diocese de Londrina, que passou a administrar as comunidades de Alvorada, Apucarana, Arapongas, Astorga, Bela Vista, Cambé, Tibagi, entre outras.

Das dioceses de Jacarezinho desmembram algumas regiões, das quais se formam duas dioceses: Londrina e Maringá. Robles corrobora:

PIO BISPO:

Servo dos servos de Deus. Para a perpétua memória julgamos, antes de tudo, nosso dever de dividir igrejas muito extensas e

circunscreverá a limites mais convenientes: nada mais premente nem importante que proporcionar a todas as pessoas que se orgulham do nome cristão um caminho mais seguro que a salvação, bem como providenciar-lhes todos os proveitos e benefícios da religião católica. Quando, pois, tomamos conhecimento de que o venerável irmão Armando Lombardi, Arcebispo de Cesária e Núncio Apostólico na república do Brasil, solicitou a essa Sé Romana que dividida a igreja de Jacarezinho, fossem constituídas duas dioceses, a fim que os dignos habitantes do Norte do Paraná, no Brasil, não ficassem privados dos necessários cuidados pastorais; e de com isso concordam Geraldo Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho.[...] Fazendo o uso do nosso poder supremo, estabelecemos o que segue. Separamos da diocese de Jacarezinho o território que compreende os municípios conhecidos como: Londrina, Alvorada, Apucarana, Arapongas, Araruva, Astorga, Bela Vista, Cambé, Catugi, centenário, Faxinal, Florestópolis, Ibiporã, Jaguapitã, Lupionópolis, Porecatu, 1º de maio, Rolândia, Sabaúdia, Santo Inácio e Sertanópolis; do conjunto por eles formado criamos a diocese a ser chamada de Londrina.[...] Iguamente, da mesma diocese de Jacarezinho separamos a região compreendida pelos municípios de Maringá, Alto Paraná, Jandaia, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Paranaíba, e ai reunimos em nova forma de diocese denominada Maringá (ROBLES, 2007, p. 29-30).

É importante frisar que cada igreja recém-erigida trazia consigo um colégio de cônegos para o auxílio ao Bispo. Como podemos inferir, para a Igreja tratava-se de consolidar sua presença na região. Dessa forma sempre que se erguia uma igreja havia a necessidade de levantar uma escola e de estabelecer as obrigações dos fiéis e dos membros da Igreja:

[...] A chamada mesa episcopal das novas dioceses sejam os rendimentos de cada uma das cúrias, sejam os bens e ofertas espontaneamente doados pelos fiéis, seja o dote oferecido pela república do Brasil seja finalmente a parte de propriedades e de recursos que na divisão proporcional da mesa de Jacarezinho couber o can.1500 a essas dioceses. Da mesma forma, seja regido pelas normas do Direito canônico tudo o que diz respeito ao governo e a administração das igrejas, a eleição do vigário Capitular, quando a sede estiver vaga, e outros assuntos deste gênero. Queremos, por fim, que no momento em que for executada esta nova carta, os clérigos que vivem legalmente no território descrito por ela consideram-se pertencentes a mesma diocese; e que igualmente todos os documentos e registro que, de qualquer forma, se refiram às novas sedes, sejam enviados pela diocese de Jacarezinho às cúrias das mesmas para serem cuidadosamente conservados em arquivos. Ao que estabelecemos nesta carta dará cumprimento irmão Armando Lombardi, acima mencionado, ou aquele que, por ocasião de sua execução estiver a frente da Nunciatura Apostólica do Brasil, podendo para isso delegar poder a outro homem, desde que investido da dignidade eclesiástica. Aquele, porém que cumprir tal

encargo, impomos a obrigação de redigir os documentos de ereção das dioceses e deles remeter, o quanto antes, cópias a cada congregação Consistorial [...] (ROBLES, 2017, p.34-35).

No dia da posse canônica os bispos receberam duas cartas pontifícias comunicando-lhe a nomeação episcopal e outra dirigida aos fiéis recomendando-lhes reverente aceitação do seu novo pastor (AZZI, 1975). Todos documentos redigidos eram originariamente do latim, língua de que a Igreja Católica se serve em pronunciamentos públicos, onde cabe a cada tradutor nomeado pela Santa Sé apresentar o idioma dos destinatários o conteúdo oficial dos documentos.

Dilermando Vieira (2007) discute a reorganização da Igreja no Brasil (1844 - 1926). A Santa Sé responsável por todos os acontecimentos, onde a igreja estava alinhada as suas propostas de “restaurar todas as coisas em Cristo”, todos os acontecimentos deveriam estar em conformidade com as orientações eclesiais.

É possível dizer que o movimento católico ultramontano foi de fundamental importância para difusão dos valores conservadores, delimitando os papéis dos indivíduos no ordenamento social. Como construtora das representações de gênero, a Igreja utilizou da imagem do casamento cristão, da família, da mulher e da educação cristã com o propósito de regular a sociedade aos desígnios sagrados. A partir dos pressupostos conservadores católicos, a mulher era idealizada por meio de estereótipos que seriam o alicerce da sociedade cristã: a boa mãe e esposa, dona de casa, casta, etc.

O Movimento Ultramontano como discutido anteriormente, ocorreu na Europa, chegando ao Brasil pelos intelectuais católicos, seus reflexos e consequências modelavam o comportamento do clero católico brasileiro. No Paraná, um dos membros da Igreja com esta visão de mundo foi o Bispo de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho (PERON, 2007).

Maringá, com apenas oito anos de fundação, recebeu seu primeiro bispo, o que revela a preocupação da hierarquia da Igreja com a difusão dos valores caros ao catolicismo, na região. Desta forma, Dom Jaime exerceu o papel de intelectual na construção de um ideário que garantia à Igreja o papel de protagonista nos rumos da cidade. A Folha do dia 24 de março de 1977 publicava um artigo escrito por Dom Jaime direcionado aos diocesanos:

Queridos Diocesanos:

“Tende cuidado em vós e em todo rebanho, sobre qual o espírito Santo vos constituiu bispo, para governardes a igreja de Deus (Atos,20,28). Infinito com o próprio Deus, continuávamos, é o amor que ele tem para com os homens, por mais que vivamos a realidade desse amor, por mais que sintamos os efeitos salutares da sua presença, jamais alcançaremos a plenitude de suas manifestações. pequeninas criaturas, poderemos medir sua profundidade? Enleados com pensamentos terrenos, poderemos sentir toda a extensão do seu domínio? mistério insondável de Deus, que governa o mundo com sua sabedoria infinita, e cujo o melhor conhecimento pra nós, é prostrarmos diante da sua vontade santíssima e adorar seus eternos desígnios. Não procurar descobrir as razões que movem o querer de Deus não desejar que os raciocínios se formem, para que, claras, apareçam as conclusões, tiradas de premissas eternas. [...] Como Bispo, resta nos agora, a todos a nós e a vós adorar o desejo de Deus e tudo fazer para que ele espera de nós.” E repetíamos a admoestação Sagrada Escritura, como sendo um programa de vida e realizações. [...] Querido diocesanos seja qual for o sentido que marca nossa vida nesta Diocese de Maringá, pois para fomos enviados [...] para ajudar a caminhar para o céu [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1977, ANO XVI/4123)

É possível inferir a partir do texto que os desígnios de Deus constituem um “mistério insondável” o que não cabe questionamento. Dessa forma não cabe ao homem “procurar descobrir as razões que moveu o querer de Deus, mas apenas seguir os mandamentos do Pai por meio dos ensinamentos da igreja. A continuação de um dos artigos de Dom Jaime que no seu entendimento revela tal pregação:

[...] A diocese de Maringá era instalada canonicamente e tomava posse seu 1º e atual Bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, revivendo esses vinte anos passados, A Folha do Norte do Paraná Jornal fundado por Dom Jaime a 27 de setembro de 1962, quer levar milhares de leitores dados históricos e crescimento espiritual na Diocese de Maringá, a qual acompanhou, assim o crescimento material e econômico da cidade e de toda a região. São dados para a história de Maringá e uma homenagem que prestamos à igreja, entre nós nesses VINTE ANOS de presença marcante na vida de milhares de brasileiros e de tantos quantos aqui vivem. O que você vai ler nessa edição é o resultado de um trabalho conjunto de pessoas que muito lhe querem bem e deram o melhor da sua vida pela causa da Pátria e da Igreja (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1977, Ano XVI/N.04123).

Muito influente na sociedade maringaense o bispo com características conservadoras, resistia ao avanço do mundo moderno, que no seu entendimento ameaçava as estruturas da Igreja, juntos diocese e família intensificavam as leis

sociais no município, onde eram respeitadas e seguidas de acordo com os preceitos cristãos.

Peron (2007) prefaciou 50 textos selecionados de Dom Jaime Luiz Coelho ao povo maringense. Segundo o Pe. Edmar Peron, o bispo de Maringá ao longo de sua trajetória enveredou por questões diversas, tais como “relações entre política e exigências da moral cristã”, “família”, “divórcio”, “miséria”. Em outras palavras, sob o filtro da doutrina católica, indicou caminhos aos fiéis.

D. Jaime tem presente que a sociedade será melhor quando o Evangelho, pregado pela igreja, for ouvido, contemplado e vivido. O potencial de desenvolvimento e progresso que avistava Maringá nos seus primórdios deve estar amparado no ensino da igreja. Ela é perita em humanidade. É seu dever e consciência ajudar o mundo ser melhor (PERON, 2007, p.16).

Vinculado com os valores do passado, o bispo contribuiu para a construção de uma hegemonia católica por meio da neutralização de determinados comportamentos considerados como nocivos à fé cristã (SCHLESENER 2002, 2007). Nesses termos, D. Jaime exerceu a função de intelectual explicitada por Gramsci, liderando “moralmente” amplos segmentos sociais por meio da ação educativa e da organização da cultura, e não pelos caminhos tradicionais utilizados amplamente pelo Estado, tais como a coação jurídica e policial.

Outra característica bastante forte de Maringá refere-se aos princípios de trabalho e religiosidade que fizeram parte da conformação sócio cultural dessa cidade. A forma como se foi organizando sempre esteve ligada a um modelo cristão muito forte. Os colonizadores superavam seus sofrimentos e dificuldades através da fé (DIAS; GONÇALVES, 1999, p.334).

Nesse sentido, D. Jaime preocupava-se com a maturidade da fé entre os fiéis. O modelo de sociedade implantado seguiu regras tradicionais e padrões idealizados pela ordem, moral pública e cristã (DIAS; GONÇALVES, 1999, p.335). “Os atos dependem da nossa escolha, de nossa vontade, são chamados de atos morais. Só o homem pois capaz de praticar atos morais” (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1974, p. 3). Dessa forma o bispo idealizava um tipo de comportamento em que o homem tinha a livre opção de fazer suas escolhas entre o bem e o mal, caso ocorresse o mal, o homem estaria a caminho para as frustrações. Se fosse para o

caminho do bem levaria a felicidade. De forma geral os artigos apresentavam conteúdos com propósito educativo segundo os padrões eclesiásticos, procurando evitar os conflitos na cidade de Maringá, tal qual a Igreja o fazia em outras regiões do Brasil.

Não por acaso, as ações do bispo objetivavam atrair novos padres para a cidade com vistas a ação missionária da instituição. Assim, procurou participar de diferentes ações e debates vinculados aos interesses católicos. Em outras palavras, enquadrava-se como um intelectual orgânico dos grupos dominantes.

A possibilidade da dominação é dada, segundo Gramsci, basicamente por dois fatores: a interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente homogênea por parte das classes subalternas que lhe permitia autonomia. As classes dominadas ainda estão presas ao senso comum, à religião, ao folclore (MOCHOCOVIATCH, 1988, p.13).

Sendo assim, a imprensa constituiu-se em um espaço privilegiado de retransmissão do núcleo central do ideário católico. Tratava-se de “aparelhos privados de hegemonia”, tal qual enxergava Gramsci, onde as visões de mundo de um determinado grupo em particular são apresentadas como universais e supostamente compartilhados como se fossem de toda a “nação”.

O consenso construído em torno de valores, ideias e hábitos não foi algo “espontâneo”, mas sim a materialização de um movimento de orientação dado pelo “prestígio” desfrutado pelas classes dominantes e seus agentes. Nesses termos, Gramsci (1982) distingue dois tipos de intelectuais: o intelectual tradicional e o intelectual orgânico. O tradicional é qualificado por sua vinculação a um determinado agrupamento social, instituição ou corporação que manifesta os interesses privados compartilhados pelos seus membros; o intelectual orgânico não é definido somente pela sua erudição, mas fundamentalmente por suas atividades dedicadas aos interesses da classe que representa. Tanto a burguesia como a classe trabalhadora possuem seus respectivos intelectuais.

A trajetória intelectual de Dom Jaime confunde-se com a instituição católica em Maringá. Sua atividade pastoral constituiu-se em um exercício educativo constante em defesa da ordem dos interesses da Igreja que convergiam em inúmeros aspectos com os grupos dominantes. De fato, sua presença, reconhecida por amplos seguimentos sociais em Maringá, se traduziu em valores

difundidos entre os fiéis que tomaram como regras a serem seguidas. Em termos gramscianos, “Os modos de pensar são elementos adquiridos e não inatos” (GRAMSCI *apud* MANACORDA, 2013, p. 153).

Constituindo-se como um dos principais intelectuais dos grupos dominantes em Maringá, percebe-se claramente suas ações em defesa dos valores “tradicionais”. Em 1958, o bispo esteve à frente da construção de seminários e criação de novas paróquias, além da construção da catedral como igreja mãe de outras dioceses. Os discursos do bispo para a recatolização da sociedade ganhavam força em 1962, momento de criação da A Folha do Norte do Paraná, um dos mais importantes jornais do Paraná.

Como instrumento da hegemonia, a imprensa em geral constitui-se como expressão material das ideologias que procuram solidificar apoios no interior da sociedade civil, seja para manter o projeto de dominação, seja como contraponto aos grupos dominantes. Nesses termos, A Folha do Norte do Paraná funcionava como um partido, divulgando uma determinada visão de mundo, naturalizando as relações sociais ao mesmo tempo em que oferecia o caminho a ser trilhado pelos leitores. Como espaço privilegiado do pensamento católico os textos possuíam uma finalidade pedagógica: a educação das elites, pois estas teriam a incumbência de educar o “povo”.

O exercício normal da hegemonia, (...), caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações (GRAMSCI, 2007, p. 95.).

Dessa forma, no “exercício normal da hegemonia”, a imprensa constitui-se em um núcleo de organização e representação de uma camada intelectual dirigente, educada a partir de uma visão de mundo que balizaria as suas ações práticas no âmbito cultural e político.

Nesse sentido, a imprensa constituía-se em um espaço pedagógico para educação das elites, que por sua vez educariam “o povo”. Em um artigo publicado na Folha do Norte em agosto de 1968, observa-se o pronunciamento de D. Jaime a respeito das relações entre política e religião.

[...] Política e religião são coisas diferentes. Ninguém duvida. Política como define os manuais, é a “ciências que ensina a governar os povos” ao passo que a religião é a virtude que ensina o homem a prestar a Deus e às coisas de Deus o culto devido. As duas encaram o mundo e os problemas do homem sob um ponto de vista diferente. Outra questão, porém, é saber se uma pode sempre separar-se da outra. Se a política não tem nenhuma satisfação a dar à religião (UBINGE; SANTOS, 2007, p. 21).

Entende-se que Dom Jaime procurava por meio de suas atividades a difusão da ideia de “autoridade”, moral da Igreja para pronunciar-se sobre questões vinculadas aos “interesses imediatos da religião”. É importante reiterar que suas ações não podem ser desvinculadas das relações econômicas, políticas e sociais. Como intelectual, atuou na defesa de preservação da ordem constituída ao mesmo tempo em que credenciava a Igreja Católica como legítima representante dos interesses do “povo”.

Na próxima seção é discutido o papel da imprensa na construção de uma visão de mulher, na relação religião e comportamento do homem, na definição de quais valores deveriam ser ratificados pela sociedade maringaense das décadas de 1950 a 1970.

5. A MULHER DE MARINGÁ NAS PÁGINAS DA IMPRENSA CATÓLICA

Nesta seção são delineados os achados da pesquisa. A ideia é sistematizar alguns excertos significativos dos jornais “A Folha do Norte do Paraná” e “O Jornal de Maringá”, produzidos entre 1950 e 1979. O critério de inclusão dos textos considerou o tema em discussão e a acessibilidade ao material de pesquisa. Os artigos analisados abordam a presença da mulher na sociedade da época. Inicialmente, a pesquisadora buscou as fontes no Museu da Bacia do Paraná, no setor patrimônio Teatro Calil Haddad (setor de patrimônio histórico) e na Biblioteca Municipal de Maringá. Foram selecionados 14 textos da Folha do Norte do Paraná e 09 do O Jornal de Maringá que foram *scaneados* para leitura. Percebeu-se que o material produzido na década de 1970 tinha similaridade de conteúdo e perspectiva de pensamento semelhante aos realizados na década anterior.

Desta feita, optou-se por eleger para análise artigos das décadas de 1950 a 1979. O critério de exclusão considerou a qualidade do material para scanner e leitura, a acessibilidade da pesquisadora às fontes e o teor dos artigos. Nos quadros que seguem são apresentados os textos que são objetos de análise da pesquisa.

No primeiro quadro serão apresentados títulos de artigos retirados de A Folha do Norte do Paraná.

Título/tema	Ano/mês	Pág./número	Seção
Câmara em sessão solene entregou os títulos de cidadãos Honorários.			
Crônica social	25 de setembro de 1962		Crônica social
Crônica social: acontecimentos sociais nos clubes	02 de outubro de 1962 (terça Feira)	p. 08	Crônica social
Se você é Gordinha, Costureiro de três peças. Aprenda e experimente a limpar um sofá	02 de outubro de 1962	p. 09	Folha Feminina.
Igreja e Família	8 de abril de 1963	p.01	
Como é sua criança?Precoce?Normal?	16 de abril de 1963 (terça-feira)		Folha Feminina.
Escolha e uso Desodorantes. Mudam os tempos mudam os hábitos. Ele não come nada			Folha feminina.

Folha feminina	12 de maio 1964	p.03	Folha Feminina.
Tempo perdido	1964		
Entrevista com a 1ª Dama, esposa do governo do Paraná Yvone Pimentel	10 de maio 1967	Ano V. Nº1384 P.4	Entrevista
Receita de pão de queijo	10 de maio 1967	Ano V. Nº1384 P.5	
Homenagem as mães da tipografia Maringá. mães maringaenses. Mães e a Paz	12 de maio de 1968 (domingo)	p.02	
Folha feminina: Uma blusa pra você, Torta de Maçã, Costureiro das rainhas, arroz para visitas de última hora	30 de setembro 1968, (domingo)	p.10	Folha feminina:
Fatos sociais, acontecimentos da cidade, casamentos, a rainha da colônia nipônica de Maringá, Glória Sumi Nagano	23 de abril de 1975 (quarta-feira)	p.10	

Quadro 1-A Folha do Norte do Paraná (1962-1975)

Fonte: A pesquisadora

A pesquisa realizada nas páginas da imprensa Católica Maringaense, no período compreendido entre os anos de (1950-1979), levanta questões de como a mulher era retratada pela imprensa (SALVATERRA, 2009). Dessa forma, os periódicos como fonte histórica justifica-se por trazer elementos que expressam a prática social marcados por regras de comportamento, convívio social e reprodução dos valores considerados essenciais para a manutenção da ordem.

A Folha Feminina era uma coluna voltada especificamente a mulher maringaense.

No segundo quadro a análise dos artigos retirados do O Jornal de Maringá, do ano de 1957a 1975.

Título/tema	Ano/Mês	Pág./número	Seção
Coluna social aniversariantes, despedida e agradecimentos Guilhermina Cunha Coelho	28 de julho de 1957	03	Coluna social
Sociedade em foco senhoras rotarianas	20 de Maio de 1960, sexta-feira	s/nº	
Vendo de perto a casa da criança de Maringá	18 de maio de 1960		
Em sociedade/ coluna Ademar Schiavone	22 de novembro de 1960		Coluna

Casa da criança de Maringá	20 de maio, quinta-feira de 1960	Nº edição 1762	
Coluna por um mundo melhor	5 de janeiro de 1961	P. 1	
Coluna social. Ângulo Feminino: Sociedade das avós.	10 de maio, quinta Feira de 1962	Nº2356	Coluna
Coluna social destaque Cidinha Meneguetti. Enlaces matrimoniais	30 de janeiro de 1972	P.2	Coluna
Social	23 de abril de 1975	P.4	

Quadro 2- O Jornal de Maringá (1957-1975)

Fonte: A pesquisadora

Em linhas gerais, o Brasil com um histórico muito evidente de sociedade que se fundaram no patriarcalismo milhares de mulheres foi educado na perspectiva de obediência aos seus pais e maridos. Assim, muitas desempenharam cegamente o papel de mães sem questionar a hierarquia dentro da família, chefiada pelo homem - provedor do lar.

Porém, com a aceleração da inserção do Brasil no quadro da economia internacional, a modernização do processo de industrialização dependente, fundamentalmente a partir dos anos de 1950, o conteúdo em diferentes veículos de imprensa passou a refletir novos hábitos que se inseriam nos diferentes segmentos sociais (LEAL, 2016).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a conjuntura histórica do final da década de 1950 e início dos anos 1960 expressaram no cenário mundial um momento rico e com o acirramento de lutas contra diferentes formas de opressão: a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, o crescimento do movimento estudantil, as mobilizações populares, a pílula anticoncepcional, as ditaduras em nações latino-americanas, o crescimento do movimento feminista e, fundamentalmente no Brasil, destaca-se também o Golpe Civil Militar de 1964.

Esta época foi importante porque segmentos significativos das mulheres em diferentes regiões do mundo deixaram de lado o papel de simples coadjuvante para lutarem por espaços que antes lhes eram negados. Recorde-se que o direito de voto foi conquistado no Brasil somente em 1933 (CERNE, 1995). Além disso, é importante assinalar que não foram poucas as mulheres silenciadas em função das lutas e lideranças que exerceram muito antes do direito de voto.

Temas referentes ao casamento e à sexualidade ocuparam espaço em diferentes tribunas e discussões políticas ao longo do período em estudo. Porém,

vale reforçar mais uma vez que a preocupação com a questão feminina não pode ser desvinculada de um contexto mais abrangente: as lutas políticas travadas entre 1950 a 1970 (CERNE, 1995). Nesse aspecto, a Igreja e seus intelectuais se fizeram presentes contra o que consideravam uma extravagância diante das mudanças nos costumes. Para os conservadores, por exemplo, a luta das mulheres representava uma ameaça à família e aos valores cristãos.

Segundo Periotto e Santana (2012), a imprensa ocupou um papel importante na divulgação de normas de conduta para as mulheres. No estudo sobre o jornal “O Carapuceiro”, publicado no século XIX, demonstra-se como a educação feminina tornou-se parte importante do projeto de manutenção da ordem.

No interior do discurso que buscava criar espaços e condições para a civilidade burguesa no Brasil, a família tinha importância crucial na construção da nova ordem social, ou no modelo de nação pensado pelas elites, atribuindo às mulheres o papel primordial na educação dos filhos, no cuidado com o marido e na organização do lar. Os ideais de mulher religiosa, educada e “governanta do lar” passam a vigorar na sociedade com maior afinco, exigindo a rejeição de antigos hábitos para, em seu lugar, introduzir a educação burguesa, e, primordialmente no caso brasileiro, uma educação voltada a um tipo de dirigente político capaz de empreender os meios de se avançar progressivamente sem, no entanto, colocar em risco o poder dominante da elite política e econômica (PERIOTTO; SANTANA; 2012, p. 2).

O jornal apresentava a mulher como o alicerce da sociedade, cabendo as mesmas os serviços secundários, a organização social e política ficariam restritas aos homens, qual quer atitude imoral da figura feminina, poderia comprometer perante a sociedade e a Deus. A diretriz encontrada no jornal “O Carapuceiro” não foi um fato isolado sobre as formas de compreensão da mulher. Nem mesmo a Proclamação da República, com seu projeto de modernização da sociedade foi capaz de romper com os preconceitos do período colonial.

É possível afirmar que no quadro de aguçamento das tensões sociais, do final dos anos 1950 e década de 1970, a maternidade, a dedicação ao lar, a fragilidade e o casamento seriam marcas constitutivas do gênero feminino (SALVATERRA, 2009; FRANQUI, 2017). Assim, percebe-se como é apresentado adiante, que a imprensa em Maringá seguiu um padrão que pode ser identificado em outros jornais que circulavam no período. Eventos sociais da cidade, as ações de caridade, receitas, culinária etc. O contexto era favorável para que a mulher que trilhasse caminhos

diferentes daqueles socialmente aceitos, estaria sendo contrária à sua “natureza” feminina.

5.1 AS PIONEIRAS

As pioneiras maringaenses foram as primeiras mulheres que chegaram no início da colonização da cidade de Maringá, muitas chegavam de outros lugares com suas famílias, pais e esposos. Com filhos pequenos estavam dispostas a enfrentarem todos os desafios. Desde o início do processo do primeiro núcleo urbano até sua fundação em 1947, a cidade de Maringá teve a presença da mulher de forma marcante tanto na chegada dos primeiros colonizadores como no desbravamento da região.

As mulheres trabalhavam incansavelmente na consolidação das novas terras. No entanto na sua vida pública e privada reproduziam as estruturas sociais estabelecidas. Vinham para Maringá, trazidas pelos maridos ou pais. [...] Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 354).

Embora silenciadas, não restam dúvidas que a presença feminina foi marcante no processo de constituição da cidade. Isso pode ser evidenciada em uma canção que antecede o surgimento de Maringá, mas que era cantada pelos caboclos que trabalharam em seus anos iniciais na região.

Foi numa leva que a cabocla Maringá
 Ficou sendo a retirante em que mais dava o que falá
 E junto dela veio alguém que suplicou que nunca se
 Esquecesse de um caboclo que ficou
 Maringá, Maringá, depois que tu partiste,
 Tudo aqui ficou tão triste que eu garrei a maginá:
 Maringá, Maringá, Prá havê felicidade,
 É preciso que a saudade,
 Vá batê noutra lugá.
 Maringá, Maringá, volta aqui pro meu sertão Prá de novo o
 Coração, de um caboclo assossegá.
 Antigamente, uma alegria sem igual
 Dominava aquela gente da cidade de Pombal.
 Mas veio a seca toda chuva foi se embora só restando
 Então as águas dos meus óio quando chora. (CARVALHO;
 MARIANO, 1932, p. 31).

Como se vê, a presença feminina sempre esteve inserida nas histórias da cidade, na música Maringá, Maringá de Joubert de Carvalho, conta a história de uma cabocla que deixou o Nordeste e vindo para o Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida, cabocla sofrida, retirante que deixou sua vida de seca e pobreza, e o abandono de um amor que chorava sua ausência, a chegada de muitos migrantes a cidade, e a simplicidade faziam com que aumentassem a fé e a procura ao catolicismo. Nesse período a figura da mulher era subordinada aos vínculos patriarcais, voltada a uma sociedade, legitimada pela igreja católica. A rigidez as questões da moralidade pautavam sobre as questões que prejudicavam a honra da família, como era o caso de uma gravidez com moças de família, sair sozinha à noite, frequentar cinemas, sempre ficava em evidencia que a mulher necessitava da companhia e da tutela masculina (DIAS; GONÇALVES, 1999, p.347).

Quando chegavam aqui as mulheres acompanhadas de seus filhos pequenos e até recém-nascidos, amamentavam debaixo de pés de café (RECCO, 2005, p. 28). Outras que vieram para a região, provenientes de Santa Catarina, São Paulo ou Rio de Janeiro, buscavam sobreviver por meio de diferentes ocupações, incluindo a prostituição (OSTERROHT, 1997, 2007).

As famílias quando chegavam aqui traziam consigo muitos problemas de ordem estruturais e sociais. Neste contexto a Folha do Norte apresentava ao leitor o fato da zona do meretrício estar incomodando os moradores da região central com baixos atos:

A Zona do meretrício de Maringá que atualmente está localizada nas proximidades do frigorífico, nas imediações da zona dois, uma das áreas residenciais mais habitadas e em frequente crescimento está prestes a mudar de local, para um outro que fique distante do centro da cidade. Desta maneira é que o vereador Edi Froeming está formando uma comissão composta por 4 vereadores e 4 autoridades, que serão incumbidos de tratar da mudança para possivelmente as margens da rodovia de Maringá-Campo Mourão. Conforme informação do vereador Edi Froeming, que solicita a formação da comissão, existe na entrada da zona do meretrício o Grupo Escolar Maria Balani Planas, que abriga mais de 150 crianças, que estão sujeitas a presenciar os baixos atos. Inclusive seus pais estão solicitando que alguma coisa venha ser feita [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1974, p. 2).

É possível perceber por meio da publicação a ação do poder público com vistas a higienização da região com a transferência da prostituição para um local

“que fique distante do centro da cidade”. Buscava-se, dessa forma, o ocultamento das diferenças sociais e das mulheres que sobreviviam da prostituição. Nesse contexto, a questão da expressão da sexualidade feminina e da prostituição eram temas que preocupavam a hierarquia católica em um espaço eminentemente conservador.

As cidades são em tese, palco para a performance dessas personagens denominadas mulheres de “má procedência” e Maringá também convivia com problemas dessa ordem. A moral sexual difundida na cidade fez-se bastante rígida. Elas perambulavam pelas ruas eram constantemente detidas, seguindo o código de disciplinarização e racionalização social (DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 342).

Como forma de “higienização” do espaço urbano, os bordeis eram localizados em regiões afastadas do centro urbano, como na Vila Marumby. Nesta perspectiva, se alguma mulher fosse encontrada fora da “área estipulada”, era encaminhada para a delegacia. A prática de prostituição, enquanto atividade considerada marginal, era considerada uma ameaça para a família e a moral, devendo ser combatida, de modo a garantir a anulação das consequências físicas, como as doenças contagiosas e as consequências morais (FRANQUI, 2017, p. 85).

A partir da perspectiva conservadora alicerçada aos valores religiosos a família constitui-se no alicerce da sociedade. Nesses termos idealizou-se em diferentes espaços um modelo de sociedade em plena harmonia. Tratava-se de difundir determinados valores que contribuíssem para a consolidação de diferentes hegemonias.

Em Gramsci (2007) compreende-se o conceito de hegemonia como a direção política e cultural de uma sociedade. Esta hegemonia é criada pela intelectualidade atuante (SCHLESENER, 2002). Pensa-se que a imprensa jornalística atua mediando a cultura e evocando a hegemonia social. No contexto maringaense dos anos 50 a 79 do século XX, as mulheres iam moldando seu pensar por influência também dos jornais locais (SCHLESENER, 2009).

Outro exemplo das formas de diferenciação dos espaços permitidos para homens está no velho cinema conhecido como Cine Horizonte. As sessões da meia noite só eram permitidas para homens, sendo proibida a entrada de mulheres.

Nesse período, as moças casavam se muito cedo, como era comum no Brasil, logo engravidavam e ficavam aos cuidados da casa e dos filhos. Em Maringá,

como a maioria dos homens trabalhavam na derrubada das matas e passavam dias fora de casa, muitas nem sabiam se os esposos estavam vivos ou mortos. Perrot (2007), ao historicizar a trajetória das mulheres aponta que a vida delas era chorar e esperar.

Em primeiro lugar, por que as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que por muito tempo, merecia o interesse e relato. Elas atuam em família confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades a invisibilidade é o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas: É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição causa medo (PERROT, 2007, p.17).

Nesse sentido esperava-se um determinado tipo de comportamento da mulher que não colocasse sua honra em dúvida, por outro lado, a negação de valores da família representava o perigo de desagregação da sociedade.

5.1.1A mulher e a imprensa Católica

O Jornal de Maringá possuía um caderno direcionado especificamente ao público feminino no período que compreende os anos 1950-1970. Percebe-se por meio de suas publicações a maior participação dos homens no processo decisório, cabendo à mulher as tarefas domésticas, além das atividades religiosas, tais como festas, quermesses e projetos sociais.

A presença feminina nos jornais era pautada por temas relacionados ao catolicismo e questões de comportamento dentro das regras estipuladas pelo ideário conservador (FRANQUI, 2017). A imprensa apresenta o papel social da mulher e sua participação na esfera política, culminando em uma análise a matriz ideológica que sustenta as publicações. Sobre o poder de persuasão da imprensa na criação dos valores relativos às mulheres, Buitoni (1986, 2009) aponta que os jornais indicam “comportamentos” e atitudes reiterados pelo Capitalismo em cada momento histórico. À mulher do século XX não cabia o protagonismo político, mas, a função de conciliadora do lar, de suporte do homem.

À primeira vista, receitas de culinárias, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos-comuns às revistas, seções e suplementos femininos do mundo inteiro- são neutros. Porém se saímos da superfície, veremos que a imprensa feminina é mais “ideologizada” que a imprensa dedicada ao público em geral. Sob a aparência de neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes (BUITONI, 2009, p.22).

Zanlochi (2001) estudou o papel das mulheres leigas na disseminação do catolicismo. As mulheres consolidaram sem como um importante grupo do catolicismo, aparecendo em destaque nos impressos dos jornais, sendo uma instituição conservadora a igreja procurou estimular as mulheres para os projetos de caridades. A mulher leiga está na base das operações evangelizadoras, no entanto a estrutura representativa da igreja é masculina, estabelecendo uma distinção de gênero explícito que propicia o anonimato sobre as ações das mulheres.

5.1.2 A mulher e a caridade

Na coluna “Sociedade em foco” publicada em 20 de maio de 1960, sob o título “Senhoras Rotarianas”, Ademar Schiavone aborda a campanha de assistência social:

Com a fundação recentemente em Maringá, sobre a associação o das senhoras rotarianas do Rotary Clube - Oeste tento a frente a senhora Pivene Moraes esposa do presidente Josué Moraes iniciam sua primeira campanha em prol da assistência social da cidade Maringaense. No dia 24 terça feira próxima às 20:00 horas no Aero clube, será oferecido um jantar reunião, cuja renda será revertida para feitos beneficentes. “Já está em franco progresso a campanha do cobertor para o Albergue”, vai de vento em polpa com cobertores sendo distribuídos ao albergue noturno de Maringá dirigida pelo Bispado. Os cartões para a adesão do jantar de terça-feira poderão ser encontrados com as senhoras rotarianas. Colaborar com elas é colaborar com os necessitados (SCHIAVONE, 1960).

Ao longo da existência do jornal foram inúmeros textos exaltando a questão da caridade como instrumento para minimizar os males da pobreza. Diante da impossibilidade do capital constituir uma sociedade em que os homens sejam

iguais, se forja a ideia da desigualdade ser proveniente das diferenças “naturais”. Porém, como nem sempre as desigualdades são compreendidas por todos os elementos como produto da “vontade divina” ou das diferenças de capacidade e trabalho entre os homens, o capital tende a impor formas de existência que lhe sejam apropriadas pela repressão ou por meio da prática educativa.

No processo de naturalização das desigualdades, coube à Igreja um papel importante.

Porque enquanto os socialistas, apresentando o direito de propriedade como invenção humana contrária a igualdade natural entre os homens; enquanto, proclamando a comunidade de bens, declaram que não pode tratar-se com paciência a pobreza e que impunemente se pode violar a propriedade e os direitos dos ricos, a Igreja reconhece muito mais sabia e utilmente que a desigualdade existe entre os homens, naturalmente dissemelhantes pelas forças do corpo e do espírito, e que essa desigualdade existe até na posse dos bens. 29. Ordena, ademais, que o direito de propriedade de domínio, procedente da própria natureza, se mantenha intacto e inviolado nas mãos de quem o possui, porque sabe que o roubo e a rapina foram condenados pela lei natural de Deus (PAPA LEO XIII, 1878, p. 65).

De forma análoga, a imprensa ocupa um papel de destaque na constituição de uma determinada sociabilidade. Ainda que aspire um discurso universal, é evidente que a seleção das notícias obedece a um projeto de sociedade. Em uma sociedade marcada pela divisão de classes, não há neutralidade possível por parte da imprensa ou de outras instituições presentes na arena social.

A naturalização das desigualdades sociais pela sociedade burguesa expressa as contradições do capitalismo que para manter-se faz uso de mecanismos de dominação como o acesso a textos que negligenciam as reais condições de produção da existência. A assistência social, a filantropia e a intervenção da Igreja nas questões sociais ajudam a mascarar a luta de classes e a criar um consenso em torno do papel da mulher.

A caridade é difundida como um dever cristão, como possibilidade de demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e bondoso e não, como possibilidade de fortalecer os laços de solidariedade entre os membros de uma comunidade. Tendo por premissa básica o amor ao próximo, ela é considerada a base que levaria homens e mulheres a terem sentimentos e virtudes que seriam inerentes à natureza humana, como a bondade, a capacidade de perdoar, de acolher, a humildade, a aceitação mútua (SILVA, 2006, p. 328).

Por isso, não faltam exemplos apresentados pela imprensa das mulheres de “boa vontade” que auxiliavam o “próximo”. Muitas manchetes destacavam a figura feminina ligada as questões da caridade¹¹, que era apresentada como instrumento de minimização dos problemas gerados pela miséria.

As promoções assistenciais promovidas pelas “damas da cidade”, muitas das quais eram noticiadas nos periódicos, a fim de arrecadar fundos para as obras assistenciais, eram realizados nos clubes, com renda revertida em doações para albergues, moradores de rua, e os chamados “mais necessitados”. Entre as promoções realizadas destacavam os bingos beneficentes, campanha de cobertores, festa do sorvete entre outros. Por trás dos projetos sociais estava o poder e a influência da Igreja Católica, que justificava a necessidade de “caridade” sem questionar as razões da desigualdade.

A possibilidade da dominação é dada, segundo Gramsci, basicamente por dois fatores: A interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea por parte das classes subalternas que lhe permita autonomia. As classes dominadas ainda estão presas ao senso comum (MOCHOCOITCH,1988, p.13).

Nesses termos, para além da educação escolar, outros meios foram utilizados para a interiorização da ideologia hegemônica. Assim, a figura da mulher foi utilizada na construção ideológica legitimadora da ordem econômica.

Como lhe é negado o espaço da política, a mulher ocupava funções secundárias, tais como o desenvolvimento de atividades de caridade. Educada nos princípios religiosos, exerceria a caridade, a filantropia, sabendo comportar-se com recato, modéstia, e com polida desenvoltura nos salões, que engrandeceria a figura de seus pais e posteriormente de seu marido.

O artigo ‘Tempo perdido’, publicado pela Folha do Norte em 1964, demonstra outras formas de caridade compatíveis com o modelo de sociabilidade burguesa do período.

Vamos contar a história de um casal. Um casal que por problemas de saúde da esposa não podia ter filhos. Esse casal não mora em Maringá, mora em uma cidade distante, mas veio aqui para adotar

¹¹ Segundo o dicionário Aurélio, “Caridade” O amor que move a vontade a busca efetiva do bem de outrem 2. A prática da caridade (1); beneficência, complacência. 4.Rel. Uma das virtudes teológicas. A caridade enquanto visão religiosa se refere à generosidade, encontro com Deus, aliado à justiça divina, entendido como amor e não como vingança (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2008).

uma criança nascida em um dos nossos hospitais, a criança havia nascido prematura, de sete meses. Os pais muito pobres, teriam dificuldade de ficar com o bebê. E havia outros problemas indicando que a criança deveria mesmo ser entregue ao casal adotante. Os médicos explicaram que a criança precisaria de cuidados especiais durante algum tempo. E o casal adotante ao saber disso deu a maior prova de sua grandeza espiritual: preferimos assim, pois quanto mais trabalho tivermos com o bebê, mais amor teremos por ele, mais sentiremos que essa criança é nossa. [...] Soubemos de outros detalhes: Aquele casal já havia gasto muito dinheiro tentando conseguir um filho próprio, até que um dia ele e ela chegaram a esta conclusão. “É um egoísmo de nossa parte estar forçando a natureza, quando a tantas crianças nesse mundo precisando de pais” [...] Isso nos faz pensar quantos casais tem filhos perfeitos sem qualquer problema de saúde, mas que não gostam de “perder tempo” com esses filhos. Encontram tempo para tudo menos para os filhos. Não percebem que o tempo gasto com um filho, que soma o filho mais importante, mais querido, mas não conversam com os filhos, não participam do problema dele, não procura saber o que pensa e o que gostaria de ser [...] É um assunto que vale a pena ser meditado, aquele casal, que nos referimos no início sempre teve tudo, menos alegria de ter um filho, somente depois da adoção se sentiram realizado em terem um filho [...] (FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964, p. 3).

Observe-se que não há nenhuma palavra sobre os motivos da pobreza dos pais biológicos que “teriam dificuldade de ficar com o bebê”. O problema se resolve pela adoção por um casal que pode arcar com as despesas de uma criança prematura. Nesses termos, os atos de caridade eram parte das notícias da A Folha do Norte do Paraná, o que convergia para a orientação presente na hierarquia católica do período.

Com um público leitor formado basicamente por indivíduos pertencentes aos grupos dominantes no município, a linha editorial constituía-se em um instrumento de difusão dos valores hegemônicos. As ações promovidas pela hierarquia católica e pelas classes dirigentes tinham a intenção de “amenizar” as injustiças sociais presentes na cidade, apresentando-os como uma fatalidade ou pelos desígnios de Deus.

Nesta perspectiva, a imprensa enquanto processo educativo seleciona e interpreta os fatos de acordo com os interesses de classe que orientam seu projeto social. Não por acaso, buscava-se amortizar a luta de classes com vistas ao estabelecimento de uma harmonia social.

Nesses termos é importante salientar, por fim os periódicos são aqui entendidos como “produtos sociais”, isto é, como resultado de um ofício exercido por inúmeros intelectuais e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, e representações específicas dos interesses de classes (GOMES, 2018, p. 23).

Da mesma forma que A Folha do Norte do Paraná, O Jornal de Maringá tornou-se um espaço privilegiado para a expressão dos interesses católicos, representados pela figura do bispo Dom Jaime, que defendia as ações sociais alicerçadas na família e caridade. O alvo das ações assistencialistas era materializado nas figuras dos deficientes físicos, crianças abandonadas, famílias carentes, mendigos etc.

A política e a religião são debatidas por Oswaldo Silva (2006). Para ele, os trabalhadores rurais tinham a foice e a cruz como mediadores sociais no embate comunismo versus catolicismo que ocorreu no Paraná. A existência da miséria se passa como um plano divino do qual os homens nada podem fazer para alterar a ordem social. Por isso, verifica-se no período a insistência na participação das mulheres em campanhas para os “necessitados”. Para exercê-la, segundo essa concepção, o critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever cristão para com os pobres, demonstrando, assim, um espírito nobre (SILVA, 2006).

Observe-se que a presença da filantropia aponta a ausência do Estado para questões sociais. Em nome da caridade foram, e ainda são construídas associações filantrópicas como asilos, albergues, creches, cujo fundamento são os valores, quer da filantropia, quer da caridade e cristã. Nesse cenário encontramos a criação da Casa da Criança no ano de 1960, que abrigava menores abandonados da cidade de Maringá. Nas páginas do periódico, a alternativa para o abandono passava pela assistência aos menos favorecidos.

Maringá-cantada pelos poetas como prodígio feito cidade-cresce de forma espantosa, em todos os setores da vida social, antevendo-se por isso, um promissor futuro para esta umbe, que nos afigura como um dos mais progressistas municípios do Brasil. Graças a pujança dos seus habitantes nas iniciativas, particulares de dar a cidade o que ela faz por merecer. Assim também as entidades filantrópicas, que tem passando sobre os ombros dos seus componentes, a humanitária porem árdua missão de amenizar o sofrimento dos menos favorecidos pela sorte que desponta-se como um dos obstáculos do desenvolvimento social desta terra. Dentre as associações beneméritas de Maringá, o clube da amizade, integrado por senhoras da mais alta sociedade local ,que além de outras

iniciativas de vulto, trabalham presentemente no afã de dar a cidade um lar para os menores que surgem quase que diariamente a nossa cidade, com a marca do sofrimento estampada no pequeno e inocente rosto, clamando por uma ajuda áquêles que podem graças a Deus, dar melhor condição de vida a um ser que sofre em razão da irresponsabilidade dos pais, na maioria dos casos vai cumprindo suas normas de trabalho dignificante ao servir o próximo, sem exigir recompensa. E lutando contra as maiores dificuldades, vencendo as maiores barreiras o clube da amizade, graças a senhora Dona Azedinir Gomes da Cunha, abnega das damas maringaenses vêm concretizando o sonho dourado da infância necessitada da região com o erguer paulatino porem decidido das paredes da “casa da criança” obra de fundo benemérito que já se tornou realidade pela magnitude dos seus alicerces e pela suntuosidade filantrópica pretensões (O JORNAL DE MARINGÁ, 1960, p. 03)

Como se vê, o “espírito solidário” e “caridoso” constituía-se em estratégias de ocultação das origens da miséria presente. Os anos de Juscelino Kubitschek (1956-61) com crescimento 7,8% ao ano, período marcado pela abertura ao capital internacional para aceleração do desenvolvimento industrial deixou marcas, tal como a concentração de renda e o êxodo urbano. Nesse cenário, fortalecia-se o discurso filantrópico.

Não por acaso, eventos com caráter filantrópicos com vistas à arrecadação de fundos para os carentes também eram comuns nas páginas da imprensa de Maringá como se pode inferir da leitura do O Jornal de Maringá:

[...] As damas do Clube da Amizade com intuito de dar mais um passo no término da grande obra, idealizaram e porão em pratica no próximo dia 29 um lauto churrasco, cujo fundo se revertera em beneficio “a casa da criança”. Além dos interessados na participação desse churrasco contribuir diretamente para o termino mais rápido das obras do lar escola, também poderão ver de perto o que pode fazer a força de vontade de uma entidade benemérita com ajuda de um povo ordeiro e trabalhador, pois o local escolhido foi onde ergue-se a “casa da criança” que tanto bem trará a nossa infância (O JORNAL DE MARINGÁ, 1960, s.p).

As propostas de caridade e de preocupação com as camadas de trabalhadores mais pobres reforçam e justificam a desigualdade, naturalizando a questão da pobreza, visto por muitos como um castigo divino e não como seqüelas de um sistema de desigualdades sociais, onde muitas famílias se desestruturam por falta de empregos e recursos, e outras não tendo condições de criar os próprios

filhos, se vêem obrigados a colocá-los pra adoção, como eram os casos das crianças entregues a “casa da criança”.

Dessa forma, a desigualdade interiorizada como natural pelos trabalhadores constituiu-se em um poderoso instrumento de dominação de classes.

Apresenta a pobreza como um castigo divino, escondendo os processos vorazes de extorsão de mais-valia absoluta e relativa, escondendo que o indigente é quem faz parte do lumpem proletariado, é um produto do sistema, não excluído, mas possuído pelo sistema. A aparente positividade da solidariedade moral, da benemerência, encobre o processo de concentração de renda, a fome e a miséria como seqüelas do Capital (BARBOSA, 2007, p. 4).

Diante do exposto, nunca é demais enfatizar que o desemprego não é um acidente no capitalismo, mas faz parte da engrenagem que reproduz o capital. Em Marx (1982), a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva possui clara funcionalidade ao capital. Com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor.

[...] A acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 1982, p. 731).

Ora, a existência do excedente de mão de obra é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Proporciona o “material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 1982, p.733-4).

Barbosa (2007) pensa as contradições próprias do modo capitalista de produção:

A superpopulação relativa (os sobrantes, que constituem o exército de reserva e o rebotalho do proletariado) faz parte da lógica do sistema capitalista e desempenha duas funções básicas: 1)

independência do capital quanto ao crescimento populacional: o capital sempre terá a sua disposição mão-de-obra abundante e “livre” para ser explorada e para as suas dinâmicas necessidades de valorização, independentemente dos limites do crescimento populacional. Nesse sentido, a superpopulação relativa não é excluída pelo capital, mas possuída por ele. 2) a existência da superpopulação relativa diminui o poder de barganha dos trabalhadores ativos assalariados, que se sentem temerosos em perderem seus empregos (BARBOSA, 2007, p. 10).

De maneira geral, os jornais traziam como destaque nas suas colunas, o trabalho assistencial, os benefícios à comunidade, o enaltecimento do trabalho das mulheres, o apoio da Igreja à formação de uma sociedade caridosa.

5.1.3 Regras de comportamento feminino

A burguesia maringaense e o clero católico, por meio da imprensa, expressaram sua preocupação os padrões desejados de comportamento feminino para a vida em sociedade: forma de vestir e comportar-se em público eram visíveis nos periódicos da cidade.

Considerando os padrões de comportamento, encontramos nas páginas da coluna social, a idealização das mulheres, com modelos e valores que deveriam ser seguidos por todos. Festas e eventos sociais, no qual só a elite maringaense tinha acesso, eram noticiados pela imprensa e serviam de exemplos válidos ao convívio social. Em 1948 foi fundado o Aero clube, espaço de lazer desfrutado pelas “pessoas mais representativas da sociedade”, denominado clube da elite (DIAS; GONÇALVES, 1999, p.338).

Nas publicações da coluna *Em Sociedade*, de Ademar Schiavone e na Folha Feminina encontramos a coluna “Folha da Mulher”, dirigida por Maria Teresa de janeiro até julho de 1968, após esse período, por Ilda Garcia (julho de 1968 a setembro de 1968). Já a coluna “Sua Excelência a Mulher” foi coordenada por Édice Fernandes, veiculada no Jornal Folha do Norte do Paraná durante o ano de 1969. As mulheres “damas da sociedade” em eventos, apresentadas como modelos idealizados: boa esposa, recatada e ligada aos serviços do lar e da igreja. “Uma boa

esposa seria, mãe e do lar”. Dessa forma, filha ou esposa deveria ser formada para ser compassiva; encantadora; abnegada; executar com primor as tarefas domésticas e se sacrificar diariamente em prol da família (WOLF, 1996). Em outras palavras, o espaço feminino deve se restringir ao lar e as tarefas domésticas, pois, sua constituição biológica era incompatível com a vida pública.

A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: Ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família (RAGO, 2012, p. 592).

O padrão feminino difundido pelo discurso dominante apresentava a mulher por meio do papel de mãe e esposa, considerada à base moral da sociedade, pois era entendida como primeira educadora. O mundo público era ameaçador para a moralidade e os bons costumes, pois o trabalho fora do lar “estava associado a possibilidade de adultério, ameaça a virgindade e ao casamento, bem como a prostituição” (FRANQUI, 2017, p.105).

A imagem feminina destacada na imprensa maringense traduz na naturalização da mulher frágil e com papel definido na sociedade. Sobre esta forma de produção da realidade Ana Silva (2013) assevera:

A imagem, produto de uma relação imaginária como mundo, via linguagem, concorre com outras no processo discursivo [...] a representação tende efeito de estabilização de sentidos [...] como resultante de um processo de estabilização de imagens, trabalho da ideologia, que produz em uma formação social o efeito de naturalização dos sentidos (SILVA, 2013, p.4).

Nesse sentido, a defesa da mulher como sustentáculo da família foi uma constante. Afinal, uma família coesa, segundo a perspectiva conservadora, seria o antídoto para os males da sociedade. Não por acaso, era constante a preocupação do periódico com o público feminino e seu cotidiano. A “Folha Feminina”, na Folha do Norte, intensifica assuntos como: uso da maquiagem pela mulher, utilização de acessórios como óculos, a mulher deve usar a maquiagem, usar óculos, fazer a limpeza dos cabelos e dicas de como conservar-se jovem.

Na “Folha da Mulher” são frequentes as matérias sobre moda, exercícios físicos para um determinado padrão estético, dicas de beleza, cremes, cuidados

com o cabelo e pele, sugestões sobre maquiagem e culinária. Esses conteúdos indicam a valorização e cuidado que a mulher deveria ter principalmente para com seu corpo, em vista da beleza física e boa apresentação. “Para agradar o outro, o marido, noivo ou namorado”.

Você sabe conservar-se jovem? Antes de tudo é preciso que você conviva com gente moça, e procure compreender seus pontos de vista, sem, no entanto, abdicar dos seus, e sobretudo não querer impingir-lhe conselhos, sugestões e sua maneira de encarar a vida. É a primeira mais importante fórmula: aprenda a descansar. Saiba isolar os aborrecimentos, sobre tudo na hora do sono. Não fale em doenças e seus pequenos aborrecimentos diários; o melhor é resolve-los sem incomodar terceiros e a você própria, remoendo ou ruminando-os. Esqueça o passado, por mais agradável que ele tenha sido, e viva intensamente os momentos presentes. Olhe cada paisagem, sinta cada filme, ouça cada pessoa com prazer de que o faz por uma única vez. [...] (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964 p.03).

A representação da mulher na *Folha do Norte* permite compreender que a mulher deveria renunciar aos seus pontos de vistas, evitando dessa forma aborrecimentos, principalmente não “aborrecer” o esposo com seus problemas, por ser o responsável pelo lar (AZZI, 1977). O marido deveria chegar do trabalho e encontrar uma esposa linda, pronta para cuidar e zelar do mesmo. Este conceito de esposa defendido pelo periódico é fictício, pois a esposa feliz, que transmite a paz espiritual enquadra-se no conceito de família perfeita é afastada da sociedade.

Pinto (2003) investigou como se descortinou o feminismo no Brasil. A posição que a mulher se encontrava na sociedade como excluída, em decorrência da posição do poder do homem. Dessa forma o papel que a esposa ocupa no contexto familiar, é o papel de dona de casa. Trata-se, conforme Nahes (2007, p. 38), de um projeto de educação, em um sentido mais amplo, que “objetiva formar a mulher que servindo a família, serve à pátria”.

5.1.4 O casamento e família

As cerimônias de casamento apareciam com destaque nas colunas sociais dos periódicos com uma visão idealizada. Invariavelmente, apresentada como a realização da mulher e a constituição de uma família cristã, o matrimônio era entendido como o pilar da sociedade. (MAGALHÃES, 2003). Assim, a formação da família nuclear representava a identidade coletiva almejada pela Igreja.

Figura 1- Representação do casamento



Fonte: Maringá (1947-2004) A história em conta gotas, 1998.

Contudo, é importante compreender que a família, como qualquer outra instituição humana, possui uma história. Afinal, nem sempre o modelo familiar que se apresenta como “natural” existiu.

A sociedade antiga baseada nas uniões gentílicas vai pelos ares, em consequência do choque de classes sociais recém-formadas dá lugar a uma sociedade organizada em estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidas em territórios (ENGELS, 1984, p. 6).

O texto de Engels constitui-se em uma demonstração concreta da historicidade dos diferentes tipos de agrupamento familiar. Da mesma forma que se constituiu na história a família monogâmica, é verdadeiro que em outros períodos históricos a mulher ocupou um papel de destaque na organização da sociedade.

Com a família monogâmica se aperfeiçoou consideravelmente, desde o começo da civilização e de maneira notável nos tempos modernos, é lícito pelo menos supor que seja capaz de continuar o aperfeiçoamento até que a igualdade dos dois sexos seja atingida. Se num futuro distante a família monogâmica não mais atender às

exigências sociais, é impossível predizer a natureza da família que irá sucedê-la (ENGELS, 1984, p. 91).

No início da sujeição da mulher ao homem vincula-se ao estabelecimento da propriedade privada, a concentração da riqueza, e a herança, onde se passa exigir a fidelidade da mulher, pois não aceitavam a divisão dos bens fora da família, dos descendentes legítimos.

[...] o casamento é o ápice da realização feminina. Portanto a ideologia funciona através dos mecanismos da propaganda do periódico para solidificar as concepções de gênero que atribuem papéis específicos para o homem a este é dado o lugar de autoridade, e a mulher lugar de total submissão (COUTO, 2017, p.04).

Da mesma forma, o Estado que surgiu da divisão de classes não se constituiu em uma manifestação da vontade geral, mas sim como instrumento de dominação de uma classe (proprietária) sobre a outra. Engels 1984 aponta que desde as épocas mais remotas da história as mulheres participavam na coleta, teciam os cestos e os homens caçavam. A divisão do trabalho não implicava em um domínio sobre o sexo feminino. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento da propriedade privada, verifica-se o surgimento progressivo da família monogâmica. Nessa nova organização, a mulher passa a pertencer ao marido (ENGELS, 1984).

O casamento, com o passar dos anos passa por um processo de transformação ou evolução, na sociedade burguesa os pais - escolhem para o jovem filho abastado, a mulher que lhe convém. Nessa situação “ocorre o interesse por heranças, se com uma jovem pobre.” O matrimônio é condicionado pela posição social dos contraentes, e nessa medida, é sempre um matrimônio de conveniência” (ENGELS, 1984, p. 90).

A partir das contribuições de Engels, verifica-se a historicidade da família monogâmica e como seu surgimento vincula-se a existência da sociedade de classes. A conservação e preservação das riquezas conquistadas pela exploração se fizeram também por meio da opressão sobre a mulher.

Nas relações com a mulher o amor sexual, só se torna e só pode se tornar norma efetiva entre as classes oprimidas, quer dizer, em nossos dias entre o proletariado, estejam ou não oficialmente

autorizadas essas relações. Mas desaparecem também, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aí, por completo, os bens e as riquezas, para cuja conservação e transmissão por heranças foram instituídas precisamente a monogamia e a dominação do homem [...](ENGELS, 1984, p. 90).

O contrato de casamento formado é idêntico em toda a sociedade, no que se refere ao seu estatuto jurídico ideológico. Nesse aspecto o casamento para ambas as classes, assegura o homem o controle da capacidade reprodutiva da mulher, seja de herdeiros (no caso do casamento burguês). O controle que os homens exercem sobre a sexualidade feminina por meio do casamento, maternidade reforça a moral burguesa.

A construção do feminino no Brasil foi estudada por Gisele Gomes (2009). Segundo a pesquisadora, já entre 1827 e 1846 discutia-se sobre o que a mulher deveria saber para representar bem a sociedade. Para além da questão do Estado, o cristianismo, por meio da Igreja Católica, que se fortaleceu com o estabelecimento das relações feudais de produção, forjou uma moral orientada pela sacralização da família. Se à mulher detém a origem do “pecado original”, também é pela mulher, no caso Maria, a primazia de trazer ao mundo o Salvador. Lucena (2003, p.19) aponta pra a figura de Maria destacando sua figura a “grande mãe”, simboliza a obediência e passividade das mulheres nas sociedades patriarcais, com a semelhança da Mãe de Jesus.

Com o advento do Cristianismo, a figura de Maria recuperou em parte a imagem da Grande-Mãe, pela força e sabedoria que lhe foram atribuídas, bem como pelo poder que lhe foi conferido enquanto mediadora legítima entre Deus e os seres humanos. Entretanto nela permaneceram os atributos arquetipais de obediência, da passividade e da submissão, marcas da identidade feminina nas sociedades patriarcais e cuja recusa ou afastamento, sob o jugo da inquisição, configuravam -se como pecados que impediam a mulher de alcançar a santidade e até mesmo a própria salvação. Instaurou-se assim, na mulher, uma consciência de culpa que permitiu a manutenção da relação de subserviência e dependência sem grandes questionamentos até praticamente o século XX, quando as condições históricas arrancaram a mulher a sua própria revelia, do limite do lar e do casamento (LUCENA, 2003, p. 19).

Nesse sentido, o ideário católico expressava um ideal de mulher que deveria comportar-se de forma santificada tal qual a figura da “mãe do senhor”. Por isso, a família também era apresentada como instituição intocável e, ao mesmo tempo,

como se estivesse sempre existido. Não por acaso, as notícias de casamento entre membros dos grupos dominantes em Maringá eram constantemente noticiadas no O Jornal de Maringá:

Ainda é comentado o enlace de Cidinha Lopes e Paulo Guimarães que reuniu muita gente e amigos das famílias Lopes e: Foram Padrinhos de Paulo: Divanir Brás Palmas - Mara Eliana, Cezar Magalhães Silva-Maria José, Marcio (O JORNAL DE MARINGÁ, 1972, p. 2).

A imagem transmitida na coluna aponta para o casamento feliz, mas em nenhum ao longo de sua trajetória discorre sobre separações ou casos de adultério, o que revela a idealização do matrimônio. Afinal, se exigia um comportamento exemplar das mulheres casadas, o que não se aplicava aos homens da cidade. Nesse sentido, toda e qualquer família deveria respeitar o dogma da indissolubilidade do casamento, representando o sacramento, da união de Cristo com a Igreja.

Dessa forma, na sociedade patriarcal, a realização da mulher atingia o ponto culminante no casamento e na maternidade, já que as mulheres eram consideradas destituídas de mentalidade racional. Sua única vantagem era a maternidade, que lhe conferia a educação dos filhos, sempre sob a supervisão e autoridade do marido.

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava a posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Isto equivale a dizer que, afora as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos. E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas, em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas, nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição. (...) Ao assumirem o compromisso do matrimônio, a mulher era vista como um ser frágil pelo marido, colaborava no trabalho doméstico, sendo submissa ao poder patriarcal, “o comportamento submisso que as sociedades patriarcais sempre entenderam, ser, dever dá mulher desenvolver em relação ao chefe da família” (SAFIOTTI, 2013, p. 63).

No cenário histórico de uma sociedade construída em bases patriarcais, o ideal de família convergia para um modelo familiar em que a mulher era vista como

dependente do marido. Em artigo publicado pela *A Folha do Norte do Paraná* em 20 de junho de 1978, verifica-se a presença do modelo ideal de família:

Uma das mais tradicionais de Maringá, com um clã numeroso liderado pelo casal Maria Gonçalves Emigdio Britto, ele com 83 anos de suor e sacrifícios. Seu espírito pioneiro se inicia com 13 anos, quando saía de Portugal para o Brasil. Em 1945 chegou a Rolândia, quando começou a plantar café. Alguns anos depois adquiriu terras em Mandaguari distrito de Maringá. Foi tudo muito rápido e hoje o pioneiro Emigdio narra com emoção a dureza dos primeiros tempos. Os filhos do casal, Sr Zilda de Britto Tribulatto, Dr. Nelson Britto, Dr. Albert de Britto, Odair de Britto, Delacir de Britto Beffa, Ivanilde de Britto Silva, Emydie de Britto Filho e o mais jovem integrante do clã Dr. Valdecir de Britto, diretor da Dama S/A (Eng. Agrônomo) (*A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ*, 1978, p. 07).

Como se vê, o conteúdo da *A Folha do Norte do Paraná*, de junho de 1978 ratifica os méritos do sucesso familiar são atribuídos ao patriarca da família, com “83 anos de suor e sacrifício”. Nesse caso, há que se perguntar se não houve sacrifício da esposa? Por que a omissão das atividades desenvolvidas pela esposa?

O espaço público e das atividades que dariam provimento a família eram destinados ao homem; às mulheres destinavam-se ao cuidar da família e da casa. Por isso, também se tornou comum na imprensa, e não apenas de Maringá, a visão idealizada da “dona de casa” que de todos cuida, desempenhando suas atividades com amor e dedicação à família.

Os rituais que antecediam ao casamento, como namoro e noivado, era a forma da mulher aprender a ser submissa ao marido. A instituição do casamento era apresentada como o objetivo de vida de toda mulher, momento que todas as jovens sonhavam. Anúncios comerciais presentes nos jornais dirigiam-se à mulher.

Elas também sonham com os moveis Cimo em seu futuro lar - Campanha do mês das noivas - a tradicional promoção das lojas Cimo durante o mês das noivas através de ofertas vantajosas (*O JORNAL DE MARINGÁ*, 1960, p.03).

A propaganda no *Jornal de Maringá* e na *Folha do Norte* retratava uma cozinha como espaço destinado às mulheres, demonstrando como um sonho de todas quando se casam. A tradição é reiterada como algo de valor para a mulher. A união estável, vista como um patrimônio social a ser reconhecido por todos. O comércio oferta os bens materiais àqueles que propagam a família almejada

socialmente. É oferecido o que existe de melhor, “maravilhoso sortimento de tecidos”, o enxoval completo

Figura 2- O casamento



Fonte: Folha do Norte, domingo, 12 de maio de 1964.

Nesses termos, difundia-se também como deveria ser um ambiente doméstico organizado pelas mulheres para manutenção de um casamento feliz. Consoante à literatura (LUCENA, 2003), infere-se a formação da mentalidade da mulher.

Na figura seguinte observe-se o ritual do casamento.

Figura 3 – Casamento na elite maringaense.



Fonte: Folha do Norte, 12 de maio de 1968, p.04

A imagem que pessoas unidas pelo matrimônio indissolúvel e felizes, era uma constante nas páginas sociais dos jornais, tal qual a imagem do sonho de toda mulher em ter o casamento como realização pessoal.

[...] O tradicional corte do “bolo dos noivos” quando Jeronimo Costa e Marina Costa recepcionaram seus convidados de casamento. Evento realizado sábado passado com um bem montado coquetel em sua residência. Ele, filho do casal Elpidio Francisco Costa e Mari. R Costa. Ela, de Quintino Alves da Costa e Maria Rosa Costa (O JORNAL, 1976, p.4).

A idealização da família como célula da sociedade não foi uma invenção da imprensa, mas trata-se da construção histórica para qual contribuiu o cristianismo. A família como difusora da fé católica, onde a figura feminina enquanto propagadora do catolicismo (PRIORI, 2001).

Afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade “As mulheres serão dadas uma educação que as torne preparadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa” (LUCA, 2012, p.20).

Nesse contexto, o namoro, por exemplo, tornou-se uma etapa mais importante do que havia sido antes: a oportunidade de estabelecer, dentro dos padrões de moral e de decência vigentes (que valorizavam dentro de outros quesitos, a manutenção da virgindade feminina), um contato mais íntimo entre os namorados que permitissem o conhecimento mútuo e encaminhasse para o desfecho desejado: o casamento. Assim mesmo mais livre o namoro deveria ser “sério” e não apenas um passatempo. Se assim fosse, a moça corria o risco de ser malvista, rotulada como “fácil”, e perderia a chance de arranjar “um bom partido”, isto é um homem “sério e trabalhador” que pudesse prover as necessidades da futura esposa e mãe dos seus filhos (LUCA, 2012, p. 21).

Osterroht (1997, 2007) discorre sobre os 50 anos da cidade de Maringá. Analisa o crescimento populacional e o perfil do maringaense. Apesar dos apelos difundidos pela Igreja, era comum os homens da cidade freqüentavam as casas das meretrizes para fazerem festinhas (OSTERROHT, 2007), enquanto as esposas discriminavam e viam a prostituição como “pecado” e uma ameaça aos valores familiares. A respeito do tema, Rago destaca que:

Se o mundo da prostituição pode ser focalizado como um lugar de manifestação dos desejos, onde o bordel figura como um “condutor de intensidades” (Guattari), não a como esquecer que a violência é uma dimensão constitutiva das relações sociais que aí se estabelecem: entre prostitutas e fregueses, entre cafetinas e meretrizes e entre as próprias prostitutas. Uma ambígua rede de solidariedade de pequenas rivalidades, competições e manifestações

de amizade, marcam, a subcultura da prostituição. Além disso por toda a máquina que essa instituição promove trazendo alto lucros ilegalmente, a prostituição está muito próxima do mundo do crime, abrigando marginais: vagabundos, gigolôs, delinquentes, ex-presidiários, alcoólatras e viciados (RAGO, 1991, p. 229).

Para Rago (1991) a condição feminina não pode ser pensada somente pautada na religiosidade. A mulher foi objeto de exploração sexual no contexto de 1890 a 1930. As casas noturnas paulistas ofereciam aos seus frequentadores os “prazeres da noite”. O marido fiel podia ser encontrado na noite. A prostituição e a sexualidade feminina tinham códigos próprios que não eram de acesso à esposa.

O que se percebe é que as esposas eram submetidas a rígidos códigos de moralidade, sendo vistas como propriedade dos seus respectivos maridos. Muitas passavam por situações humilhantes dentro do casamento, conheciam a vida dupla dos esposos, mas dificilmente rompiam com a situação.

Também é verdadeiro que muitos homens dos extratos dominantes se casarem com prostitutas e elas se tornarem damas da sociedade. Em outras ocasiões os esposos não deixavam as mulheres, mantendo uma vida “dupla” com outra, ou seja uma vida paralela a do seu casamento.

Muitos casamentos eram mantidos por aparências, a vida dedicada ao lar sem ter como manter-se e cuidar dos filhos, as mulheres acabavam por se submeter a certas situações, como infidelidades e abusos. Uma grande parte dos viajantes, fazendeiros e empresários contribuíam para o sucesso das “casas” da “alegria” assim conhecida na cidade (OSTERROHT, 2007).

A separação era contra os princípios da doutrina católica, a mulher separada não era vista com bons olhos na sociedade, eram discriminadas. Num tempo em que o desquite era coisa recente, foi instituído no código civil em 1942 (artigo 315), estabelecendo a separação sem dissolução de vínculo matrimonial, não bastava o vínculo legal para que a situação fosse bem aceita, as mulheres eram malvistas socialmente, “pois havia falhado na importante tarefa de constituir uma família” (LUCA, 2012, p. 21).

A naturalização dos ideais burgueses de família era disseminada socialmente:

Apesar de as diferenças sociais terem permanecidos inalteradas a ilusão do pertencimento ou aproximação dos costumes burgueses pelas mulheres pobres garantiam a consolidação do padrão burguês da sociabilidade, e por conseguinte, a manutenção das relações

capitalistas, já que passava ser desejo ou ser igual e não o enfrentamento da questão de que no capitalismo a igualdade de classes é uma impossibilidade histórica (FRANQUI, 2017, p.108).

Nesse sentido, os periódicos apontavam para o padrão de comportamento que desejavam difundir entre as diferentes classes. Não por acaso, o modelo de mulher ideal se espelhava nas aspirações burguesas.

Figura 4 – Sociedade em foco.



Fonte: O Jornal Maringá, 1960.

A imagem ilustra a visão de família ideal: o pai figura de poder sobre a mulher e filhos (CASEY, 1992). Todos bem arrumados e limpos. Hierarquicamente posicionados segundo a idade, a posição no grupo familiar. A mãe, próxima aos filhos, o pai, em destaque em um espaço à parte. A mãe ligando os filhos à figura paterna, de autoridade, um braço lá, outro cá. As vestimentas tradicionais: o vestido para as meninas, a saia para a mulher. Todas sentadas, comportadas, recatadas. O pai, suporte da família não se mistura à infância, mantém certo distanciamento. O ambiente da família é a sala, lócus de convivência coletiva. O número de filhos indica a robustez do núcleo familiar, fortalece o papel de núcleo social constituído.

Na imagem que segue, percebe-se outra representação de família. Nela, a figura do filho homem. O núcleo familiar embora restrito, mas significativo da continuidade social. O menino, numa posição “adulta”, o centro das atenções, com o

mesmo nome do pai numa alusão ao seu papel social, o de propagar esse modelo de homem.

Figura 5- A família Pereira de Souza



Fonte: Maringá Ilustrada (1957). Sr. Oscar Pereira de Souza. Em companhia de sua Sra. Alzira Rocha de Souza e de seu filhinho Oscar Pereira de Souza Filho.

O pai aparece em destaque e, o filho é referido no diminutivo, numa atitude protetora e afetiva. A família transmite harmonia. A forma como os jornais representam a figura da mulher em sua coluna social, constrói uma imagem dominante da feminilidade, assim importa compreender a maneira pela qual a imprensa passa os valores conservadores embutidos pelos padrões católicos às jovens e senhoras da sociedade.

Na fotografia que segue os pais com o filho bebê ao colo. Uma família jovem, mas com uma posição social de destaque na sociedade: ele, gerente. Ela, a “senhora”, como uma extensão do marido, sem identidade própria, sem nome, mãe e esposa. O sobrenome do marido lhe garante um lugar social.

Figura 6 – Família Martins



Sr. Advento Martins, gerente da relojoaria Longines em Maringá e senhora.

Fonte: Revista Maringá ilustrada (1957)

A visão construída nas imagens dos periódicos apresenta a mulher sofisticada, elegante, com boa educação, os ciclos de relacionamentos que sempre giram em torno dos mesmos grupos sociais.

A “luta de representações” que se instaura entre os diferentes grupos do social permite, pela via das estratégias simbólicas, a cristalização de determinadas posições e relações que trazem em seu bojo o ordenamento e a hierarquização do corpo social. Portanto, as identidades sociais devem ser entendidas como fruto das “relações de força entre as representações” ditadas pelo grupo que detém o poder de classificar, de propor valores e norma se estabelecer limites aos comportamentos e os papéis sociais (GOMES, 2009, p.14).

As representações ideológicas das classes dominantes contribuem para a formação de determinadas visões de mundo e, ao mesmo tempo, são expressões de determinadas relações sociais. A ideologia dominante busca neutralizar os conflitos de classe em nome de uma suposta harmonia social. Conforme Deiró, “Qualquer ideologia, segundo as opções pessoais, tendo assim seus valores, seus conceitos, visão de mundo determinados totalmente pelos que domina” (DEIRÓ, 2005, p. 19).

A ideologia dominante, presentes nos periódicos de Maringá, atua no sentido de reforço das relações de produção e a manutenção do *ethos* capitalista, haja vista que a figura da mulher da elite maringaense oculta uma realidade fora do contexto, vivido pelos trabalhadores. É preciso desvelar a ideologia presente na imprensa, adotando como perspectiva particular de interesse universal. Os artigos dos jornais *A Folha do Norte do Paraná* e *O Jornal de Maringá* romantizam e idealizam a

realidade histórica cultural de modo a defender os valores dominantes. O leitor tem a falsa impressão de que a história é linear e de que o capitalismo com suas características de individualismo, desigualdade de classes sociais, valorização do poder econômico são condições dadas e, não construídas socialmente.

O comportamento esperado da mulher, apresentado nos jornais, reforça o poder patriarcal, no qual sempre por trás das mulheres em destaque aparece a figura do marido que tem representatividade e cargos políticos na cidade. A tradição de “submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo ser vistos isoladamente, sendo a família a unidade econômica na sociedade pré-capitalista” (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Percebe-se que o sexo feminino é apresentado pelos jornais por modelos elegantes, não vulgares. Existe a valorização das normas rígidas de comportamentos, repassados de mães para filhas, valores esses que são transmitidos pela família, em círculos sociais, na igreja, dentre outros. A sociedade capitalista tem a função de manter a reprodução dentro do sistema, sendo que a igreja, e os membros da elite local reforçam as relações de poder entre o dominante e o dominado, nesse cenário a mulher como a dominada mantém o caráter de reprodução dos valores antagônicos dentro do seu ciclo social. Segundo Deiró, (2005, p. 26):

A sociedade capitalista, em geral, é constituída de dois níveis:
1.O nível da infra - estrutura que é a base econômica, onde se desenvolve o modo de produção dessa sociedade, com a inter-relação das forças produtivas (relação dos homens entre si, no processo produtivo).2.nível da superestrutura, que é constituída pelas formas políticas de organizações e instituições sociais) e ideológicas (ideologias, religiosa, moral, jurídica, política etc.) e que são determinadas pela base econômica. A relação que existe entre a infra- estrutura e as formas superestruturais é, em última instancia, a de determinação da superestrutura atuar sobre a base econômica- embora com autonomia relativa - produzindo condições necessárias para a reprodução de modo de produção de tal sociedade[...].

A partir das contribuições de Deiró, a educação da mulher expressa em última instancia as relações de desigualdades presentes na sociedade, dessa forma o gênero feminino é apresentado com requintes de boas maneiras nas páginas dos periódicos estão carregadas de estereótipos, no qual podemos interpretá-los de várias formas, a idealização que constrói sobre a figura da mulher burguesa, é “Bela, recatada e do lar”, esperam que saibam se comportar diante da sociedade no qual

fazem parte, as descrevem como corajosas e delicadas, a mãe de família que deve educar os filhos estabelecendo a harmonia no lar.

Essas descrições utilizam a palavra “As Moças” ao se referirem a garotas de pouca idade, falam das jovens delicadas no qual trazem na memória mulheres bem-sucedidas e felizes. As imagens encontradas sobre o gênero feminino é a romântica e fráglestes condicionamentos ideológicos presentes em torno da figura da mulher, fez com que se responsabilizassem e acumulassem funções pela vida do lar, mesmo que reprimidas e infelizes se submetem aos caprichos do patriarca para que se tenha um ambiente acolhedor, filhos educados e um casamento sólido.

Assim é importante compreender como a imprensa delinea o papel da mulher na sociedade, suas publicações influenciam no comportamento, fazendo com que as mulheres se tornem cada vez mais submissa aos mecanismos dominantes, do patriarcalismo, nesse sentido em muitas uniões o casamento era um jogo de interesses.

A conjugalidade pode desaguar em família, com a escolha do par de procriar. Tanto o senso comum como a literatura científica ressaltam que a situação da mulher modifica-se muito a partir da união. Dito de uma forma um pouco cínica, o casamento não é, apesar de intensamente desejado, um bom negócio para as mulheres (VENTURI; GODINHO, 1996, p.123).

Na Folha do Norte eram publicadas matérias sobre eventos que ocorriam na sociedade, como casamentos, aniversários, desfiles de modas. Essas notas, algumas delas com fotos, davam destaque, em sua maioria, a mulheres e sua participação nos eventos sociais. A parte central da página era dedicada a entrevistas com mulheres, abordando questões sobre o nascimento, sua formação, seu marido, seus filhos e, para as que trabalhavam fora do lar, era também comentado sobre suas carreiras e de que forma conciliavam os cuidados com a casa, o marido e os filhos, essa parte do jornal era chamada de espaço aconteceu.

Outras informações da Folha do Norte destacavam para a vida tranquila das senhoras da elite, passeios, compras, clube. “A senhora Manoel Mário Pismel, foi vista fazendo compras, nessa semana”. Country Clube tem sido o ponto de recreio das futuras “debs”. Banham-se ao sol e nas águas das piscinas (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1964). Neste caso o poder econômico contava muito, pois as mensalidades do clube e as cotas selecionavam os sócios frequentadores. As

moças de família, os “bons partidos” não eram para qualquer um, as moças tinham que se interessar por rapazes de sua classe social.

Assim, frequentar um clube “das altas rodas” ou ter uma foto em um baile publicada na coluna social de um jornal de prestígio era sinal de status na cidade. Colunistas sociais aproveitavam para arbitrar o bom gosto, na moda e no comportamento divulgado regras de etiqueta sobre como porta-se a mesa, caminhar com elegância, exibir roupas e jóias, ecoando o que era ou não aceito nessas ocasiões sociais (LUCA, 2012, p. 157).

Sendo assim o público leitor no caso as leitoras que não tinham acesso a vida luxuosa, corriam os olhos nos jornais para saber quem eram as moças mais elegantes da cidade, como se divertiam “a fina flor” da sociedade local. Para Luca (2012), no Brasil, as mulheres estão sempre construindo sua história, tendo um novo “olhar” sobre si mesmas.

5.1.5 A mulher e o espaço doméstico

As receitas culinárias veiculadas nos periódicos caracterizam a forma de naturalização do papel da mulher, dedicada a vida familiar. Nesse sentido, a cozinha era um espaço relacionado às suas funções de cuidadora do lar, sendo responsável pela alimentação dos membros da família. Cumpridora do seu destino, rainha do lar, mãe e esposa, representa a tradicional família burguesa. As receitas que os jornais veiculavam aos seus leitores tinham um público específico-as mulheres no qual organizavam e mantinham a culinária do lar, sendo uma boa opção para os lanches dos filhos.

Esta é uma receita muito boa pra você fazer, “Pãezinhos de Queijo” do café - da manhã e da merenda escolar das crianças. Mas não deixe de usar o melhor fermento, que é o fermento Fleischmamn.

PÃEZINHOS DE QUEIJO.

½ Xicara de água morna + 5 colheres de (Chá) ou 2 envelopes de fermento seco fleischmamn. 3 colheres (sopa) + 2 colheres (chá) de açúcar. 3 colheres (chá) de sal. 1 ¼ xícara de leite. 1 xícara de queijo parmesão ralado (100 g aprox.) 2 colheres (sopa) manteiga ou margarina. 5 ½ xícaras (650g) de farinha de trigo. Modo de preparar:

Dissolva na água duas colheres de açúcar e polvilhe o fermento seco Fleischman (como se fosse canela) deixe descansar por 15 minutos. Adicione farinha, fermento e demais ingredientes. Amasse bem até ligar completamente, em superfície enfarinhada, sove a massa até que desprenda das mãos, coloque em vasilha untada cubra o com pano úmido e deixe crescer em lugar mais aquecido livre de correntes de ventos, até dobrar de tamanho, corte a massa no meio, e divide em 15 pedaços, cada um feito de bola. Arrume em duas formas untadas (a) cm, pincele com manteiga derretida, e deixe crescer como se fosse a primeira vez durante 30 a 40 minutos. Asse em forno moderado (180°) por 25 a 30 minutos (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, s.p).

A receita acima encontrada no Jornal A Folha do Norte do Paraná trabalha com requinte, detalhadamente como deveria ser preparado um pão de queijo pelas mulheres. Muitas moças eram presenteadas com livros de receitas, e tinham aquelas no qual eram segredos de famílias que passavam de mães para filhas, sempre no mesmo ciclo familiar (SALVATERRA, 2009). Podemos acrescentar que as receitas socializadas nas páginas do periódico reforçam o papel das mulheres para atividades consideradas tipicamente “femininas”, estabelecendo padrões de consumo alimentar ancorados em produtos industrializados.

Não por acaso, a culinária marcava presenças nas ações promovidas pelas mulheres que trabalhavam nas festas religiosas da Igreja, cujo propósito não se resumia apenas a angariar fundos para as ações missionárias, mas constituíam-se em atividades que contribuíam para a difusão do ideal de vida em comunidade defendido pela Igreja.

Segundo os textos e as propagandas, voltadas ao público feminino, verifica-se a repetição de temas estereotipados: limpeza da casa, culinária, utensílios domésticos, entre outros.

Á semelhança das receitas de culinária, que mandam misturar ovos e farinhas, sempre no imperativo, as matérias de moda, beleza e decoração etc. não passam de receituários que usam o mesmo tempo verbal, dando diretrizes para ser bonita, bem vestida e morar bem. Tudo vira receita de como deve fazer para ser modelo de mulher apresentado (BUITONI, 2009, p.192).

Naturaliza-se o papel doméstico como responsabilidade da mulher, no qual vive uma harmonia com as tarefas do lar. Este conceito ideológico que a esposa é feliz em seu lar preocupando-se com os afazeres domésticos, faz “desaparecer” as contradições existentes na sociedade: a mulher exerce a função do lar de forma

“natural”, pois nasceu para “isso”, não envolvendo ou preocupando-se com as condições econômicas e sociais existentes. Silencia os problemas existentes, no contexto capitalista, principalmente no que se refere aos problemas enfrentados pelas mulheres. “A obediência e o conformismo são solicitados afim de manter a ordem constituída, isto é, aquela economicamente interessante para a classe que exerce a hegemonia social” (DEIRÓ, 2005, p.198).

Pão de Maionese

1 pão de forma cortado ao comprido em fatias; finas; cada fatia; Cada fatia fina deve ser coberta com 1 pasta diferente, que pode ser sardinhas com maionese, presuntos com manteigas, queijo prato ou clab e pickles com maionese arrume em uma tabua arrume em uma tábua de passe para uma travessa e cubra com molho de maionese bem picante. Para esse sanduiche você não terá dificuldade pois a própria maionese dará um colorido todo especial em contraste com os vermelhos do tomate e os verdes da alface. Com boa disposição, coloque azeitonas pretas ou verdes assim como desejar. Na cobertura final use o aparelho de confeitaria bolos, com bico adaptável de acordo com o desenho que agrada (O JORNAL DE MARINGÁ, 1962, p. 3).

As receitas de culinárias encontradas no periódico “o Jornal de Maringá”, voltadas ao público feminino naturalizavam as funções domésticas como algo destinado às mulheres que deviam alegrar o esposo, “com um pão recheado”, ou ao chegar uma visita inesperada preparar um lanche, as mães e esposas do lar estavam sempre disposição do marido, era uma situação natural a mulher zelar e cuidar do mesmo. Do mesmo modo, a propaganda enfatizava os utensílios domésticos, o espaço da cozinha como sendo o local de mobilidade social da mulher.

As propagandas comerciais de alguma forma faziam referência as mulheres, utensílios domésticos, como panela, frigideiras, espumadeiras, conchas entre outros, o público alvo eram as mulheres. O Grupo Hermes Macedo S/A foi umas das primeiras lojas de departamento de Maringá, as propagandas encontradas nos periódicos voltavam-se para os objetos do lar. O periódico *O Jornal de Maringá* traz um artigo votado ao “Lar e a Mulher” fazendo a seleção de inúmeras receitas para as mulheres, antes da apresentação das receitas o jornal explica o porquê? E a intenção de passar as suas leitoras sua culinária das mais variáveis.

Figura 7 – Hermes Macedo S/A



Fonte: A Folha do Norte do Paraná (12 de maio de 1967).

Segundo Lucena (2003) as representações do feminino podem ser compreendidas como aquelas ideias que ensinam, dizem o que a mulher deve ou não fazer, o que ela deve pensar o que consumir, dentre outros. Estas representações não são construídas repentinamente, mas, vão se constituindo de geração a geração.

A romantização dos costumes e a identidade católica no Brasil são objeto de estudo de Silveira (2013). Para o pesquisador, a tentativa de construir a “boa imprensa” ratifica o desafio dos jornais de manter a neutralidade científica e informar o leitor, com qualidade.

5.1.6. A maternidade e a família

A educação católica das mulheres destinava-se a resguardar a alma feminina pela difusão de uma educação que soubesse traduzir os anseios da elite local. (ROBLES, 2017) destaca o surgimento das primeiras escolas católicas, em uma cidade em franca transformação o que significou para a Congregação antes de tudo a oportunidade de participar de um movimento Ultramontano, que procurava reverter

um quadro de rejeição das concepções católicas conservadoras. Cabral (1977) apresenta que a educação das mulheres foi um instrumento eficaz que a igreja católica usou para difundir os preceitos da fé ao povo maringense. Para usar seu poder e sua influência no desenvolvimento da cidade, publicavam nos jornais artigos com preceitos religiosos, voltados ao público feminino. O artigo da *A Folha do Norte do Paraná*, 12 de maio de 1968: A Mãe e a paz.

‘Em paz o mundo estaria se governassem a terra, apenas mães que algum dia perderam filhos na guerra’ - disse o poeta num momento de profunda inspiração. Os versos chegam a propósito, ao dia das mães, no instante justamente em que se inicia em Paris as negociações destinadas a levar a paz ao Vietnã, interrompendo aquele terrível conflito. A existência da guerra é um efeito da inexistência do amor. Um coração de mãe é fonte inesgotável de amor. Ela mais do que ninguém, sente fundo e profundo o drama de todos esses conflitos, cujas consequências se manifestam nas mais duras formas, espalhando a angústia, semeando a intranquilidade, criando um medo generalizado que vai crescendo a cada dia e estendendo seus tentáculos de maneira impressionante. Mas a guerra não ocorre apenas pela ação isolada de alguns líderes. É consequência da própria formação da humanidade, partindo de cada indivíduo. E quando se sabe que a mãe é a grande educadora: que ela conduz a criança desde os primeiros dias de vida e vai moldando paulatinamente, o caráter do filho, concluimos que neste dia de tamanha beleza, antes mesmo de prestar uma homenagem lírica a essas santas criaturas, precisamos fazer-lhes um imenso apelo no sentido de que desde cedo, afastem o coração de seus filhos, qualquer vocação belicosa, qualquer sintomas de violência. A guerra entre as nações não é mais dramática do que a guerra entre os indivíduos: Aquela resulta desta e multiplica o desastre porque assumem proposições monstruosas, mas o drama é o mesmo e a guerra entre os indivíduos é mais permanente. A mãe que não compreende o perigo quando seus filhos brincam com armas, quando lêem as histórias de violência, quando vêem filmes de bandidos, essa mãe está com tal descuido, deixando suas crianças desenvolvam uma tendência agressiva. E se todas as crianças adquirem hábitos formarão uma sociedade cujo consenso, inevitavelmente, tenderá para a guerra. As mães que já perderam filhos numa luta sabem o quanto é dolorosa aquilo que se passa hoje, por exemplo no sofrido Vietnã. Quantos filhos de quantas mães estão morrendo naquele conflito interminável, sem sentido lógico, onde o objeto de luta é talvez ignorado pela maioria que participam dela. Uma sociedade, pacífica é aquela que cada indivíduo tem a tendência para a paz. Uma tendência para a paz. Uma nação composta de pessoas pacíficas jamais encontra inspiração para agredir outro povo. E o mundo será infinitamente melhor, no dia em que a humanidade for constituída de elementos educados para a paz, que desde o berço recebam suas mães uma orientação no sentido da não violência. Que as mães Maravilhosas orientadoras exercitem seus filhos, no amor a inteligência e todas virtudes, mas

nunca os deixem empolga - se pelas façanhas da força. Por que o homem feliz não é aquele que vence pelo murro ou pelo uso de uma arma, porém é aquele que triunfa pela supremacia moral e intelectual (A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, 1968, p. 02).

O artigo trazido pela Folha do Norte do Paraná, de responsabilidade do bispo Dom Jaime Coelho, coloca a figura da mulher “Mãe” como a responsável pela educação dos filhos, o cuidado referente a não violência da criança e o que se tornará o filho quando adulto dependerá só dela, para que a criança se torne uma pessoa virtuosa, tendo em vista que virtude no comportamento dos filhos, gera boas maneiras, e este provem da mulher (SAFIOTTI, 2013).

Dessa forma o periódico destacava a mulher sendo a primeira educadora pois educando bem os filhos evitaria as guerras, tornando a sociedade mais pacífica e humana. A educação dada aos filhos desde o seu nascimento seguindo regras universais de comportamento.

Apesar do apelo à paz e da ideia de “amor” transmitida pela mãe ao filho, D. Jaime ignora completamente a ação imperialista no Vietnã (BONFIM, 2018). A guerra não foi obra de determinadas lideranças, mas deve ser compreendida a partir dos interesses do capital na região no cenário da Guerra Fria.

Nesta perspectiva, apagam-se as razões do conflito para afirmar que “Uma sociedade, pacífica é aquela que cada indivíduo tem a tendência para a paz”. A figura da mulher é destacada e comparada com uma “santa” maravilhosa, só ela é capaz de promover a paz, e a passividade no coração dos filhos para que não ocorressem brigas e guerras com outros povos.

O modelo de sociedade veiculada pelos jornais representava a mulher ideologicamente, presa a um grupo social no qual pertencia, subordinada as questões sociais do trabalho ligado à igreja.

A heteronomia, a desigualdade presente nas relações de gênero, a submissão, feminina, dominação masculina, a subserviência a inferioridade da mulher, dupla moral para homens e mulheres, são características implícitas e até mesmo explícitas dentro do patriarcalismo (BONFIM, 2018, p.15).

A educação das mulheres era centrada na preparação final a qual eram destinadas, “esposas e mães”, sendo vistas com guardiãs do lar e da família e mantenedoras da base moral da sociedade, responsáveis pelo desenvolvimento moral dos filhos e filhas, formariam bons homens para a nação.” Ao relacionarem a

maternidade com o progresso e o patriotismo, atribuíam as mulheres um papel mais significativo na vida da nação, mas tal papel era para ser desempenhado somente no lar” (LUCA, 2012, p.57). Observe-se o excerto que segue do O Jornal de Maringá:

Debutantes/62, O Maringá clube para a noite de 28 de julho, a das debutantes da nossa sociedade. A noitada das meninas moças, será a rigor e poderá contar com a presença com um punhado de mocinhas bonitas. Fazemos votos que a festa seja coroada de êxito e não acontece como o ano que findou (O JORNAL DE MARINGÁ, 1962, p. 5).

O evento tinha um significado social: a preparação das meninas para a vida adulta era fundamental. Nesse aspecto, o baile de debutantes expressava o momento que a menina era apresentada à sociedade. Ela deixava a infância e passava a fazer parte do mundo dos adultos. O texto acima retirado do O Jornal de Maringá destaca o evento com ênfase para a festa que aconteceria no dia 28 de julho.

Para o baile das debutantes deste ano, a realizar-se no dia 17 de dezembro, no Grande hotel com a orquestra famosa de “De Leme”, da gravadora Polydor de São Paulo, deverá estar presente e debutar a Srta. Lina Maria Mousinho, que dizem ser lindíssima. Será seu padrinho, o Dr. Aloysio Bastos (O JORNAL DE MARINGÁ, 1960, p. 6).

As meninas provenientes das famílias pertencentes as camadas dominantes recebiam uma educação escolar diferenciada daquelas oriundas das classes trabalhadora que em grande medida mal possuíam acesso à escola. A formação das meninas de famílias abastadas também passava pelos bailes de debutantes, amplamente noticiados pelos periódicos de Maringá, como forma de apresentação a sociedade.

Os bailes na cidade tornavam-se os centros das atenções e tinha como objetivo promover encontros jovens nos quais pudessem resultar em casamentos promissores, aos olhos dos pais. Consoante Salvaterra (2009), o periódico “O Jornal de Maringá” media a ação política educativa do catolicismo. Os seus conteúdos, o seu *layout*, os seus jornalistas disseminam os valores da Igreja Católica.

Outros veículos de comunicação como a Revista Maringá Ilustrada, de 1957 publicavam fotos de crianças ligadas às famílias tradicionais de Maringá, como representada a imagem a seguir.

Figura 8 – Criança da elite maringaense



Fonte: Revista Maringá ilustrada (1957).

Para Franqui (2017), as mulheres são sujeitos sociais que contribuíram na modernização do país. Mesmo quando educadas em casa, quando ausentes do meio político, elas encontraram meios de deixar de serem invisíveis, atuaram nas fábricas, apoiaram os maridos, expuseram, ainda que, timidamente, seu ponto de vista. Se a princípio, seu campo de atuação era o lar, com o decorrer dos anos, ela o foi ressignificando, ganhando autonomia. O fato de poder estudar possibilitou às mulheres expandir o pensamento.

A imagem veiculada lembra como este modelo de criança era criado a partir do pensamento cristão, difundido por Dom Jaime nos periódicos, influenciou o comportamento feminino reverberando na consolidação de um pensamento conservador bem como nas condutas femininas.

Por fim a imagem das mulheres nas páginas dos periódicos em estudo, construídos pelo olhar masculino foram convergentes com o que propagava a hierarquia católica. A harmonia social, contrária a luta de classes deveria ser construída pela unidade familiar, cabendo a mulher um papel importante na defesa da paz social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A leitura dos periódicos A Folha do Norte do Paraná e O Jornal de Maringá apontam para a existência de fontes valiosas para a compreensão da forma de pensar e agir dos homens que viveram o período em estudo.

Além da difusão de ideias e valores condizentes com o pensamento hegemônico, os jornais trouxeram em suas páginas o modelo de comportamento condizente com o que se considerava ideal aos olhos da hierarquia eclesiástica. Não se tratou de um fenômeno isolado. A imprensa ao longo de sua existência materializou-se como tribuna para diferentes projetos de sociedade.

No caso específico de Maringá, as evidências apontam para a existência de um ideário conservador o que era convergente com o discurso da hierarquia católica. Nesse sentido, coube ao Bispo D. Jaime Luiz Coelho um papel de destaque na condução da Diocese local e de sua participação em defesa da Igreja.

Como um dos pilares da defesa do cristianismo se assentou na família, a mulher ocupou um papel importante nas publicações do período. Nesse sentido, Maringá não foi exceção, mas reflexo de um fenômeno que se repetiu em outros espaços. Maringá construiu-se uma cidade marcada pela hegemonia do pensamento católico conservador, desde a chegada dos primeiros colonizadores com suas esposas, haja vista que as mulheres nunca foram vistas como pioneiras na cidade ao contrário dos seus esposos que, sempre aparecem nas páginas da imprensa maringaense em destaque.

O recorte da pesquisa a partir das análises dos periódicos “A Folha do Norte do Paraná” e “O Jornal de Maringá” possibilita entrever como a imprensa católica enxergava as mulheres naquele período histórico, retratadas como educadoras do lar, mães generosas, esposas obedientes e devotas, educadas e de boa índole. Em geral, o material escrito destinado à mulher incentivava o matrimônio, o desenvolvimento de capacidades individuais para o atendimento ao lar. As moças eram educadas nos moldes da família burguesa.

Sem dúvida, o momento histórico vivenciado pela Igreja contribuiu para a difusão da perspectiva que naturalizava determinados papéis destinados à mulher. Destaque-se, nesse caso, o movimento Ultramontano, que expressava o conservadorismo da Igreja diante do comportamento da mulher. Em outras palavras,

diante de um mundo que se transformava, a reação da igreja foi fechar-se sobre si mesma e ratificar seus princípios moralizantes.

Nesses termos, a Igreja colocou-se como educadora para a defesa de uma ordem que respeitasse o “sagrado”. Para conquistar tais objetivos, buscava instruir as elites para o fortalecimento dos princípios católicos. Coube aos periódicos sob influência da Igreja o papel de reforço do modelo pretendido pela hierarquia eclesiástica.

Os conteúdos selecionados dos Jornais analisados, destinados a elite maringaense revelam a mulher católica, atuante na assistência aos menos favorecidos e numa posição de dominação do marido. A participação social dela se resumia na ida a igreja, a eventos de caridade, no acompanhamento do marido em eventos de trabalho (recepções) e no prestigiar de noivados e casamentos. No período de 1960 a 1970 a população de Maringá correspondia a perto dos 100.000 mil habitantes, naquele tempo podia tirar mil exemplares por hora, até 2 mil. Chegaram a tirar até 3 mil pela velocidade da máquina, onde chegou a rodar 16 páginas simultâneas.

Neste sentido, a História da Educação das mulheres maringaenses é representada nos periódicos e, ajuda a compreender o ontem, a refletir o hoje e a projetar o futuro desta parcela social. Os resultados indicam o poder da imprensa, neste caso, do jornal escrito e, a importância dos intelectuais como formadores de opinião.

Dessa forma, o discurso hegemônico, do qual a imprensa de Maringá contribuiu decisivamente para sua difusão, apresenta a família como uma estrutura independente do período histórico em que se insere ou da classe social, e ainda, é também demonstrada como uma realidade natural (biológica), sagrada (um instrumento de Deus) e educativa (pois é vista como um espaço de convivência e aprendizagem de regras cristãs). Como desdobramento da concepção presente nos jornais, construiu-se um modelo de família idealizado, muitas vezes distante do real.

O que o discurso conservador presente nos jornais deixa de mostrar é que o modelo familiar, idealizado pelo discurso religioso e funcional para os interesses burgueses é que, a função exclusiva da família sob o manto das relações capitalistas é procriar filhos para a manutenção do exército de mão de obra disponível para o capital.

Não por acaso, o aborto, por exemplo, é julgado por razões religiosas e morais, como um atentado contra a vida, que pouco vale em uma sociedade marcada pela divisão brutal entre as classes sociais.

Além dos aspectos mencionados, é importante frisar que a repressão da sexualidade feminina em suas mais diferentes facetas está vinculada a essas estruturas familiares defendidas pela imprensa conservadora: condenam-se práticas de adultério feminino, mas silenciam diante do adultério masculino, condena-se o aborto ou os métodos contraceptivos, mas permitem a existência de crianças de rua ou abandonadas. Em outras palavras, o importante é a reprodução idealizada de um modelo familiar.

Por fim, o poder do discurso conservador, que naturaliza um modelo familiar e o padrão de comportamento feminino, é tão disseminado e tão difundido, que muitos sequer questionam suas origens. Nesse sentido, os retrocessos que vivenciamos no presente momento histórico são ecos de um passado que teima em sobreviver e faz reviver histórias que se repetem como fantasmas do passado.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, P. Amanda; PELEGRINI, C. A. Sandra. História e Memória dos cafeicultores do Paraná: O Cotidiano e as práticas de trabalho da população de Marialva. (1940-1960). **Revista história Regional**. Reg.v.1. 5i1. 303-329. 2010.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **Religião e educação escolar na colonização do Oeste Paranaense**: O caso da implantação do Colégio Vicentino Incomar, de Toledo (1948-1965). Curitiba: CRV, 2018.

AZZI, Riolando. **Filhas da caridade e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**. Texto mimeografado. São Paulo, 1975.

AZZI, Riolando. Catolicismo Popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 125-149, 1977.

BARBOSA, Maria. G. **A ideologia da solidariedade no combate à fome e à miséria**. UNESP, São Paulo. UNESP, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/resumos/marisaqbarbosa.pdf>> Acesso em: 15. Jan. 2019.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas, 1989.

BONFIM, Cláudia. **A Condição Histórica da mulher**. Contribuição da Pedagogia histórico - crítica na promoção da educação sexual emancipatória. Uberlândia: Navegando Publicações. 2018.

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. **Vol. 1**. Capítulo I (Publicação Original). Rio De Janeiro. 1853.

BRASIL. **Constituição do Regime Republicano no Brasil** (1891) Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 05. jan.2019.

BONI, César. Paulo, (Org.). **Certidões de Nascimento da História**: O Surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Editora Gráfica, 2009.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: representação da mulher na imprensa brasileira. São Paulo: Summus: 2ª edição. 2009. 239 p.

CABRAL, Manuel Correia de. **Maringá: da floresta à selva de pedra.** Uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense. Curitiba. Academia Paranaense de Letras.1977.

CANCIAN, Nadir. Aparecida. **Cafeicultura Paranaense: 1900-1970:** Curitiba: Grafipar,1981.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Joubert; MARIANO, Olegário. **Maringá 1932.** Disponível em< <http://www.crlemberg.com.br>> Acesso em: 15. Dez.2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Teatro de sombras: A política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ.1996

CASADEI, E. B. A inserção das mulheres no jornalismo e na imprensa alternativa: primeiras experiências no final do século XX. In: Revista Altegor. V. 1. N. 3. São Paulo, 2011.

CASEY, James. **A história da Família.** São Paulo, SP: Ática, 1992.

CERNE, V., Jorge. (orgs). **Memória. Cotidianos:** Cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõe: Londrina: IPAC/UEL,1995.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. **Colonização E desenvolvimento do Norte do Paraná:** publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná: 1. ed. 1974.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ **Colonização E desenvolvimento do Norte do Paraná:** publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná: 2. ed.1977.

CORRÊA. Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.**Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em sociologia, no setor de ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. 2006.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX:** a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, J. Cezar Zorzenon. **Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945).** 2007. 265f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo.

COSTA, Cesar Augusto Soares da; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Interdisciplinaridade e educação ambiental crítica: questões epistemológicas a partir do materialismo histórico-dialético**. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2015, vol.21, n.3, p.693-708.

COUTO, Naiane Santos. “**Mulher feliz é mulher casada**”. Uma discursivização do casamento no jornal das moças na década de 50. UFES, 2017. Disponível em:< periódicos. uefs. br> Acesso em 12.mar. 2019.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, Carlos Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Massangana, 2010.

DEIRÓ, C. L. Maria. **As belas Mentiras: A ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Centauro, 13ª edição. 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DIAS, B. Reginaldo; GONÇALVES, H. R. José. **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

DIAS, B. Reginaldo, (Org) **Terra Crúa**. Maringá: EDUEM. 2014.

DICIONARIO AURELIO. **CARIDADE**. Disponível em:<www.google.com> Acesso em: 21. fev. 2019.

DUARTE, Newton; SAVIANI, Demerval (ORG.). **Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores associados, 2012.184 p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução Leandro K. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira: 9ª edição. Rio de Janeiro. 1984.

FABRIL, Sidney. **O seminário maior arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de Maringá enquanto instituição educativa**. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

FARIA, Duque Damião: **Em defesa da ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no meio Operário em São Paulo (1930-1945)**:São Paulo: Mussite, 1998.

FARIAS, Ismael; *et al.* A importância das primeiras tipografias no Brasil para a construção da memória e do patrimônio social.2012. In: **ERBH**. Rio de Janeiro.

FRANÇA, J. L. **Mulheres, Imprensa e Sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. 2013.

FRANQUI, Renata. **O Processo de Modernização no Brasil e a Educação das mulheres na revista Fon-Fon!** Curitiba:CRV.2017.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 60-124.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A educação de um ponto de vista Histórico. In: Revista intermeios. Campo Grande: UFMS, v.1, nº 01. 1995.

FIGUEIREDO, F; Vitor. SILVA, G. Camila. **Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930)** Fonseca. Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 1051-1084, set. Dez./2012.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 510-553.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. P.09 -15.

GOMES, Marco A. O. **Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na Educação (1945-1968)**. Curitiba: CRV, 2018. 214 f.

GOMES, Gisele Ambrósio. **Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846 / Dissertação de Mestrado**. Universidade de Juiz de Fora 2009. 138 f.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

GULLA, Soratto. Madalena. **História e Memória**, da fundação do Colégio Santa Cruz de Maringá (1952): Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2009.

HILÁRIO, José. **Maria do Ingá: amargo sabor de mel na colonização do Paraná**. Maringá: Gráfica Ideal, 1985.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª Ed. 199. (1968).

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo, uma política de compromisso**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JORNAL DAS SENHORAS: modas, literatura, belas-artes, teatros e crítica. Rio de Janeiro, Typ. Parisiense, 1852-1855. Disponível em:<

hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096
> Acesso em 11.nov.2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEAL, L. João Laércio. **História, Artística e cultural de Maringá**. Maringá. Imprima conosco. 2016.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMEIRA, Aline. Moraes. **Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional – Brasília, 2011.

LUCENA, Ghilardi I. Maria, **Representações do feminino**. Campinas: Átamo, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2012.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**. Maringá: Prefeitura, 1997.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e política no Brasil 1916 – 1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, Belmira. **Opressão e identidade**: o duplo da colonização, Itinerários. Revista de literatura, ano 1, n. 21. p. 39-56, jan.2003.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: EDUEM, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina: 1859 – 1919 uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996.

MARIN. J. R. História e Historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.30, p.323-324, out.2001.

MARX; Karl. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva. In: _____. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. V.2. São Paulo: Difel, 1982, p.730-743. (Capítulo XXIII: a lei geral da acumulação capitalista).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 4ª ed.1999, v. 1 e 2.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 2007.

MARINGÁ ILUSTRADA. **Revista Maringá 1957**. 200p. Disponível em<<http://www.maringahistorica.com.br/>>Acesso em: 20. Fev. 2019.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. 436 p..

MOCHOCOVIATCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, Carlos André Silva de, et. al. (Org.). **Fé, Saber e Poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Aos Quatro Ventos, Curitiba. 2000.

NAHES, Semíramis. **Revista FON-FON**: a imagem da mulher no Estado novo (1937-1945).São Paulo: Arte& Ciência, 2007.168p. Disponível em:<http://www.unimar.br/pulblicacao/ftp/miolo_Fon_Fon.pdf.> Acesso em Jan. 2019.

OSTERROHT. Werner Edgar. **Homenagem ao cinquentenário de Maringá**. Maringá: Midiograf, 1997.

OSTERROHT. Werner Edgar. **Maringá Passado e Futuro**. Maringá. Midiograf, 2007.

PANDOLFI, Dulce. **Entre dois governos**: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 09. out. 2018.

PAPA LEAO XIII. **Encíclica Quod Apostolici Muneris**, – Encíclica contra as seitas socialistas. Vaticano, 1878. Disponível em:<www.veritatis.com.br> Acesso em 10. fev. 2019.

PAPA LEAO XIII **Encíclica Rerum Novarum**. Vaticano, 1891. Disponível em:<www.veritatis.com.br> Acesso em 10. fev. 2019.

PAPA LEAO XIII **Enciclica Litteras Vobis**.Vaticano, 1894. Disponível em:<www.veritatis.com.br> Acesso em 10. fev. 2019.

PARANÁ, Leis, Decretos, etc. **Decretos e Regulamentos de 1890-1891**. Curitiba, Typ. d' "A República", 1929. p. 73, 372 p.

PERIOTTO, Marcília Rosa. A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. **Série-Estudos**. Campo Grande, MS, n. 36, p. 237-252, jul./dez. 2013.

PERIOTTO, Marcília Rosa; SANTANNA Adriene. **O jornal O Carapuceiro (1832-1842):** A Moda e o Comportamento Na província de Pernambuco século XIX. Fórum de Licenciatura em História. Perfil do profissional em história: Impasses e desafios. nov/12.

PERON, Edmar. À Guisa de prefácio. In: UBINGE, G.; SANTOS, Marcos R. A. dos Santos. **Queridos diocesanos: 50 textos selecionados de Dom Jaime Luiz Coelho**. Maringá: Clichetec, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. Editora Contexto. São Paulo, 2007.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGP, 1976.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIORI, Ângelo. **Lutas sociais e conflitos políticos:** alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de trabalhadores Rurais e a formação da frente Agrária Paranaense) In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de história Regional. Maringá:UEM, 2001.

PUNTEL, Joana T. A Igreja a Caminho na Comunicação. In: **Teo comunicação**, v. 41 n. 2. Porto Alegre. 2011. p. 221-242.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. p. 578-606.

RAMBO, Arthur,B. Restauração Católica no sul da Brasil. In: **História: Questão e Debate**, Curitiba: Editora UFPR, n° 36, p.279 – 304. 2002.

RECCO, Rogério. **Sombra dos Ipês da Minha terra:** Londrina: Midiograf: 2005.

RECCO, Rogério **A história de um realizador chamado Joaquim Romero Fuentes**. Maringá. Midiograf: 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: **História Geral da Civilização Brasileira, vol. 1**. O

tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROBLES, Orivaldo. **A História da Igreja católica em Maringá**. A igreja que brotou da Mata. Maringá. Paraná: Sinergia Casa Editorial, 2017.

ROBLES, Orivaldo. A Igreja que brotou da mata. Os 50 anos da Diocese de Maringá. Maringá. Editora Dental press, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro. Tradução: André Telles. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1944.

SAFFIOTI, Heleieth, **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. Expressão popular. São Paulo. 2013.

SALVATERRA, Pasquini Adriana. **A ação política educativa da igreja católica no Jornal de Maringá**. 147f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. 2009.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórica- crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez e Autores associados, 2ª Ed. 2008.

SAVIANI, Demerval Pedagogia e política educacional no Império brasileiro. In: **VI congresso Luso Brasileiro de História da Educação - Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação**. 17 a 26 de Abril de 2006. Uberlândia - MG. Disponível em: http://www2faced.ufu.br/colubh06/anais/arquivos/489_Dermeval_Saviani.pdf. Acesso em 4 de setembro de 2019.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial - ações de governo e dinâmica do capital. In: **Sociologia**. vol.12. nº.25. Porto Alegre. 2010.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SCHNEIDER, I.E. **Movimentos migratórios no contexto de abertura e fechamento das fronteiras agrícolas**. 99 f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2008.

SERRA, Elpidio. **Processo de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: UNESP, 1991.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. Introdução à análise das imagens da imprensa. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio. **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013, p. 103-122.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Teodoro Wellintgton. **Catolicismo Militante na primeira metade do século XX brasileira**. História Revista, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008.

SILVEIRA, Diego Omar. A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil. In: **Encontro Nacional de História da Mídia, IX**, 2013, Ouro Preto - MG.

SKALINSKI JUNIOR, O. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular**. 2014. 190f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

STRAPAZZON, Carlos Luís. 1854 – Relatório Zacarias Goes e Vasconcelos. Emancipação política da Província do Paraná – **Parte I**. Curitiba: Tipografia Paranaense de C. Martins Lopes (1855). Curitiba, 2007. Disponível em: <republica inacabada.blogspot.com> Acesso em 02.fev.2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28, 2004.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A Nova Economia Paranaense: 1970 - 2000**. Maringá: EDUEM, 2006.

UBINGE, Genivaldo. SANTOS. A. M. Roberto. (Orgs): Queridos Diocesanos: **50 textos selecionados de Dom Jaime Luiz Coelho**. Maringá. Clichetec. 2007.

VASVONCELO, Mônica. **A campanha abolicionista na revista ilustrada (1876-1888): Ângelo Agostini e a educação do povo**. Curitiba. Appris 2018.

VENTURI. Gustavo; GODINHO, Tatau (org). **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação. 1996.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. São Paulo: Aparecida: Santuário, 2007.

VIEIRA, Patrício de Albuquerque. Sob a luz do abajur lilás cenas da prostituição e da exclusão social. In.: VIEIRA, P. de A. (org.). **Literatura, discurso e ensino: cruzando caminhos**. João Pessoa: 2016.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: A.B., 2ª Ed. 2000. p. 3-25.

WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ZANLOCHI, Santora, **Mulheres Leigas na igreja de Cristo**. Bauru, São Paulo; Editora Edusc, 2001.

PERIÓDICOS

A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. 1962-1979. Maringá. Patrimônio Histórico. Teatro Calil Haddad. Museu Bacia do Paraná. Biblioteca Municipal de Maringá.

COELHO, D. Luiz Jaime. Igreja e Família. Maringá. 8 de abril de 1963. P. 01 In: **A folha do norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

CARDOSO, Joel. Fatos sociais, acontecimentos da cidade, casamentos, a rainha da colônia nipônica de Maringá, Glória Sumi Nagano. 23 de abril de 1975. P.10. Maringá. In: **A folha do norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

SILVA, Frank. Câmara em sessão solene entregou os títulos de cidadãos Honorários. 12 de maio de 1961. Nº 165. Maringá. In: **A folha do norte do Paraná**. Teatro Calil Haddad. Patrimônio Histórico. 2019.

_____. Crônica social. 25 de setembro de 1962. Maringá. In: **A folha do norte do Paraná**. Museu da Bacia do Paraná. Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Crônica social: acontecimentos sociais nos clubes. Maringá. 02 de outubro de 1962. In: **A folha do norte do Paraná**. Museu da Bacia do Paraná. 2019.

_____. Se você é Gordinha, Costureiro de três peças. Aprenda e experimente a limpar um sofá. Maringá. 02 de outubro de 1962. P.09. In: **A folha do norte do Paraná**. Museu da Bacia do Paraná. Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Como é sua criança? Precoce? Normal? 16 de abril de 1963. In: **A folha do norte do Paraná**. Museu da Bacia do Paraná. 2019.

_____. Escolha e uso Desodorantes. Mudam os tempos mudam os hábitos. Ele não come nada. Maringá. 16 de abril de 1963. In: **A folha do norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

_____. Folha feminina. Maringá. 12 de maio 1964. P.03. In: **A folha do norte do Paraná**. Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Tempo perdido. Maringá. 1964. In: **A folha do norte de do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

_____. Entrevista com a 1ª Dama, esposa do governo do Paraná Yvone Pimentel. 10 de maio 1967. Ano V. Nº1384 P.4. Maringá. In: **A Folha do Norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

_____. Receita de pão de queijo. 10 de maio 1967. Ano V. Nº1384 P.5. Maringá. In: **A Folha do Norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

_____. Homenagem as mães da tipografia Maringá. Mães maringaenses. Mães e a Paz. 12 de maio de 1968. P 02. Maringá. In: **A Folha do Norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

_____. Folha feminina: Uma blusa pra você, Torta de Maçã, Costureiro das rainhas, arroz para visitas de última hora. 30 de setembro 1968. p.10. Maringá. In: **A Folha do Norte do Paraná**. Museu Bacia do Paraná. 2019.

O JORNAL DE MARINGÁ. (1957-1970). Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico)

PACHECO, Ivens Lagoano. As damas do Clube da Amizade. Maringá, 1960. In: **O JORNAL DE MARINGÁ**. (1957-1970). Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). Acesso: em fev. 2019.

SCHIAVONE, Ademar. Coluna social. Em sociedade aniversariantes, despedida e agradecimentos Guilhermina Cunha Coelho. Maringá. 28 de julho de 1957. P.03. In: **O JORNAL DE MARINGÁ**. (1957-1970). Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). Acesso: em fev. 2019.

_____. Sociedade em foco senhoras rotarianas. Maringá. 20 de maio de 1960. In: **O JORNAL DE MARINGÁ** Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Vendo de perto a casa da criança de Maringá. Maringá. 18 de maio de 1960. **O JORNAL DE MARINGÁ**: Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Em sociedade/ coluna Ademar Schiavone. Maringá. 22 de novembro de 1960. **O JORNAL DE MARINGÁ** Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Casa da criança de Maringá. 20 de maio de 1960. Maringá. N° edição 1762. **O JORNAL DE MARINGÁ**: Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Coluna por um mundo melhor. 5 de janeiro de 1961. P. 1 Maringá. **O JORNAL DE MARINGÁ**: Museu Bacia do Paraná; Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Coluna social. Ângulo Feminino: Sociedade das avós. 10 de maio, quinta Feira de 1962. N°2356. In: **O JORNAL DE MARINGÁ**. Museu Bacia do Paraná. Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Coluna social destaque Cidinha Meneguetti. Enlaces matrimoniais. 30 de janeiro de 1972. P.02. Maringá. In: **O JORNAL DE MARINGÁ**. Museu Bacia do Paraná. Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

_____. Social. 23 de abril de 1975. P.04. Maringá. In: **O JORNAL DE MARINGÁ**. Museu Bacia do Paraná. Teatro Calil Haddad (Patrimônio Histórico). 2019.

ANEXOS

Anexo 1- Dom Jaime Luiz Coelho



Fonte: Robles (2017)



Anexo 2- Surgimento de Maringá



Favela localizada próxima do DER – Departamento de Estrada e Rodagem - Década de 1960



Favela localizada próxima do DER – Departamento de Estrada e Rodagem - Década de 1960

Fonte: Leal (2019)

Anexo 3- ARQUIVO PESSOAL: CASAMENTO SANDRA MARA GROU E JOÃO BATISTA GROU,1973.



Fonte: Grou (1973)



Festa de casamento
Fonte: Grou (1973)



Anexo 5- Cerimônia casamento



Adelaide e Faustino Mendes no altar da capela Santa Cruz, em 1950

Fonte: Reis (2004)



Reis- 2004

Anexo 6- Maringá



Fonte: Patrimônio histórico; Calil Haddad

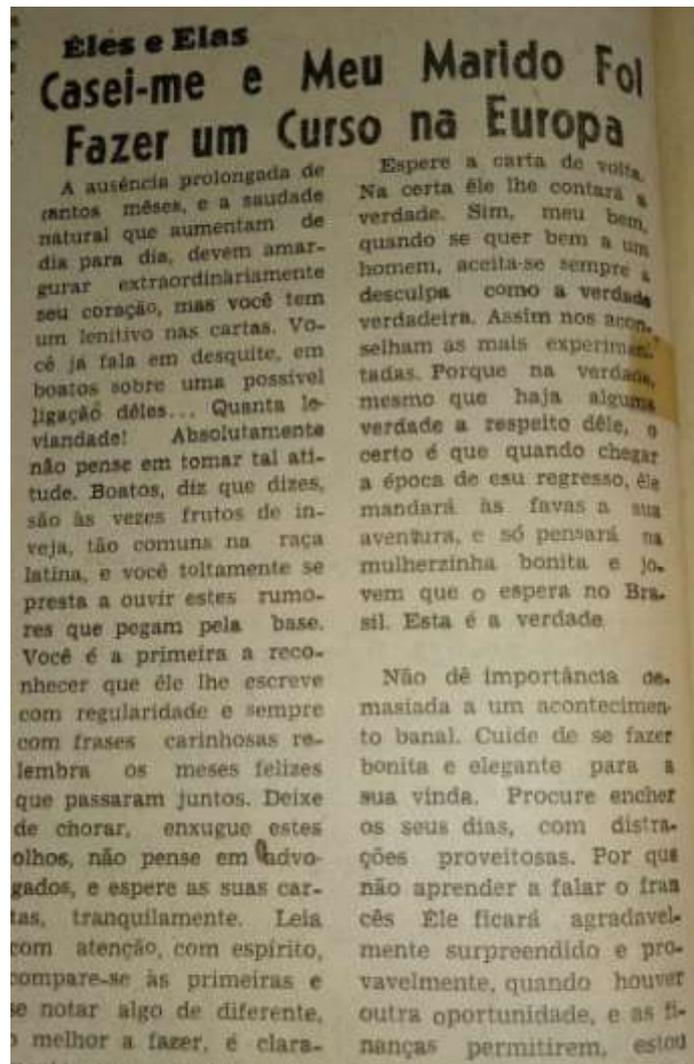


Fonte: Patrimônio histórico Calil Haddad.

Anexo 7- A Folha do Norte do Paraná



Folha do Norte (1974)



Folha do Norte (1973)

Anexo 8- O Jornal de Maringá



O Jornal de Maringá (1977)



O Jornal De Maringá 1974

Anexo 9 - Representação da família



Maringá Ilustrada (1957)